

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA
E PATRIMÔNIO
MESTRADO PROFISSIONAL

POLIANA ALVES DA SILVA

**PAC-CIDADES HISTÓRICAS NA CIDADE DE GOIÁS:
REQUALIFICAÇÃO DO CINE TEATRO SÃO JOAQUIM**

GOIÁS – GO

2022

POLIANA ALVES DA SILVA

**PAC-CIDADES HISTÓRICAS NA CIDADE DE GOIÁS:
REQUALIFICAÇÃO DO CINE TEATRO SÃO JOAQUIM**

Relatório técnico para apresentação à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro.

GOIÁS – GO

2022



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo Poliana Alves da Silva

Email polianaalvessilva07@gamil.com

Dados do trabalho

Título PAC-Cidades Históricas na Cidade de Goiás: A requalificação do Cine Teatro São Joaquim.

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa Programa de Pós-Graduação Em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG)

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 09 de agosto de 2022

Assinatura autor(a)

Assinatura do orientador(a)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

S586p Silva, Poliana Alves da.
PAC-Cidades Históricas na Cidade de Goiás :
requalificação do Cine Teatro São Joaquim [manuscrito] /
Poliana Alves da Silva. – Goiás, GO, 2022.
126 f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro.

Relatório técnico (Mestrado em Estudos Culturais,
Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina,
Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. Patrimônio edificado - Cine Teatro São Joaquim.
1.1. Requalificação. 1.2. Memória. 1.3. Política pública.
1.3.1. PAC-Cidades Históricas. I. Título. II. Universidade
Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 719(817.3)(094.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

POLIANA ALVES DA SILVA

PAC-CIDADES HISTÓRICAS NA CIDADE DE GOIÁS: REQUALIFICAÇÃO DO CINE
TEATRO SÃO JOAQUIM

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Defesa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em 11 de abril de 2022, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro – (PROMEP/UEG)
Orientadora

Profa. Dra. Isabela Maria Tamasso (UFG)
Membro Externo

Profa. Dra. Raquel Miranda Barbosa (PROMEP/UEG)
Membro Interno

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva (PROMEP/UEG)
Suplente

Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto (UNB)
Suplente

Goiás, 11 de abril de 2022.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, pela oportunidade de cursar um mestrado, sonho almejado desde criança, quando eu e minha irmã lecionávamos para nossos pais o conteúdo aprendido na escola, em um pequeno quadro negro, ganhado da patroa deles.

Aos meus pais, Rosária Justino da Silva e Vildair Alves da Silva, que sempre me incentivaram na busca de meus sonhos, amparando nos momentos difíceis, entre os quais eu pensei em desistir, mas eles estavam lá para dar o apoio necessário.

À minha irmã, Ana Cristina Alves da Silva, que sempre foi minha companheira de estudos e batalhas diárias, para que nosso sonho em sermos professoras se torne realidade. Quem diria que duas meninas que a vida toda residiram na fazenda, que pararam de estudar por duas vezes, em razão da distância da escola, estariam aqui terminando o mestrado.

Agradeço imensamente a todos os professores e funcionários que contribuíram com a minha trajetória acadêmica e pessoal, desde os da Escola Francisco Eliezer Curado, no povoado de Burduna, aos professores do Colégio Estadual Dário de Paiva Sampaio e Lindolfo Mendes da Cunha, no município de Faina, que me incentivaram a continuar e ingressar em uma faculdade. Não irei citar nomes dos diversos professores que tiveram importância, pois correria o risco de me esquecer de alguém. Logo, quero agradecer a todos os professores que um dia passaram na minha vida, o meu muito obrigada, por cada ensinamento.

Aos meus professores da graduação, que me permitiram adquirir aprendizado e experiências únicas, que não imaginava acontecer em minha vida, cada aula, discussão, apresentações e viagens me fizeram amadurecer e crescer e, sobretudo, adquirir um olhar novo, crítico e reflexivo.

Aos professores do mestrado, no qual pude aprender muito, pois em cada disciplina uma nova abordagem. A estes, agradeço por contribuírem para eu me tornar a historiadora e professora que sou.

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro, pelas orientações, tanto na graduação quanto no mestrado, pelos puxões de orelha e, principalmente, pelo conhecimento adquirido. Destaco aqui alguns professores pelas contribuições acadêmicas e pessoais: Isabella Maria Tamaso, Raquel Barbosa Miranda, Maria Dailza da Conceição Fagundes, Euzébio Fernandes Carvalho, Neemias Oliveira da Silva, Gislaine Valerio Tedesco, Derotina Heliecir de Brito, o meu muito obrigada.

Agradeço a cada um dos moradores que contribuíram direta ou indiretamente no desenvolvimento da pesquisa, respondendo ao questionário, expressando sua opinião sobre o

assunto e aos que concederam as entrevistas, e aos entrevistados Tiago Leite Ramires e Cleiton Oliveira para a produção do documentário. Além de agradecer a documentarista que produziu o produto desta pesquisa Marina Carolina Coelho Gonçalves.

Agradeço também ao Pró-Reitoria de pesquisa (Prp) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) pela concessão da bolsa em nível mestrado, o que permitiu apoio ao desenvolvimento da pesquisa. Além de agradecer aos meus colegas bolsistas Ana Cristina Alves da Silva e Tiago de Oliveira Ferreira, pela parceria nessa trajetória. Também a colega de mestrado Edinéa de Oliveira Angelo pelo auxílio na obtenção do número de processo referente a Requalificação do Cine Teatro.

A trajetória até aqui não foi fácil, muitas noites acordada, estudando para passar na seleção, porque durante o dia tinha que trabalhar para pagar as despesas da casa, mas foram noites que hoje posso dizer que valeram a pena. Agora é seguir em frente em busca do meu maior sonho, ser uma professora, para que eu possa contribuir na vida de outras pessoas como todos os meus professores contribuíram na minha. Deixo aqui minha admiração por cada um de vocês.

O tempo muito me ensinou: Ensinou amar a vida, não desistir de lutar, renascer da derrota, renunciar as palavras e pensamentos negativos, acreditar nos valores humanos e ser otimista. Aprendi que mais vale tentar do que recuar[...]Antes acreditar do que duvidar, que o que vale na vida, não é o ponto de partida e sim a nossa caminhada.

(Cora Coralina).

SILVA, Poliana Alves Da. **PAC-Cidades Históricas na Cidade de Goiás: requalificação do Cine Teatro São Joaquim**. 123f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina- Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2022.

RESUMO

A análise da requalificação do Cine Teatro São Joaquim, na Cidade de Goiás, é o foco deste relatório técnico. O objetivo principal da pesquisa é avaliar a implementação e avaliação da política pública PAC-Cidades Históricas, nessa edificação, a partir da noção de "*lugar de memória*" e identidade. Averigua-se de que modo ocorreu a requalificação do Cine Teatro, sobretudo, nas duas últimas etapas que compõem a política pública. Assim, visualiza-se a compreensão de como ocorreu a seleção do espaço para ser uma das obras contempladas pelo programa na Cidade, a relação dos moradores com o espaço, no que tange à memória, além de perceber como foi a reação dos vilaboenses com a demolição do prédio para realizar a obra em questão. Para responder tais questões, ao longo da pesquisa, foram realizadas revisões bibliográficas, análise de documentações históricas da construção e documentos referentes ao processo de requalificação, além da aplicação de questionário com os moradores. As análises desses documentos revelam que a obra do Cine Teatro foi alterada após o início das ações, levando a um campo marcado pela insatisfação dos moradores em relação à demolição do edifício para a conclusão da obra, pois, apesar deste ter sido considerado sem valor patrimonial, a edificação é um espaço permeado de memórias e constitui um espaço cultural de importância para a Cidade. Como devolutiva do trabalho, foi desenvolvido um vídeo-documentário que conta a trajetória do Cine Teatro São Joaquim.

Palavras-Chave: Memória. Cine Teatro São Joaquim. PAC-Cidades Históricas. Demolição. Requalificação.

SILVA, Poliana Alves Da. **PAC-Historical Cities in the City of Goiás: requalification of Cine Teatro São Joaquim**. 123f. Dissertation (Master's in Cultural Studies, Memory and Heritage) – Campus Cora Coralina – State University of Goiás, Goiás, 2022.

ABSTRACT

The analysis of the requalification of Cine Teatro São Joaquim, in the Cidade de Goiás (City of Goiás), is the focus of this technical report. The main objective is to evaluate the implementation and evaluation of the PAC-Cidades Históricas (PAC-Historical Cities) public policy, in this building, from the notion of "place of memory" and identity. It investigates how the requalification of Cine Teatro took place, especially in the last two stages that make up the public policy. Thus, it is possible to understand how the selection of the space to be one of the works contemplated by the program occurred, the relationship of the residents with the space, in terms of memory, in addition to realizing how the reaction of Vilaboenses was with the demolition of the building to carry out the work in question. To answer these questions, bibliographic reviews were carried out, analysis of historical documentation of the construction and documents referring to the requalification process, in addition to the application of a questionnaire with the residents. The analysis of these documents reveals that the work of the Cine Teatro was altered after the beginning of the actions, leading to the dissatisfaction of the residents in relation to the demolition of the building for the conclusion of the work, because, despite this having been considered without heritage value, the building is a space permeated with memories and constitutes a cultural space of importance for the City. As a return of the work, a video-documentary was developed that tells the trajectory of Cine Teatro São Joaquim.

Keywords: Memory. Cine Teatro São Joaquim. PAC-Cidades Históricas. Demolition. Requalification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mesorregião da Cidade de Goiás	21
Figura 2 - Microrregião da Cidade de Goiás	21
Figura 3 - Ruas de Goiás, foto de 1962	22
Figura 4 - Cidade de Goiás, em 1948	23
Figura 5 - Rio Vermelho	32
Figura 6 - Delimitação da área tombada na Cidade de Goiás	38
Figura 7 - Mapa com a marcação dos espaços contemplados pelo PAC-CH na Cidade de Goiás	39
Figura 8 - Localização de onde seria o Cine Teatro, no Beco da Lapa	41
Figura 9 - Lei nº 32	44
Figura 10 - Inauguração do Cinema Goyano	45
Figura 11 - Primeiro cartaz do Cinema Goyano	45
Figura 12 - Lei nº 265, de janeiro de 1912	46
Figura 13 - Cine Teatro São Joaquim - localização atual e anterior	48
Figura 14 - Missa na Rua Moretti Foggia	49
Figura 15 - Rua Morietti Foggia Figura	49
Figura 16 - Construção do Cine Anhanguera	50
Figura 17 - Dona Fiúca	60
Figura 18 - III Edição do Fica	62
Figura 19 - Espaço demolido do Cine Teatro São Joaquim, em 2015	75
Figura 20 - Cine Teatro São Joaquim antes da requalificação, em 2015	77
Figura 21 - Cine Teatro São Joaquim depois da requalificação, em 2017	78
Figura 22 - Cachimbo de cerâmica, encontrado durante a escavação da lixeira doméstica, localizada na área de escavação B	80
Figura 23 - Alicerces residenciais, anteriores à construção do Cine Teatro São Joaquim	80
Figura 24 - Planta baixa do Cine Teatro São Joaquim	82
Figura 25 - Máquina retirando o entulho da demolição do Cine Teatro	84
Figura 26 - Painel Serra Dourada	88
Figura 27 - Rachadura na parede do artesanato ao lado do Cine Teatro São Joaquim	89
Figura 28 - Cupins na parede do Cine Teatro São Joaquim	90
Figura 29 - Rachaduras na parede do Teatro	91
Figura 30 - Processo de Requalificação do Cine Teatro São Joaquim	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cidades Contempladas pelo PAC-Cidades Históricas	35
Quadro 2 - Obras contempladas pelo PAC-CH	36
Quadro 3 - PAC-Cidades Históricas na Cidade de Goiás	37
Quadro 4 - Fases metodológicas da pesquisa	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Declaração do (a) Participante	95
Gráfico 2 - Sexo	95
Gráfico 3 - Idade	96
Gráfico 4 - Cor	97
Gráfico 5 - Há quanto tempo você reside na Cidade de Goiás?	97
Gráfico 6 - Qual o setor da Cidade você mora?	98
Gráfico 7 - Qual seu grau de escolaridade?	99
Gráfico 8 - Você conhece a trajetória histórica do Cine Teatro São Joaquim?	99
Gráfico 9 - Você já participou de algum evento no Cine Teatro São Joaquim?	100
Gráfico 10 - Qual evento você participou?	100
Gráfico 11 - Você possui alguma lembrança marcante no Cine Teatro?	101
Gráfico 12 - Você sente-se bem recebido ao participar de eventos no Cine Teatro?	102
Gráfico 13 - A partir do seu conhecimento, houve um diálogo entre órgãos responsáveis (Prefeitura Municipal e IPHAN) e os moradores antes da efetivação da demolição do Cine Teatro, no ano 2015?	102
Gráfico 14 - Na sua opinião, a requalificação do Cine Teatro possuiu qual objetivo?	103
Gráfico 15 - Qual a sua opinião acerca da demolição do Cine Teatro São Joaquim para a requalificação, em 2015?	104
Gráfico 16 - Na sua opinião, a Cidade de Goiás necessita de mais Políticas Públicas voltadas à preservação e valorização do Patrimônio Cultural?	104
Gráfico 17 - Quais espaços, prédios e celebrações na Cidade de Goiás que você acha que necessitam de Políticas Públicas voltadas à preservação e valorização?	106
Gráfico 18 - O título de Patrimônio Mundial foi positivo para a Cidade, na sua opinião? ...	107

LISTA DE SIGLAS

APPC - Acordos de Preservação do Patrimônio Cultural.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural.

FICA - Festival Internacional do Cinema e Vídeo Ambiental.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

LOA - Leis Orçamentárias Anual.

MinC - Ministério da Cultura.

MONUMENTA - Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano.

PAC-CH - PAC-Cidades Históricas.

PAC - Programa de Aceleração ao Crescimento.

PCH - Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas ou Programa Cidades Históricas.

SEI - Sistema Eletrônico de Informação.

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 TEATRO SÃO JOAQUIM/CINE TEATRO	20
1.1 A fundação da Cidade de Goiás e o Cine Teatro São Joaquim	20
<i>1.1.1 A criação do IPHAN e as intervenções na Cidade de Goiás</i>	<i>23</i>
<i>1.1.2 Cidade de Goiás: de arraial a Patrimônio da Humanidade</i>	<i>27</i>
<i>1.1.3 Programa PAC-Cidades Históricas</i>	<i>33</i>
<i>1.1.4 Fundação e reformas do Cine Teatro São Joaquim (1857-2015)</i>	<i>39</i>
1.2 Conceitos e metodologias empregadas na pesquisa analítica da requalificação do Cine Teatro São Joaquim	53
<i>1.2.1 Patrimônio, Políticas Públicas, Memória</i>	<i>54</i>
<i>1.2.2 Aspectos metodológicos empregados na pesquisa</i>	<i>65</i>
2 REQUALIFICAÇÃO/RESTAURAÇÃO DO CINE TEATRO SÃO JOAQUIM	70
2.1 Restauração/Requalificação	70
<i>2.1.1 Requalificação do Cine Teatro São Joaquim</i>	<i>72</i>
<i>2.1.2 Avaliação da Requalificação do Cine Teatro São Joaquim, a partir da perspectiva dos moradores</i>	<i>94</i>
3 PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	109
3.1 Vídeo	109
3.2 A Comunidade Vilaboense	111
3.3 Aceitação e dizimação do produto	112
4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO	113
4.1 Como utilizar o vídeo	113
4.2 Proposta de aplicação do vídeo para com a comunidade participante	113
4.3 Devolutiva para a comunidade.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	118
ANEXO	126

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como intuito analisar o processo de requalificação do Cine Teatro São Joaquim, contemplado pelo Programa PAC-Cidades Históricas (PAC-CH). Para tanto, partiu-se da perspectiva de “lugar de memória” e identidade social, uma vez que esse espaço faz parte do patrimônio da Cidade de Goiás e as pessoas têm memórias de momentos vividos no teatro, além de este estar inserido no conjunto arquitetônico local.

A Cidade de Goiás, que obteve o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 2001, recebeu o Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH) no ano de 2013. Segundo dados do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve seu início em 2007, a partir de uma iniciativa do Governo Federal, com a coordenação do Ministério do Planejamento, que permitiu a retomada de obras de infraestrutura de grande porte, desde a elaboração até a execução, tanto de cunho social, urbano, logístico e energético (IPHAN, 2020).

Antes da efetivação da vertente PAC-CH, houve algumas cogitações de sua criação, tanto no ano de 2009 como em 2011. Contudo, somente em 2013, ocorreu a criação do Programa PAC-CH de forma efetiva, sendo este destinado à manutenção de sítios históricos urbanos sobre a guarda do IPHAN. O Programa busca a restauração, a requalificação e a recuperação de prédios e espaços públicos e contemplou quarenta e quatro cidades de vinte estados do território brasileiro, sendo investido para a realização deste projeto cerca um bilhão e seiscentos milhões de reais (R\$ 1.600.000.000,00), no qual foram selecionadas quatrocentos e vinte cinco obras. Na Cidade de Goiás, seis espaços foram contemplados com o programa (IPHAN, 2020).

Logo, o recorte espaço-temporal desta pesquisa é a Cidade de Goiás, do ano de 2015 até 2022, período do início das obras na Cidade até a atualidade. A partir da pesquisa realizada, observa-se a importância dos moradores no Programa, em razão da última etapa que constitui-se em uma política pública embasada no olhar dos cidadãos, neste caso, dos vilaboenses¹. Portanto, é necessário que moradores estejam inteirados de qualquer processo que ocorra em sua cidade, ainda mais se tratando de uma política pública como o PAC-CH. Dessa forma, somente quando estes sujeitos estão a par panoramicamente das ações efetivadas localmente, é que se torna possível a proteção dos espaços patrimoniais. Para compor o trabalho, foi aplicado um questionário com um grupo de cidadãos vilaboenses, a fim de

¹ Relativo à Cidade de Goiás, município do Estado de Goiás, ou o que é seu natural ou habitante.

compreender os pontos positivos e negativos do PAC-CH, com foco na requalificação do Cine Teatro São Joaquim.

O objetivo desta pesquisa, então, é averiguar a realização do processo de requalificação do Cine Teatro São Joaquim, no que se refere a implementação e avaliação da política pública em questão. Como objetivos secundários, procura-se observar os aspectos referentes à memória e à identidade dos moradores vivenciadas no teatro e apresentar um projeto de gestão patrimonial que permita à comunidade compreender a trajetória do Cine Teatro, em formato de vídeo documentário.

O interesse por este estudo surgiu a partir das aulas ministradas pelas professoras Keley Cristina Carneiro e Gislaine Valerio Tedesco, na disciplina Gestão e Patrimônio, cursada ainda como aluna especial do Mestrado, no primeiro semestre de 2019. A partir das discussões desenvolvidas nas aulas, surgiu a ideia de escrever o projeto para a seleção do mestrado, com foco no Programa PAC-CH, sobretudo em uma das obras realizadas na Cidade de Goiás, isto é, o Cine Teatro São Joaquim, espaço este que coleci grau em História, no ano de 2018.

Logo, este trabalho se justifica por relevância de cunho social, cultural, histórico e, sobretudo, de gestão dos bens patrimoniais, visto que se busca averiguar a ação de uma política pública aplicada em uma edificação pertencente ao Centro Histórico da antiga capital do Estado e primeiro Teatro do Centro-Oeste, que foi demolido e considerado sem valor patrimonial. Outro ponto referente ao desenvolvimento desta pesquisa centra-se na escassas publicações a respeito da história do Cine Teatro e na inexistência de produções que relatem o processo de requalificação e os embates suscitados com os moradores, a partir do processo de demolição do edifício, em 2015.

Apesar da existência de suportes para a preservação do patrimônio cultural, como o Decreto-Lei nº 25/1937, o processo de restauração do patrimônio é algo que exige muito cuidado, como é afirmado por Choay:

Representado por um labirinto dissimulado pela superfície cativante de um espelho, o patrimônio arquitetônico e urbano, com as atitudes conservatórias que o acompanha, pode ser decifrado como a alegoria do homem na aurora do século XXI: incerto da direção em que o orientam a ciência e a técnica, busca um caminho no qual elas possam libertá-lo do espaço e do tempo para, de forma diferente e melhor, deixar que os invista (CHOAY, 2017, p. 258).

Assim, procura-se sanar a seguinte questão com este trabalho: Como foi realizado o processo de requalificação do Cine Teatro São Joaquim, no que se refere à implementação e avaliação, a partir da noção de "*lugar de memória*" e identidade social?

Desse modo, foi levantada a hipótese para tal problemática: a escolha do Cine Teatro foi realizada em virtude de ser um espaço situado no Centro Histórico, com características destoantes do restante do conjunto; a visão dos moradores em relação à realização da obra do local passou por alguma modificação; a memória que as pessoas tinham desse espaço sofreu com a modificação na estrutura do prédio; a motivação da obra foi pelo aspecto de preservação; por fim, acredita-se que os moradores em geral estão inseridos nesse espaço. A realização desta pesquisa busca sanar a problemática abordada, confirmando ou negando a hipótese levantada.

Os teóricos que nortearam esta pesquisa são voltados à área patrimonial, como Chuva (2012), Fonseca (2009) e Ribeiro (2012); ao campo da memória, Pierre Nora (1993), Pollak (1992); e da identidade, como Hall (1997) e Berlatto (2009), entre outros. Assim, conceitua-se como termos fundamentais e norteadores deste estudo as políticas públicas, patrimônio, lugar de memória e, por fim, identidade social.

Esta pesquisa está embasada em cinco etapas, a primeira refere-se à análise bibliográfica; a segunda parte é a obtenção e análise dos documentos; em seguida, tem-se a realização de entrevistas com a comunidade da Cidade, que foram desenvolvidas por meio de questionário online, sendo que a escolha desse método foi em virtude da pandemia da COVID-19, que apresenta alguns protocolos a serem seguidos, entre eles, o distanciamento social, que dificulta a realização de entrevistas presenciais. O questionário apresenta a opção de identificação, no entanto, fica a critério do indivíduo responder esse item, afim de manter a integridade de cada um. O público desta pesquisa são moradores da Cidade, maiores de 18 anos, por terem conhecimento do espaço antes e após a realização da requalificação. Por fim, a pesquisa realiza a elaboração de um projeto, que constitui na criação de um vídeo documentário, apresentando a história do Cine Teatro São Joaquim, desde sua fundação até os dias atuais.

Desse modo, na segunda seção deste relatório, propõe-se uma breve discussão referente à criação do IPHAN, em âmbito nacional, além de realizar uma contextualização histórica acerca da fundação e criação da Cidade de Goiás e do Cine Teatro São Joaquim, espaço e objeto desta pesquisa. Na sequência, discute-se os conceitos e a metodologia empregada no desenvolvimento da pesquisa.

No terceiro item da pesquisa, deu-se enfoque aos dados referentes à análise dos documentos do processo de requalificação do Cine Teatro São Joaquim, além da exposição dos dados alcançados com a aplicação do questionário online, que permitiu criar-se um

discernimento em relação à perspectiva dos moradores no que tange à realização da obra do PAC-Cidades Históricas.

Na seção seguinte, apresenta-se o modelo de devolutiva para a comunidade, no caso desta pesquisa, a elaboração de um vídeo documentário. O público alvo da devolutiva são os moradores da Cidade de Goiás, logo, o impacto esperado é que estes sujeitos recebam de forma positiva a produção, além de fazer com que o vídeo circule nos grupos familiares e até mesmo entre os turistas que visitam a cidade. No último item é apresentado como utilizar o vídeo, além de relatar a forma como foi realizada a devolutiva para a comunidade, que se deu por meio de uma exposição pela plataforma *Google Meet*.

1 TEATRO SÃO JOAQUIM/CINE TEATRO

*A noção de patrimônio cultural –
categoria chave para a orientação
das políticas públicas de preservação cultural –
é historicamente constituída
e tem se transformado no tempo
(CHUVA, 2012, p. 147).*

Ao longo deste item é apresentado o objeto de pesquisa, o Cine Teatro São Joaquim, mais especificamente a realização da obra de requalificação, fruto do Programa PAC-CH, política pública desenvolvida pelo Governo Federal. Outro ponto trabalhado nesta etapa são as discussões teórico-metodológicas empregadas ao longo deste estudo e seus conceitos norteadores: memória, identidade social, patrimônio e políticas públicas.

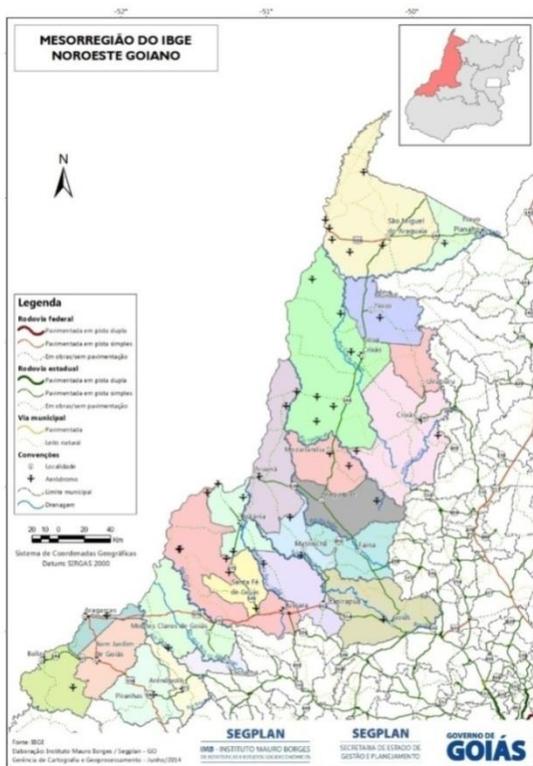
1.1 A fundação da Cidade de Goiás e o Cine Teatro São Joaquim

Antes de falar sobre a fundação do Cine Teatro São Joaquim, é preciso contextualizar a fundação do IPHAN, órgão responsável pela preservação do Patrimônio Cultural, sobretudo no contexto da Cidade de Goiás, foco desta pesquisa, além de apresentar algumas políticas públicas antecessoras ao Programa PAC-CH.

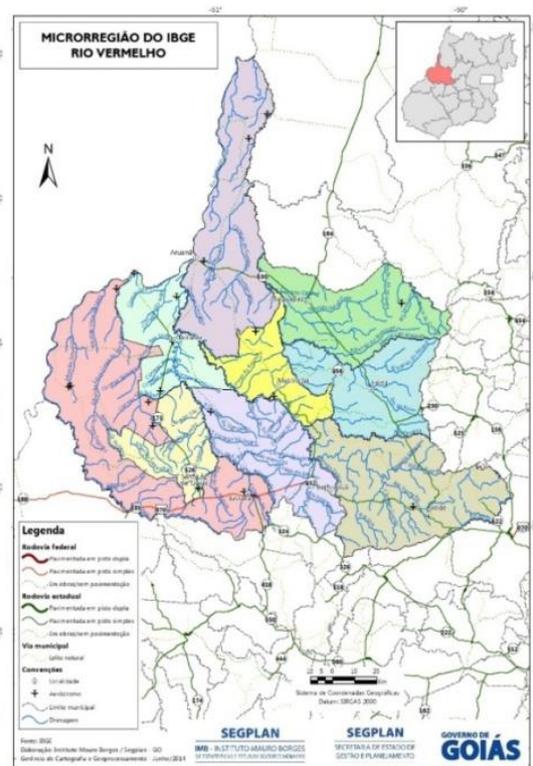
O recorte espacial da pesquisa é a Cidade de Goiás, fundada como outras regiões do Brasil - fruto de expedições dos bandeirantes realizadas nas regiões interioranas do país. O recorte espacial é atual, de 2015 até 2021. A Cidade de Goiás está localizada no Estado de Goiás, na mesorregião do noroeste goiano, como é possível observar na Figura 1, em cor vermelha. O Estado de Goiás é composto por 5 mesorregiões, sendo estas: Noroeste Goiano, Norte Goiano, Leste Goiano, Centro Goiano e Sul Goiano.

Já relacionado à microrregião, a Cidade de Goiás pertence a do Rio Vermelho, como pode ser visto na Figura 2, no canto direito da imagem, em cor vermelha.

Figura 1 - Mesorregião da Cidade de Goiás Figura 2 - Microrregião da Cidade de Goiás



Fonte: IMB, 2018.²



Fonte: IMB, 2018.³

Brevemente, sobre sua história, Goiás foi fundada em decorrência das bandeiras paulistas que vieram para o sertão goiano em busca de minas auríferas. A princípio ganhou a denominação de arraial de Santana, posteriormente Vila Boa e depois Cidade de Goiás. Durante quase 200 anos, foi a capital do Estado, de 1748 até 1937. As principais ruas da cidade são tortuosas, de pedras, e as praças são uma extensão das ruas, formando largos, como o modelo medieval cristão de Portugal (BORGES, 2010). Nas Figuras 3 e 4, apresenta-se algumas imagens da Cidade de Goiás, encontradas no acervo do Museu das Bandeiras.

² Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=96:mapas-das-mesorregi%C3%B5es-de-goi%C3%A1s-ibge&catid=32&highlight=WyJtYXBhcyIsIm1lc29ycmVnaVx1MDBmNWVzIi0=&Itemid=101

³ Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=95:mapas-das-microrregi%C3%B5es-de-goi%C3%A1s-ibge&catid=32&Itemid=101

Figura 3- Ruas de Goiás, foto de 1962



Fonte: Acervo do Museu das Bandeiras.

Percebe-se na Figura 3 o que foi descrito por Borges (2010) - ruas tortuosas, com calçamento específico de pedras. No entanto, somente o Centro Histórico da Cidade apresenta esses aspectos descritos pelo autor, as outras regiões, atualmente, são asfaltadas ou têm o calçamento de bloquetes. Nesse sentido, a parte que compõe o centro da Cidade, ao longo dos anos, não apresentou muitas modificações no que tange à arquitetura. Contudo, as regiões do entorno sofreram alterações, com a construção de novas edificações, residências, pontos comerciais e com o asfaltamento. Na imagem é possível visualizar ainda algumas pessoas transitando na rua, tanto adultos como crianças.

As fotografias e imagens são fontes de informações, como afirmar Cardoso e Mauad:

[...] a imagem fotográfica seria tomada como índice de uma época, revelando, com riquezas de detalhes aspectos da arquitetura, idumentária, formas de trabalho, locais de produção, elementos de infra-estrutura urbana tais como tipo de iluminação,[...] obras públicas, redes viárias etc. (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 575).

Atualmente, as imagens não são utilizadas como meras ilustrações nas pesquisas, mas sim como fontes de informações, que são observadas a partir da leitura da imagem. A seguir, na Figura 4, observa-se a Cidade em 1948, a partir dessa visão apresentada pelos autores, é possível visualizar alguns aspectos da cidade nessa época.

Figura 4 - Cidade de Goiás, em 1948



Fonte: Acervo do Museu das Bandeiras.

Diferentemente da imagem anterior, esta permite ter uma visão panorâmica da Cidade, no ano de 1948. É possível visualizar alguns dos aspectos geográficos, como a presença da Serra Dourada entorno de todo o território do município, característica que por muitas vezes é utilizada para descrever a motivação do processo de transferência da capital para Goiânia, visto que a cidade fica situada em um vale e cortada pelo Rio Vermelho.

Nesse âmbito, faz-se necessário realizar uma contextualização mais detalhada do processo de fundação da Cidade de Goiás até os dias atuais, permitindo, então, compreender o processo de patrimonialização da Cidade e a realização das obras do PAC-CH. Esse processo só foi possível em razão da criação do IPHAN, que permitiu a implantação de recursos para a preservação dos bens patrimoniais.

1.1.1 A criação do IPHAN e as intervenções na Cidade de Goiás

A criação do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) ocorreu no mesmo ano que Goiânia passa a ser capital do Estado de Goiás, em 1937. Contudo, antes de adquirir essa denominação atual, o órgão se chamava Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), criado na década de 30, com o estabelecimento do Estado Novo, ou seja, no período do governo de Getúlio Vargas.

A criação do SPHAN, em 1936, deve ser pensada a partir dos episódios importantes na vida cultural do país, na primeira metade do século XX, sendo estes o movimento modernista e o estabelecimento do Estado Novo. O modernismo a princípio não era um movimento homogêneo, visto que, na segunda e terceira décadas do século em questão, o

movimento procurava uma revolução artística, a partir da crítica ao passadismo e à linguagem acadêmica. Já no campo político, o modernismo era representado pelo Partido Democrático (PD), de vertente liberal, formado por artistas e intelectuais, como Paulo Prado, Paulo Duarte, Prudente de Moraes Neto, Rubem Borba de Moraes, Sergio Milliet, Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade. Os movimentos desenvolvidos na década de 20 tinham como ponto central a crítica aos modelos políticos e culturais empregados na Velha República. Somente com a instauração do Estado Novo, houve a ampliação da reforma administrativa. Dessa forma, o Estado passa a ser representante do interesse da nação. Logo, foi aberto espaço para os intelectuais e houve a criação da Revista *Cultura Política* e de cursos superiores de ciências sociais, em várias faculdades.

Nesse contexto, alguns aspectos que demonstram o surgimento da preocupação com o patrimônio estão pautadas no surgimento do Museu Histórico Nacional, na criação da Inspeção dos Monumentos Nacionais, em 1934, e na Elevação de Ouro Preto a monumento Nacional, em 1933, por meio do Decreto nº 22.928, de 12 de julho (FONSECA, 2009).

Os dois pontos elencados anteriormente - o movimento modernista e instauração do Estado Novo - foram fatores imprescindíveis para a criação do SPHAN, em 1936, em virtude da modificação do pensamento vigente no Brasil, a partir dos intelectuais na década de 20, quando inicia-se a discussão do tema patrimônio e a criação de órgãos voltados à proteção do patrimônio.

De acordo com Gonçalves (1996), o ideal dos intelectuais da década de 30 era a construção de uma nova nação, com a modernização dos mecanismos culturais, econômicos e também político-administrativos. Porém, essa vertente veio a ser criada por meio da burocracia estatal pautada no autoritarismo, sobre o controle da velha e nova elite, por intermédio de um pacto.

Dessa forma, em 1936, inicia-se o processo de elaboração de criação do SPHAN, a partir dessa ideologia instalada no país. Entretanto, após a saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador e diretor da instituição, na década de 70, o instituto ganha uma nova vertente, com Aloísio Magalhães, no período de redemocratização, momento também de ampliação do conceito de patrimônio cultural para referência cultural.

Assim, a criação do SPHAN está pautada na "*retórica da perda*", Rodrigo Melo Franco de Andrade aponta que havia a necessidade de desenvolvimento de uma instituição para a preservação do patrimônio, que se encontrava em um processo de desaparecimento, destruição, ou seja, a perda do patrimônio nacional, da memória e da identidade. Dessa forma, era prudente criar um órgão com a premissa de salvaguardar o que ainda restava do

patrimônio da nação brasileira. Antes do SPHAN, a elite brasileira se encarregava de criar mecanismos, tanto no âmbito federal como estadual, para evitar a destruição do patrimônio histórico artístico e nacional (GONÇALVES, 1996).

Contudo, o desenvolvimento do SPHAN não ocorreu em 1936, apenas um ano após, houve a sua instalação de forma oficial. Chuva (2009) afirma que, no ano de 1936, o então ministro da Educação, Eduardo Capanema, solicita a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto para a proteção do patrimônio histórico e artístico do Brasil, período em que o SPHAN surge de forma provisória. No ano seguinte, é desenvolvida a Lei nº 25/1937, elaborada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, portanto, a princípio, o SPHAN foi executado de forma experimental e sua efetivação somente ocorreu em 13 de janeiro de 1937, com a promulgação do Decreto-Lei nº 384 de 1937, elaborado também por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Após nove anos da oficialização, em 1946, o SPHAN adquire a denominação de DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e se tornando diretoria, a partir da criação do seu regimento interno e pelo qual foram institucionalizados alguns procedimentos técnico-administrativos que já estavam sendo elaborados desde sua criação, em 1937.

A partir desse momento, o DPHAN começa a atuar na Cidade de Goiás, com a realização de alguns tombamentos isolados na década de 50, dando início a um processo de preservação da cidade a partir de instrumentos novos, sendo este o tombamento.

Após um período à frente do IPHAN, Rodrigo Melo começa a pensar quem seria seu sucessor, inicialmente, foi idealizado que Lucio Costa assumisse o cargo, no entanto, ele não aceitou. Assim, foi nomeado Renato de Azevedo Duarte Soeiro, um dos precursores do modernismo no Brasil, além de arquiteto. A sucessão foi realizada em um sábado no período matutino sem a presença de nenhuma autoridade.

Durante alguns anos, houve a preparação de Soeiro para assumir o cargo e, em 1946, ele foi nomeado à chefia da Divisão de Conservação e Restauração da DPHAN; também participou da Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural, em Evento de Conflito Armado, Unesco 1952; do Simpósio de Preparação (1965) e da Reunião sobre a Conservação e a Utilização do Patrimônio e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, que aprovou as Normas de Quito, OEA, 1967. Historicamente, o período em que Soeiro esteve no SPHAN foi um dos mais difíceis, por se tratar da Ditadura Militar. Dessa forma, foi criado, em 1968, o Plano Estratégico de Ação, porém, não foi divulgado. Alguns autores como Fonseca (2009), Gonçalves (1996) e Chuva (2009) apresentam de forma tímida a época que Soeiro conduziu o SPHAN (AZEVEDO, 2017).

Já a partir da década de 70, inicia-se uma nova visão de cultura, diferente da apresentada na década de 20, quando começa a se pensar na temática de patrimônio:

Nesse sentido, a imagem do Sphan como protagonista de batalhas memoráveis em defesa do interesse público relativamente ao patrimônio, contra proprietários e setores insensíveis da igreja e do poder público, foi substituída, em consonância com as diretrizes da Unesco, pela figura do negociador, que procura sensibilizar e persuadir os interlocutores, e conciliar interesses; ou melhor, que procura demonstrar que os interesses da preservação e os do desenvolvimento não são conflitantes mas, pelo contrário, são compatíveis (FONSECA, 2009, p. 142).

Com a mudança da imagem do SPHAN, que a princípio era de disputa contra os donos de setores da igreja e do poder público, em relação ao patrimônio, tem-se uma vertente mais flexível, que procura estabelecer um diálogo, permitindo compreender que a preservação do patrimônio não deve ser conflituosa, ocorrendo, assim, a descentralização do campo da preservação. Momento este marcado pela reabertura democrática, após anos de regime militar. Nesse contexto, surge a elaboração do Programa Cidades Históricas (PCH).

O Programa é uma das políticas públicas pioneiras desenvolvidas em função da preservação das cidades históricas. Após sua solicitação, em 1970, realizada por um grupo formado por vários ministérios, dentre eles o Ministério da Educação, Saúde e Cultura, iniciaram-se discussões acerca da reutilização dos espaços considerados patrimônios, no nordeste, como meios para gerar recursos para as comunidades.

De tal maneira, em 1973, foi criado o PCH no Nordeste. A priori, o programa era em âmbito regional, com objetivo de gerar turismo e preservar o patrimônio, com a consolidação das três esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal), e, dessa forma, possibilitando a criação de empregos e a preservação do patrimônio cultural. Em 1979, o Programa realiza sua junção ao IPHAN e ao Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), ocorrendo mudanças em relação aos seus objetivos, ampliando para além do turismo, procurando preservar, a partir de então, o patrimônio cultural em âmbito federal. O Programa realizou 193 projetos até 1981, sendo que o período final de sua execução foi em 1983. No âmbito privado, nenhuma obra foi executada, em razão de não ser a proposta do mesmo (CARNEIRO, 2014).

A junção do PCH ao CRNC e ao IPHAN possibilitou um grande avanço no que tange à preservação do patrimônio, com a ampliação da perspectiva para além do campo do turismo, assim, o programa ganha expressividade em âmbito nacional.

Nesse contexto, foi no período em que Soeiro esteve no comando do IPHAN que a Cidade de Goiás foi tombada, no ano de 1978. Já no ano de 1979, o IPHAN vai se transformar em SPHAN/Pró-Memória:

A chamada 'fase moderna' da trajetória da preservação no Brasil, quando se operou a fusão entre IPHAN e CNRC originando a Sphan/Pró-Memória, nasceu exatamente de uma brecha encontrada por Aloísio Magalhães na estrutura do poder do Estado brasileiro (CHUVA, 2012).

Na Cidade de Goiás, o período da "fase moderna" é contemplado com a ampliação da área tombada da cidade, em 1978. A partir dessa época, várias ações pautadas na preservação começam a ser realizadas, o que culminará na construção do Dossiê para a obtenção do título de Patrimônio Mundial. Anos mais tarde, o Sphan/Pró-Memória é extinto, dando lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), a partir do Decreto-Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990:

II - o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, ao qual serão transferidos as competências, o acervo e as receitas e dotações orçamentárias da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, bem como o acervo, as receitas e dotação orçamentária da Fundação a que se refere a alínea d do inciso II do artigo anterior, tem por finalidade a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro nos termos da Constituição Federal especialmente em seu art. 216 (BRASIL, 1990).

No entanto, após quatro anos da modificação para o IBPC, este adquire a denominação de IPHAN, permanecendo até atualidade. Com a criação do IPHAN, foram desenvolvidos inúmeros mecanismos de proteção ao patrimônio cultural, inclusive políticas públicas culturais no âmbito federal, como o PCH, o Monumenta e o PAC-CH.

1.1.2 Cidade de Goiás: de arraial a Patrimônio da Humanidade

Tamaso (2007) afirma que a fundação de Goiás teve início no ano de 1725, quando Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido como Anhanguera, chegou em solos goianos. Nesse território, encontrava-se vestígios de minerais que permitiram os primórdios do povoamento do que, após anos, viria a se chamar Goiás.

Várias bandeiras antes desta já haviam empreendido no sertão para alcançar os solos goianos. No entanto, nenhuma com êxito, pois algumas desistiram durante o percurso em virtude do alto custo e das dificuldades de "desbravar o sertão". Logo, pode-se afirmar que a mineração propiciou o início de alguns povoados no Brasil. Palacín (2001) aborda essa questão:

A repulsa terminante do Anhanguera em admitir o fracasso - "mais fácil seria perder a vida" - e sua cega obstinação acabaram levando-o ao triunfo: o descobrimento das minas procuradas. Depois de três anos e três meses, a 21 de outubro de 1725, retornaram os sobreviventes a São Paulo, onde já se organizavam expedições de busca e salvamento. Voltaram poucos, mas triunfantes (PALACÍN, 2001, p. 21).

Anhanguera não mediu esforços para encontrar as minas, muitos de seus companheiros nas expedições acabaram falecendo. Devido à demora do retorno dos bandeirantes a São Paulo, já se pensava em enviar grupos de salvamentos em busca de Anhanguera e outros bandeirantes. Contudo, após um período de três anos e três meses, estes bandeirantes retornam a São Paulo com a notícia tão aguardada, de que haviam encontrado minas em solos que passariam a chamar de Goiás. A partir desse momento, inicia-se o processo de povoamento e a fundação do primeiro arraial: Sant' Anna. Anos depois, em 1739, o arraial ganha a nomeação de Vila Boa de Goyaz:

Morto Sarzedas, na sua viagem a Goiás antes da criação da vila seu sucessor, dom Luís de Mascarenhas, procedeu a instalação da nova vila que em honra do descobridor chamou VilaBoa de Goiás. Com a solenidade de um rito ancestral, os dois vereadores e o procurador do conselho eleitos tomaram juramento, fazendo a sua primeira vereança em 1 de agosto de 1739 (PALACÍN, 2001, p. 40).

Com a aquisição do título de Vila, ocorreu um aumento significativo no índice populacional, o que permitiu que o governo de Portugal realizasse uma interpretação da necessidade de elevar a Vila a uma capitania.

Segundo Tamaso (2007), graças ao crescimento populacional, no ano de 1749, a Vila é elevada à Capitania, recebendo o primeiro governador privativo, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos. Nesse período, a economia se baseava praticamente na mineração, tendo os solos vilaboenses sua ascensão até o ano de 1753, posteriormente, inicia-se um período de declínio e a atividade agropecuária começa a ser implementada, em coexistência com a mineração, possibilitando, dessa maneira, manter-se a economia. Segundo Chaul:

Quando a mineração já mostrava menos brilho, o gado se posicionava como atividade de peso nas cotas de exportações de Goiás; tímida, acanhada, diminuta em termos gerais, mas instigante, promissora, promessa de multiplicação pelos ermos e gerais. Era, portanto, a opção primeva em que se apoiaria a Província em busca de uma saída capaz de sustar a crise provocada pelo declínio da mineração (CHAUL, 1997, p. 87).

Da mineração à criação de gado, esta foi a saída encontrada para amenizar o declínio presenciado na época. Observa-se que até os dias atuais, a pecuária é uma das mais importantes fontes de renda do Estado, sendo que outras regiões do Brasil também são importantes produtores agropecuaristas. Retomando, somente no ano de 1818, a Capitania adquire a denominação de Goyaz, de acordo com Tamaso (2007), sendo que foi a capital do Estado por quase duzentos anos.

Porém, após um longo período conturbado de disputas políticas entre goianos e paulistas, ocorre a mudança da capital “O primeiro anúncio da mudança da capital foi em 1930. Em 1937, Pedro Ludovico assinou o decreto transferindo a capital de Goiás para Goiânia. Nos anos que se seguiram várias instituições públicas foram sendo levadas para a nova capital” (TAMASO, 2007, p. 40). Após a transferência capital para Goiânia, houve um grande impacto em relação à visão dos moradores da cidade, que acreditavam que em razão da transferência a cidade entraria em um processo de estagnação. Nesse momento também começa a participação do IPHAN na Cidade de Goiás, com os primeiros tombamentos isolados, em meados de 1950.

De acordo com Delgado (2005), em 1950, iniciou-se a realização de tombamentos de bens isolados no centro da cidade, em busca da preservação cultural, sendo estes: Igreja de Santa Bárbara, Igreja da D' Abadia, Igreja do Carmo, Igreja de São Francisco, Palácio Conde dos Arcos, Igreja da Boa Morte, Quartel do XX e Casa de Câmara e Cadeia. O tombamento desses prédios não modificou a estrutura da cidade, em um primeiro momento, visto que essa mudança foi ocorrendo gradativamente e, somente nos anos seguintes, que foi realizado o processo de restauração dos locais em questão.

A princípio, os vilaboenses não foram a favor do tombamento dos bens, em virtude de acreditarem que o processo acarretaria em uma estagnação da cidade, que acabava de perder o título de capital para Goiânia. Nesse contexto, surge a Organização Vilaboense de Artes e Tradição (OVAT), conduzida por moradores da cidade.

Elder Camargo de Passos, presidente da organização, juntamente com outros representantes considerados guardiões da cidade começaram a pensar no futuro da cidade após a transferência da capital, assim, observaram que a cidade tinha potencial para o desenvolvimento a partir de suas próprias características, festas, imóveis, entre outros. Logo, foi visualizado que a trajetória histórica de Goiás era rica e o futuro da cidade estaria pautado em seu passado. Como a compreensão dessa perspectiva, de que o passado poderia auxiliar no desenvolvimento da cidade, a OVAT deu início a um processo de reabertura de espaços que até aquele momento estavam fechados, como é o caso do Gabinete Literário, que foi reaberto, e de festas de caráter folclórico que foram pesquisadas e registradas. A Organização também auxiliou no processo de tombamento de 1978, no qual o IPHAN realizou a segunda intervenção na cidade, com a inclusão do entorno dos bens tombados no contexto de proteção (DELGADO, 2005).

Tempos depois, os guardiões da Cidade de Goiás, juntamente com alguns moradores, iniciam o desenvolvimento do "*Dossiê de Goiás*". Na elaboração da inscrição da cidade para a obtenção do título, alguns critérios foram elencados, como afirma Silva (2012):

A Representação brasileira defendeu a inscrição com base nos critérios: (ii) pelo fato de a cidade representar o modo de vida adotado pelos exploradores e fundadores de cidades portuguesas e brasileiras em face da distância da mãe pátria e da costa brasileira; (v), pelo fato de representar o último exemplo de ocupação interior do território brasileiro da forma praticada nos séculos XVIII e XIX (SILVA, 2012, p. 113).

Os critérios elaborados para a aquisição do título de Patrimônio da Humanidade perpassam pela forma de como a cidade possuiu características dos colonizadores, ou seja, dos portugueses, além de ser uma das cidades que está distante do litoral brasileiro, diferente de outras regiões como Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, entre outras. Também pode-se destacar que a Cidade de Goiás é o último exemplar de cidades do interior ocupadas pelo processo das bandeiras, que procuravam regiões ricas em minério, sendo que um ponto crucial para a instalação das bandeiras nesse espaço foi a presença do Rio Vermelho.

De acordo com Britto (2014), o Rio Vermelho nasce a 17 km da Cidade de Goiás e, a princípio, se chamava Cambaúbas, uma árvore bastante presente ao longo de seu leito. Posteriormente, adquire a denominação de Rio Vermelho devido à cor de suas águas no período de chuvas. Ele foi de fundamental importância para os primórdios da Cidade, em virtude de proporcionar a fixação dos primeiros povoados para a exploração de ouro.

O Rio Vermelho também traz à tona momentos de aflição para parte da população que mora na Cidade de Goiás, pois, em diversos momentos, o rio transbordou atingindo as casas e prédios mais próximos às suas margens, especialmente, nos anos de 1782, 1839 e 2001. Logo, observa-se que as enchentes na Cidade são fatos presentes no cotidiano da comunidade. Destaca-se, nesse contexto, a cheia de 1839, que devastou a Igreja da Lapa:

Às cinco horas da manhã, o rio Vermelho e o córrego Manuel Gomes avançaram sobre suas margens, destruindo as pontes que faziam a ligação entre os dois lados da cidade, devastando estabelecimentos comerciais e industriais, residências, chácaras e o Hospital de Caridade, derrubando seus muros e algumas de suas paredes. Contudo, o que repercutiu mais tragicamente para os moradores foi a destruição da Igreja da Lapa (OLIVEIRA, 2014, p. 314).

A enchente de 1839 deixou a Cidade dividida, pois houve a destruição das três pontes que fazem a ligação de dois lados do perímetro urbano. Porém, como Oliveira (2014) aborda, o que causou maior comoção na comunidade foram as condições precárias que a

Igreja da Lapa⁴se encontrou após o ocorrido. Outro episódio, no ano 1928, quase cem anos depois, a enchente do Rio afetou a estrutura da primeira edificação do Cine Teatro São Joaquim, localizado no Beco da Lapa, que veio a ser demolido em 1930, em função da sua precariedade estrutural.

No entanto, a enchente de maior repercussão foi a de 2001, logo após a Cidade de Goiás receber o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO, "A enchente do Rio Vermelho, de 31 de dezembro de 2001, que destruiu uma parte das ruas e edificações do *centro histórico*, aconteceu apenas 18 dias após a outorga do título de patrimônio mundial" (TAMASO, 2007, p. 182). Contudo, esses momentos não minimizam a importância do Rio, que, atualmente, se transformou em uma referência cultural para a população da Cidade:

O Rio Vermelho é hoje uma referência cultural para moradores da cidade de Goiás. O rio foi constituindo-se em referência cultural através das experiências vividas em torno dele, e com ele. A história da cidade calca-se na história da mineração praticada no Rio Vermelho. Da mineração surge o Arraial, caracterizando também um “mito de origem” (GOMIDE, 2009, p. 01).

Na Figura 5, observa-se o Rio Vermelho, referência cultural para os moradores, uma vez que o rio compõe o cenário vilaboense. Contudo, em período de estiagem, as águas do afluente se encontram em nível baixo e nas margens pode se averiguar a presença de capim; vê-se ainda na imagem a casa em branco e o Museu Casa de Cora Coralina, na rua Dom Candido Penso, rua de acesso à Igreja do Rosário, ao fundo tem uma das Serras que faz o entorno a cidade. Outro aspecto notado é a presença de uma das pontes que faz a ligação do perímetro urbano da cidade, esta é uma das pontes que em 1839 foi destruída com a enchente do Rio Vermelho.

Figura 5- Rio Vermelho



Fonte: Acervo Pessoal da Autora.

⁴ Igreja da Lapa era localizada às margens do Rio Vermelho, foi destruída com a enchente do ano de 1839; hoje se encontra no local a Cruz do Anhanguera.

Outro ponto de referência geográfica em relação à Cidade é sua localização ao pé da Serra Dourada, como já foi mencionado. O território da antiga capital também é marcado por ser um local acidentado, situado entre serras, e Goiás é uma cidade conhecida nacionalmente por possuir características singulares da natureza. Igualmente, já foi palco de filmes e novelas; recebe turistas para participação em diversos eventos, inclusive o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), que atualmente acontece no Cine Teatro São Joaquim, no qual vários grupos de pessoas se reúnem para participar das atividades.

Com a aquisição do título de Patrimônio Mundial, Goiás recebe alguns programas de Preservação, sendo estes o programa Monumenta, política pública de preservação federal que precedeu o PAC-CH. Diferentemente do PCH, o Monumenta abrangeu obras de cunho público e privado.

O Programa Monumenta/BID teve seu início em 1999 e sua conclusão no ano de 2013. O Monumenta foi conduzido pelo Regulamento Operativo 1200/OC-BR-RO, que, alguns anos depois, em 2006, foi revisado. O regulamento dispunha de todas as documentações exigidas para o desenvolvimento do Programa, cuja proposta era a recuperação e restauração de prédios, com a manutenção das características originais dos imóveis, permitindo atrair turistas para as cidades contempladas. Também tinha como objetivo o desenvolvimento de meios para a capacitação de indivíduos no setor do restauro; realização de atividades educativas; preparo de agentes culturais e de turismo; e implantação de atividades que gerassem recursos econômicos para as cidades. Contudo, em 2003, houve uma modificação da proposta original, passando a ser analisadas as especificidades de cada cidade, com algumas voltadas para os bens móveis privados e outras para monumentos históricos (CARNEIRO, 2014).

Após a conclusão do Programa Monumenta, surge o Programa PAC-Cidades Históricas, que já havia sido lançado em duas ocasiões, em 2009, na cidade de Ouro Preto, e em 2011. No entanto, nos registros orçamentários do Estado, todas as obras realizadas nesse período são descritas como ações do Programa Monumenta, somente no ano de 2013 que aparecem como PAC-CH. No item a seguir, aprofunda-se um pouco mais nesta questão.

Assim, com a aquisição do título em 2001, a Cidade de Goiás começa a receber por parte dos órgãos responsáveis um número expressivo de Políticas Públicas voltadas ao patrimônio, como o caso do programa Monumenta, que já estava em execução desde 1999. Mais recente, Goiás foi contemplada pelo PAC-CH, com a realização de seis obras em espaços públicos, entre elas a requalificação do Cine Teatro São Joaquim, objeto deste estudo. A Cidade de Goiás foi o primeiro município a concluir todas as suas obras.

1.1.3 Programa PAC-Cidades Históricas

Após uma breve explanação a cerca destas duas políticas públicas (PCH e Monumenta), realizadas no Brasil antes do PAC-CH, inicia-se a exposição do processo de instalação deste programa, desde a sua primeira tentativa até a sua efetivação, no ano de 2013.

De acordo com Leal (2017), o Programa Aceleração ao Crescimento (PAC) teve sua criação em 2007. Em seguida, surgiu uma vertente inédita, o PAC-Cidades Históricas, sendo considerado substituto do Programa Monumenta. A primeira cogitação da realização do Programa ocorreu no ano 2009, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com lançamento na cidade de Ouro Preto.

Posterior ao lançamento do Programa, iniciou-se a realização da chamada para elaboração dos Planos de Ações para as Cidades Históricas, com edital encaminhado para 188 municípios. No decorrer da elaboração dos planos, ocorreram oficinas de capacitação para o desenvolvimento do PAC-CH, além da criação de uma cartilha. A duração da criação do plano de ação era de quatro meses até sua conclusão, sendo que a primeira etapa se refere ao diagnóstico do local; a segunda era a definição dos objetivos; a terceira, elaboração das preposições; e, por fim, a realização dos acordos entre IPHAN e prefeituras municipais e o desenvolvimento do relatório final. Um ponto a ser ressaltado é que ao final da terceira etapa era interessante a participação dos moradores no processo, assim, foram realizadas oficinas para esse público. Após a conclusão do plano, eram feitas audiências ou fóruns para a exposição dos planos elaborados (LEAL, 2017).

Nessa vertente, seriam atendidas trinta e duas cidades de dezesseis estados. Outro ponto importante é que dos cento e oitenta e oito municípios que foram encaminhados os editais, apenas cento e setenta e três apresentaram o plano de ação. O valor previsto a ser gasto com a realização das obras era de oitocentos e noventa milhões de reais (R\$ 890.000.000,00), no entanto, somente cento e quarenta municípios concluíram a elaboração dos Planos.

No ano de 2011, enquanto alguns municípios assinavam os Acordos de Preservação do Patrimônio Cultural (APPC), iniciou-se o processo de exposição de algumas obras já concluídas pelo PAC-CH 2009. No entanto, essas obras não foram descritas no Portal da Transparência com fundo advindo do PAC, mas sim, do Programa Monumenta, isso é perceptível na análise das Leis Orçamentárias Anuais (LOA), que demonstram que o PAC-CH somente aparece em 2012 (LEAL, 2017).

Dessa forma, observa-se que o que ocorreu em 2009 e 2011 foi apenas uma cogitação do PAC-CH, já que este somente seria efetivado em 2013, no governo da Presidenta Dilma Vana Rousseff, ou seja, as obras realizadas durante estes 4 anos não são consideradas ações do Programa PAC-CH, mas sim do Programa Monumenta.

Segundo o IPHAN, esse programa “é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos” (IPHAN; FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009, p. 05).

Além disso, o programa surgiu a partir da Portaria nº 383, de 20 de agosto de 2013, abrangendo tanto reformas de cunho público como privado; foram contempladas 44 cidades e um total 425 obras selecionadas por todo o Brasil. O valor destinado para a execução dessas foi de R\$ 1,6 bilhões de reais (IPHAN, 2017).

Contudo, ressalta-se que as obras de cunho privado acabaram não sendo executadas. Assim, esta análise se restringe ao espaço público na Cidade de Goiás, visto que outras 44 cidades foram contempladas pelo programa em todo o Brasil. A obra foco desta pesquisa é a requalificação do Cine Teatro São Joaquim.

Um aspecto visualizado é que as regiões com maior número de cidades contempladas pelo Programa estão situadas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país. Para uma melhor compreensão, segue abaixo o Quadro 1, com o apontamento de cada uma das cidades apreciadas pelo PAC-CH, no ano de 2013.

Quadro 1 - Cidades Contempladas pelo PAC-Cidades Históricas

Cidades Contempladas PAC-CH	Estado	Cidades Contempladas PAC-CH	Estado
Marechal Deodoro	AL	Cuiabá	MT
Penedo	AL	Belém	PA
Manaus	AM	João Pessoa	PB
Itaparica	BA	Fernando de Noronha	PE
Maragogipe	BA	Olinda	PE
Salvador	BA	Recife	PE
Santo Amaro	BA	Parnaíba	PI
Aracati	CE	Antonina	PR
Fortaleza	CE	Natal	RN
Sobral	CE	Jaguarão	RS
Goiânia	GO	Pelotas	RS
Goiás	GO	Porto Alegre	RS
São Luís	MA	São Miguel das Missões	RS
Belo Horizonte	MG	Rio de Janeiro	RJ
Sabará	MG	Vassouras	RJ
Ouro Preto	MG	Florianópolis	SC
Congonhas	MG	Laguna	SC
Diamantina	MG	Iguape	SP
Mariana	MG	Vila Ferroviária de Paranapiacaba	(Santo André - SP)
Serro	MG	São Luiz do Paraitinga	SP
São João del Rei	MG	Aracaju	SP
Corumbá	MS	São Cristóvão	SE

Fonte: Site do IPHAN.⁵

Ao analisar o Quadro, percebe-se a manutenção de uma visão que permeia as seleções dos espaços a serem tombados, ou mesmo receberem investimento em obras de cunho preservacionista. "Aparentemente a geografia do passado nacional está concentrada em estados vinculados a ciclos econômicos - Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo" (RUBINO, 1996, p. 101). Assim, observa-se que cinco cidades estão localizadas na Bahia, oito em Minas Gerais, três em Pernambuco e quatro em São Paulo. Dessa forma, vinte cidades estão localizadas nestes quatro Estados, ou seja, aproximadamente 45% das cidades que receberam ações do Programa estão concentradas nas regiões que possuem alguma relação com o ciclos econômicos, como é o caso de Minas Gerais.

Em seguida, no Quadro 2, observa-se que apenas duzentos e oitenta e seis obras foram contempladas pelo programa, de um total quatrocentos e vinte cinco obras selecionadas inicialmente para a realização das intervenções

Quadro 2 - Obras contempladas pelo PAC-CH

Espaços contemplados	Museus	Instituições de Ensino	Igrejas Históricas	Patrimônio Ferroviário	Equipamentos Culturais	Fortes e Fortalezas
Número de ações	39	11	88	24	115	9

Fonte: Site do IPHAN.⁶

⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1779>

Dentre estas, pode-se verificar que a maioria se refere a Igrejas Históricas e Equipamentos Culturais, como o caso do Cine Teatro São Joaquim, objeto foco desta pesquisa. Assim, como Rubino (1996) afirma, existe uma predominância em relação à seleção desses espaços, como é observado nos tombamentos:

Nessa hierarquia interna visível entre os bens tombados, é evidente a predominância do imóvel religioso e católico, seguido do urbano. Esse número cresce se agregarmos as casas de câmara e cadeia, palácios de governos, prefeituras etc., agrupados como arquitetura ligada ao Estado, e se lembramos que grande parte dessa igrejas e conventos se localizam em cidades. A experiência das elites rurais está mal representada, pouco acima dos fortes de arquitetura militar e apenas um percentual acima das fontes e chafarizes (RUBINO, 1996, p. 98).

Os dados trazidos acima demonstram que existe a manutenção da escolha de espaços relacionados ao catolicismo e à elite. Portanto, pode-se constatar que o IPHAN continua mantendo um padrão de seleção.

O desenvolvimento do PAC-CH conta como participantes da ação a articulação da Casa Civil da Presidência da República, sob coordenação do Ministério da Cultura (MinC), através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com os Ministérios do Turismo, Educação e Cidades, Petrobrás, Eletrobrás, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), parceiros da proposta de realização do Programa. Nesse sentido, avalia-se que obras de cunho público com grandes dimensões orçamentárias, como o caso do PAC-CH, exigem um grande contingente de parceiros (IPHAN; FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009).

Na Cidade de Goiás, seis locais foram contemplados com essa política pública, sendo apresentados no Quadro 3:

Quadro 3 - PAC-Cidades Históricas na Cidade de Goiás

ESTADO	CIDADE	OBRA	VALOR (EM REAIS R\$)
GO	Goiás	Restauração do Casarão da Escola de Artes Veiga Valle	1.385.682,99

⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>

GO	Goiás	Recuperação da Ponte da Cambaúba	895.202,53
GO	Goiás	Restauração do Mercado Municipal	10.142.826,60
GO	Goiás	Requalificação da Sede da Diocese de Goiás – instalação do Arquivo Diocesano	1.332.768,12
GO	Goiás	Requalificação do Cine Teatro São Joaquim	10.134.975,15
GO	Goiás	Restauração da Sede da Prefeitura de Goiás	5.691.694,61

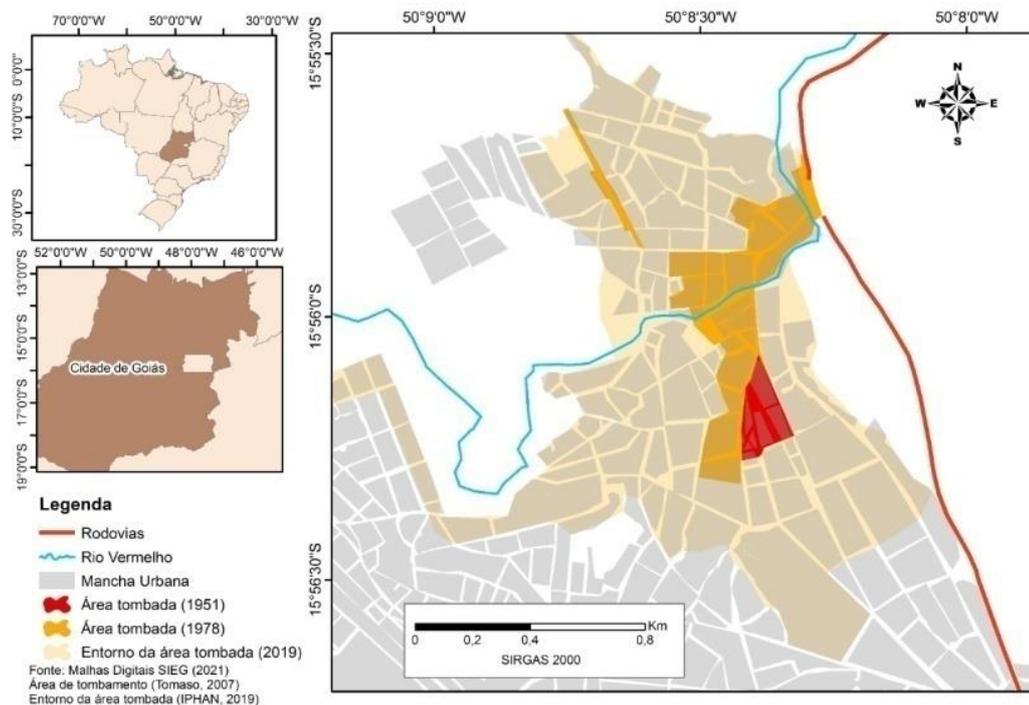
Fonte: Site do IPHAN.⁷

As duas obras com maiores investimentos foram a restauração do Mercado Municipal e a Requalificação do Cine Teatro São Joaquim. A de menor investimento foi a recuperação da Ponte da Cambaúba, não chegando a um milhão de reais. O recurso investido na Cidade de Goiás totalizou vinte e seis milhões e novecentos mil reais (R\$ 26.900.000.000,00), sendo que a Cidade de Goiás foi a primeira do país a entregar todas as suas obras, referentes ao Programa, concluídas.

A Figura 6 apresenta três mapas, o primeiro, do lado esquerdo, traz a localização do Estado de Goiás no que tange ao território Nacional. No mapa abaixo, pode-se localizar a Cidade de Goiás dentro do Estado de Goiás. No canto direito, está a localização da parte da cidade que foi tombada nos anos de 1951 e 1978, além da parte que corresponde ao entorno, que foi ratificado no ano de 2004.

Figura 6 - Delimitação da área tombada na Cidade de Goiás

⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1779>



Fonte: Elaborado por Laís Naiara dos Reis (2021).

Já o mapa da Figura 7 expressa a localização de cada uma das obras realizadas na Cidade de Goiás, permitindo observar que todas estão situadas no espaço referente ao tombamento de 1978, ou na região de entorno. A produção do mapa foi complexa em razão não haver nenhum mapa com as poligonais do município. Logo, foi preciso a instalação do aplicativo *Google Earth Pro* e vetorização de todas as quadras da cidade. Somente após esse processo foi iniciado a confecção do mapa com a localização de cada espaço contemplado pelo Programa na cidade. Cada espaço está apresentado com um pontilhado em cor distinta e com uma imagem para a melhor compreensão da edificação:

- ✓ Rosa = Cine Teatro São Joaquim;
- ✓ Azul claro = Arquivo Diocesano;
- ✓ Amarelo = Prefeitura Municipal;
- ✓ Verde = Escola de Artes Plásticas Veiga Valle;
- ✓ Vermelho = Mercado Municipal;
- ✓ Azul escuro = Ponte da Cambaúba.

Figura 7 - Mapa com a marcação dos espaços contemplados pelo PAC-CH na Cidade de Goiás



Fonte: Elaborado por Laís Naiara dos Reis (2021).

A cor acinzentada refere-se à parte urbana da Cidade de Goiás, as linhas azuis fazem a delimitação do rio que corta a cidade, as linhas em vermelho representam as rodovias. No mapa pode-se observar que a área tombada, em 1951, está em tom vermelho, já em laranja está a área tombada em 1978. O entorno é compreendido na imagem pela tom de amarelo claro. Em verde temos a área de rerratificação, realizada em 2004.

1.1.4 Fundação e reformas do Cine Teatro São Joaquim (1857-2015)

O Cine Teatro São Joaquim teve sua obra de requalificação iniciada no ano de 2015 e conclusão em 2017, isto é, dois anos após o início das intervenções. Primeiramente, faz-se necessário descrever o processo histórico de fundação do Cine Teatro São Joaquim, que passou por diversas outras obras de melhorias, desde sua fundação, em 1857, até os dias

atuais. Além das restaurações, ocorreu ainda sua demolição e, posteriormente, sua reconstrução em outro local, bem próximo da primeira edificação.

Dessa forma, compreende-se como processo de preservação e restauração dos edifícios históricos: "A palavra preservação compreende desde a intenção de salvaguardar o monumento arquitetônico, passa pelos estudos e análises específicos do campo disciplinar, até encontrar-se com as ações práticas da intervenção em monumentos históricos" (SOARES; OLVEIRA, 2013, p. 139). Portanto, o objetivo da preservação e restauração dos monumentos históricos é preservar a edificação a partir de ações que possibilitem a manutenção do prédio ao longo do tempo.

A partir da análise de documentos históricos, encontrados nos acervos digitais e do Museu das Bandeiras, é possível realizar um breve histórico sobre o processo de fundação e transformações ocorridas no prédio que abriga o Cine Teatro São Joaquim: "foi construído em 1 de junho de 1857 por Manuel das Chagas Artiaga, para uma sociedade teatral existente na velha capital e foi demolido em 1926. Era localizado próximo ao Rio vermelho, junto da residência que foi do padre Joaquim Confucio de Amorim" (MUSEU DAS BANDEIRAS, IBRAM, MINC, HISTÓRIA DE GOIÁS, ZOROASTRO ARTIAGA, Goiânia, 1959, p. 222).

De acordo, como dados trazidos no documento pertencente ao acervo do Museu das Bandeiras, o Teatro foi fundado em 1857 e, posteriormente, em 1926, houve a demolição da edificação que ficava próxima à casa que pertencia ao padre Joaquim Confucio de Amorim. Nesse pequeno trecho, é apresentado dados da fundação e demolição do espaço, que ocorreu sessenta e nove anos após a sua construção; outro ponto é que a edificação ficava bem próximo das margens do Rio Vermelho, logo, no período das enchentes, a edificação acabou sofrendo danos causados pelas águas.

Na Figura 8, imagem retirada do documentário de comemoração dos 160 anos do Cine Teatro, é feita uma ilustração de onde ficaria situado a primeira edificação do teatro. Pela foto, é perceptível a proximidade da edificação das margens do Rio Vermelho. Em relação ao local do atual prédio do Teatro, percebe-se, nesta mesma foto, ao fundo, um grande prédio branco.

Figura 8 - Localização de onde seria o Cine Teatro, no Beco da Lapa



Fonte: Vídeo Documentário Institucional de 160 anos do Cine Teatro São Joaquim.

Existe alguns relatos que existiria na Cidade de Goiás um teatro antes mesmo da construção do Cine Teatro São Joaquim, todavia, as informações são bem escassas, Bertran (s/d) faz um relato:

Curiosamente não lhe cantam óperas na capital Vila Boa e em outros arraiais importantes. Por via das artes ou bem José de Almeida ou Luís Cunha fizeram então construir um teatro em Vila Boa, que já aparece na planta da cidade em 1782, e de que reclamava o casmurro Antonio Telles: que para fazerem *lustrosas as suas ações e gostos (os governadores), estabelecem Casas de Ópera com que a terra não pode...* (BERTRAN, s/d, p. 12).

Por meio desses dados, observa-se que talvez o Teatro São Joaquim não seja o primeiro teatro construído em Goiás. Contudo, devido à carência de informações, não será possível aprofundar na discussão sobre esta questão. Existem relatos também de um outro teatro, com o mesmo nome, em uma cidade próxima a Goiás, "houve dois teatros S. Joaquim: o de Traíras (hoje Tupiraçaba, distrito de Niquelândia), mais antigo, da segunda metade do século XVIII, cujos amplos alicerces ainda se pretende identificar em meio as ruínas da velha urde" (SOUZA apud MENDONÇA, 1981, p. 60). Dessa forma, observa-se que no século XVIII, houve a construção de alguns teatros nas cidades do Estado de Goiás, com intuito de levar entretenimento para os moradores, sobretudo, os considerados da elite, pois o valor dos ingressos eram inacessíveis nesse período.

Para compor esta pesquisa, um dos principais documentos usados, para compreensão do processo histórico sobre o Teatro, foram os jornais da época, que em várias passagens

trazem as ações de reforma, espetáculos desenvolvidos nesse espaço e também são documentos de fácil acesso nas plataformas digitais, além de alguns livros que trazem a história da cidade.

Um dos documentos analisados relata a estrutura do prédio que abrigava o Teatro em 1857: sua altura poderia ser comparada com a da Igreja da Boa Morte; possuía um aspecto retangular; seu telhado era feito de meia água; e possuía inúmeras janelas ao seu redor. O local ainda apresentava duas entradas distintas, uma com saída para o Beco da Lapa e a outra para as margens do Rio Vermelho. O piso do prédio era de madeira; próximo à entrada existia um saguão; o interior da edificação era composto por plateia, camarote e torrinhas, sendo que cada espaço era ocupado por uma classe de pessoas, com as torrinhas destinadas aos presidentes do Estado e ao Chefe de Polícia local. A iluminação era realizada a partir de lampiões (PASSOS, 2018).

Alguns anos após a construção do Teatro, já se iniciou a realização das primeiras intervenções na estrutura da edificação, sendo que a primeira ocorreu no ano de 1872. As reformas realizadas procuravam melhorias nas condições do espaço e, sobretudo, para os telespectadores que frequentavam as apresentações. De acordo com Passos (2018), na primeira reforma foram realizadas: a pintura do teto instalação de um novo pano de boca⁸, além da inserção de mais uma porta com a saída para o Rio Vermelho e o aumento do número de lugares na plateia do teatro. A intervenção seguinte acontece em 1882, na qual é realizada a inserção de grades nas janelas, além do reparo na decoração e cenários.

Em 1894, pouco mais de quarenta anos após a fundação do Teatro, ocorreu a cogitação de mudá-lo para outro prédio (onde atualmente funciona o Correio da Cidade, próximo ao Quartel do XX), localidade com mais segurança para a população frequentadora, já que o Teatro ficava situado próximo ao Beco da Lapa.

Todos conhecem o quadrilátero existente ao lado do quartel e que era destinado a construção de uma enfermaria militar, sendo que para isso já existem os antigos alicerces, contruídos há muitos anos, ainda no tempo do império, e o terreno acha-se mais ou menos nivelado e pronto a ser aproveitado (GOYAZ, 1894, p. 3, n. 457).

Porém, existiam dois elementos que poderiam prejudicar a modificação da localidade em que se encontrava o Teatro: "Mas dois obstáculos, não invencíveis, aparecem desde logo opondo-se a satisfação d' esse desideratum: 1º o terreno pertence ao governo federal; 2º é

⁸ Pano de boca é uma tela que ocupa a sala de entrada, que fica na frente da cortina antes de começar as apresentações.

destinado a construção da enfermaria militar" (GOYAZ, 1894, p. 03, n. 457). Assim, a partir da análise dos jornais da época, percebe-se que o Teatro foi mantido no local.

Após alguns anos, seria inaugurado o Cinema Goyano. Em um jornal da época, é descrito que, em 1909, este foi inaugurado na Cidade de Goiás, precisamente no dia 13 de maio de 1909, ficando no local até o ano de 1917.

Retomando a análise sobre as reformas no Teatro, muitas vezes, a solicitação de mudanças na edificação ocorria pelo próprio dono do teatro ou até mesmo pelos espectadores, que buscavam sempre melhorias no prédio. A Carta de Restauo descreve claramente quais os locais que deveriam ser restaurados para manter a conservação; criada em 1972, no seu 2º artigo, estabelece que:

Artigo 2º - Além das obras mencionadas no artigo precedente, ficam assimiladas a essas, para assegurar salvaguarda e restauração, os conjuntos de interesse monumental, histórico ou ambiental, particularmente os centros históricos; as coleções artísticas e as decorações conservadas em sua disposição tradicional; os jardins e parques considerados de especial importância (CARTA DE RESTAURO, 1972, p. 01).

Antes mesmo da elaboração da Carta de Restauo, como mencionado, já havia perceptível preocupação dos proprietários, assim como dos participantes das apresentações realizadas no Teatro, com as condições da edificação, visando sempre a realização de intervenções na estrutura para um melhor acondicionamento e segurança das pessoas naquele espaço. Porém, alguns indivíduos não eram a favor dessa ação, visto que a própria população poderia arcar com os gastos.

O novo "Theatro"

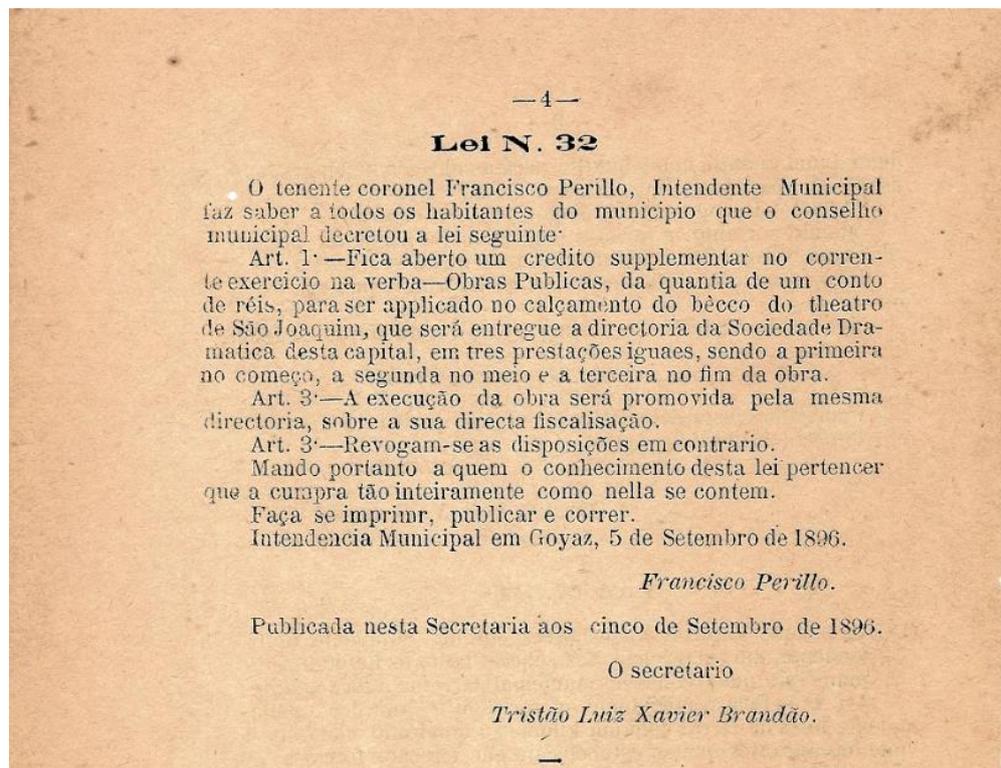
Calculamos em oito mil o número de pessoas existentes nessa capital e se achão nas condições de nos auxiliar, mas como é prudente sempre se contar com muitos contratempes e devemos em conta sempre a má vontade de almas pequenas e espíritos revogados, que, a semelhança donoctivagos, temem a luz e procurarão sempreas trevas, contemos que dessa 8 mil almas somente três mil compreendam o alcance do melhoramento que propomos a realizar; porquanto parece que alguns, ou por espirito de opposição a tudo quando é progresso, ou porque não comprehenderão bem a influência benéfica que o theatro exerce na educação do povo, ou por outro qualquer motivo que não convém examinar, negão a utilidade da empreza.

Ora, três mil pessoas concorrendo mensalmente com 500 rs, produz em 1.500\$ rs. e no fim de um anno teremos em cofre 18:000 \$ rs. (GOYAZ, 1894, p. 02, n. 454).

No trecho retirado de uma publicação do *Jornal Goyaz*, de 1894, percebe-se que a população da cidade era em torno de oito mil moradores, dos quais cerca de três mil auxiliaram com o pagamento de uma quantia em dinheiro, mensalmente, para que no final do ano fossem realizados melhoramentos na edificação do teatro, porém, observa-se que uma parcela dos moradores era contra essa ação.

Dois anos após a solicitação para arrecadação de dinheiro para proporcionar adequações no espaço, feita por parte da população, é apresentada outra reforma no espaço, de maior expressividade, em 1896 (PASSOS, 2018). Além disso, em 1896, é realizada a promulgação da Lei nº 32, que estabelece o repasse financeiro à diretoria da Sociedade Dramática⁹ para a execução de obras de caráter público e para o calçamento do beco onde ficava localizado o Teatro São Joaquim.

Figura 9 - Lei nº 32



Fonte: Acervo do Museu das Bandeiras.

Passados cerca de quinze anos, em 1909, o Teatro São Joaquim tem a inserção do Cinema Goyano na sua edificação, passando a partir desse momento a ser chamado de Cine Teatro São Joaquim, pois o espaço agora dispunha também de apresentações cinematográficas, não ficando restritos às exibições teatrais.

⁹ Sociedade Dramática é um grupo de pessoas (atores) que realizam encenações ou apresentações teatrais com características dramáticas, ou seja, dramas.

Figura 10 - Inauguração do Cinema Goyano



Fonte: Jornal o Vilaboense¹⁰

No lado esquerdo da Figura 10, observa-se a fotografia dos fundos do prédio em que era localizado o Cinema Goyano, ou seja, o prédio do Teatro São Joaquim. O proprietário era o Major Domingos Gomes, que também era empresário na Cidade. Atualmente, no local, está situada a Casa da Ponte Hotel, às margens do Rio Vermelho. Já na lateral direita da Figura 10, visualiza-se a imagem do primeiro cartaz do Cinema Goiano (Figura 11), com o anúncio sobre o horário e valor cobrado para a participação nas apresentações, além de trazer quais fitas seriam exibidas, sendo estas de drama e comédia. A imagem pode ser melhor visualizada na próxima figura.

Figura 11 - Primeiro cartaz do Cinema Goyano



Fonte: Jornal O Vilaboense.¹¹

¹⁰ Disponível em: <http://ovilaboense.blogspot.com/2009/05/100-anos-do-cinema-em-goias.html>

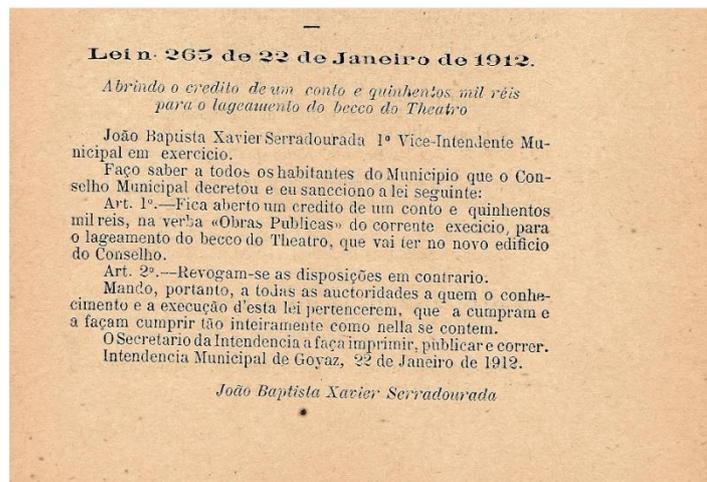
Durante a estadia do Cinema Goyano, o prédio do Teatro era alugado. Domingos Gomes de Almeida, por inúmeras vezes, solicitava reformas no prédio para o Estado: "Domingos Gomes de Almeida requerendo prorrogação do contrato de arrendamento do Theatro S. Joaquim, por mais um ano, e solicitando reparos necessários à conservação do mesmo edifício, correndo por conta do peticionário os de asseio e comodidades do público" (GOYAZ, 1911, n. 6).

Posteriormente, o proprietário também solicita a continuidade do contrato por um período de mais dois anos. Pode-se dizer que as apresentações realizadas no local levavam à comunidade uma forma de lazer, visto que nesse período não se dispunha de muitas formas de entretenimento na Cidade, como observam Leão e Benfica:

Durante a década de 1910, quando o cinema se firma como forma de entretenimento, os filmes tinham de 10 a 20 minutos de duração. Assim, a programação era composta por vários curtas. Nesse contexto, o Cinema Goyano, após um mês de sua inauguração, exibia "As Proezas de Dom Quixote", anunciado como "uma verdadeira fábrica de gargalhadas"; "Santos Dumont", documentário sobre as peripécias do Pai da Aviação em Paris; "O Enforcado", comédia, e "Chegada e Partida de Trens de Ferro". O Cinema Goyano funcionou ininterruptamente até 1934. No Teatro São Joaquim, no Beco da Lapa, ele funcionou até 1917, quando o seu proprietário, Domingos Gomes, construiu prédio próprio para o cinema, no Largo da Cadeia. No novo endereço, os filmes contavam com o acompanhamento dos músicos da Banda do Exército. Posteriormente, o primeiro cinema goiano passou a usar orquestra própria durante a exibição dos filmes para fazer o fundo musical (LEÃO; BENFICA, 1995, s.p.).

Posteriormente, no ano de 1912, é sancionada outra lei, voltada dessa vez para o lajeamento do beco que passaria a contar com a edificação do Conselho.

Figura 12 - Lei nº 265, de janeiro de 1912



Fonte: Acervo do Museu das Bandeiras.

¹¹ Disponível em: <http://ovilaboense.blogspot.com/2009/05/100-anos-do-cinema-em-goias.html>

Ambas as leis aprovadas¹² possuem caráter de melhorias no entorno do Teatro, visto que estão inclusas no setor de "Obras Públicas". Logo, a partir destas duas leis, percebe-se que o Teatro era um espaço de importância para os moradores da cidade, sendo um ambiente cultural e educacional.

Ao longo dos anos, é perceptível a ampliação e melhoria em relação às exposições cinematográficas. Segundo relatórios dos presidentes do Estado Brasileiros, em 1914, é notável a importância do Teatro para a sociedade de Goiás, porém, estes admitem a incapacidade do Estado em arcar com as reformas necessárias, mesmo o único meio encontrado a fim de dar continuidade nas apresentações, seja das orquestras, cinema ou teatro, era a realização de uma reforma no espaço:

Theatro

Entre os edifícios publicos pertencentes ao Estado está o velho theatro de S. Joaquim. Construido pelo fallecido Goyano Coronel Joaquim Manoel das Chagas Artiaga, há mais de 50 annos, tem essa casa de diversão se prestado aos fins a que era destinada.

Infelizmente a sua architectura, commodidades e solidez deixaram muito a desejar.

O theatro moderno tem exigencias que precisam ser attendidas.

Sendo um ponto de reunião de centenas de pessoas, torna-se necessário que o edificio offereça aos seus frequentadores ar, luz, segurança, hygiene e commodidade.

Não permitindo o nosso estado financeiro despender grande quantia com a construção de um novo em melhor local, penso que o Congresso deverá dotar o orçamento com uma verba para melhoramento desse theatro (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS, 1914, p. 01-02, nº 00001).

Trecho do Jornal *A Informação Goyana*, do ano de 1922, esclarece que foi realizado um repasse financeiro para o Cine Teatro a fim de realizar obras de adequação do prédio, visto que foram identificados problemas em sua estrutura: "foram feitos reparos ao Palácio do Governo, Teatro de S. Joaquim, Lyceu de Goyaz, Quartel da Policia, Secretaria das Obras Públicas, Necrotério, Grupo Escolar, etc." (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1922, p. 2, n. 3B).

No ano de 1930, após passar por inúmeras reformas em sua estrutura, é sancionada a Lei nº 914, que permite a doação do Cine Teatro São Joaquim para a Superintendência Municipal da Capital. Ao longo da década de 30, o Teatro foi desativado e, posteriormente, ocorre a sua demolição (PASSOS, 2018). Após a demolição do prédio do Teatro, que estava situado às margens do Rio Vermelho, no Beco da Lapa, deu-se lugar ao Hotel Municipal, que atualmente abriga a Casa da Ponte Hotel.

¹² Os documentos apresentados nas imagens pertencem ao acervo do Museu das Bandeiras, o papel já se encontra amarelado devido as ações de deterioração, contudo a escrita está bem legível.

Figura 13 - Cine Teatro São Joaquim - localização atual e anterior



Legenda: À esquerda, prédio na cor coral – primeira localização do Cine Teatro São Joaquim (Atualmente, funciona como hotel). À direita da Cruz do Anhanguera (ao centro), prédio atual do Cine Teatro (edifício branco com quatro portas).

Fonte: A+P Arquitetos e Associados.

Na Figura 13, pode-se observar que a alteração do deslocamento do Teatro foi pequena, ou seja, apenas alguns metros em relação ao primeiro ponto que o abrigou. Assim, do lado esquerdo da foto, na cor coral, está instalado um dos hotéis da Cidade, o Casa da Ponte Hotel, antigo hotel municipal, espaço que abrigou o Teatro até 1928. Do lado direito da imagem, com dois carros, sendo um branco e outro prata, estacionados em frente, está o prédio que abriga o Cine Teatro atualmente, antigo Cine Anhanguera.

Existem alguns relatos que após a demolição do Cine Teatro São Joaquim, por volta dos anos 30, foi instalado no espaço o que viria a ser o Cine Anhanguera. Nesse período, o

que existia no espaço eram apenas residências, como é observado nas imagens abaixo, apresentadas nos relatórios de monitoramento arqueológico.

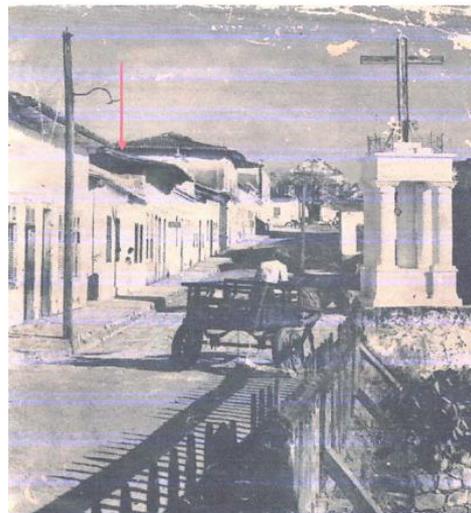
Figura 14 - Missa na rua Moretti Foggia



Fonte: Acervo pessoal da D. Circe.

Nessa primeira imagem, é visualizada a realização de uma missa em frente ao espaço onde o Cine Teatro São Joaquim está localizado. A princípio, no local, eram situadas residências de moradores da cidade. Percebe-se na fotografia disponibilizada por Dona Circe¹³ à equipe da empresa de arqueologia, a presença de inúmeras pessoas na rua, celebrando uma missa. Ao fundo nota-se duas casas, o espaço passaria a ser o Cine Anhanguera, que, posteriormente, seria denominado Cine Teatro São Joaquim.

Figura 15 - Rua Moretti Foggia



Fonte: Acervo Frei Simão Dorvi¹⁴.

¹³ A imagem foi retirada do 5º Relatório de Medição - Projeto de monitoramento e salvamento arqueológico da restauração do Cine Teatro São Joaquim, na Cidade da Goiás, na documentação não consta o nome completo da Senhora apresentada como Dona Circe.

¹⁴ A imagem foi retirada do 1º Relatório de Medição - Projeto de monitoramento e salvamento arqueológico da restauração do Cineteatro São Joaquim, na Cidade da Goiás.

Na imagem, que o fotógrafo captou do outro lado da ponte, visualiza-se em primeiro plano a Cruz do Anhanguera e um homem passado de carroça na rua de calçamento de pedra. Ao fundo com uma seta vermelha indicando o espaço, observa-se o local que situa o Cine Teatro São Joaquim. A imagem pertence ao acervo Frei Simão Dorvi. Passados mais de trinta anos da demolição do Teatro, que era localizado no Beco da Lapa, inicia-se o processo de construção do que viria a ser o Cine Anhanguera, na Rua Moretti Foggia, local próximo ao espaço que ocupava o Cine Teatro São Joaquim.

Figura 16 - Construção do Cine Anhanguera



Fonte: Jornal o Vilaboense.¹⁵

Por volta de 1950, é construído o Cine Anhanguera, na Rua Moretti Foggia, onde se situa o atual prédio do Cine Teatro São Joaquim, como já mencionado. O proprietário e empresário Djary Alencastro Veiga foi quem construiu o Cine Anhanguera. Contudo, após alguns anos, o empresário realizou a venda deste imóvel para Wandjou Rocha Lima, que, posteriormente, vende o mesmo para a Sra. Lucy Veiga Godinho, que, em seguida, por meio de doação, dispõe o prédio para o Governo, gerido por Henrique Santillo. Portanto, observa-se que o edifício do Teatro foi vendido inúmeras vezes, para indivíduos da alta sociedade vilaboense.

O Jornal Cidade de Goiás, em 1952, em seu trecho que se refere à inauguração do Cine Anhanguera, no dia 17 de Abril, diz: "No dia 17 ultimo, com a vultuosa concurrencia, inaugurou nesta cidade o CINE ANHANGUERA, pertencente a cadeia de cinemas que a Empresa Goiana de Cinemas S. A mantem em várias cidades do Estado" (JORNAL CIDADE DE GOIÁS, 1952, p. 1, n. 533).

Além de retratar a inauguração do Cine na Cidade, fala sobre o avanço nos aparelhos utilizados para as apresentações cinematográfica "com aparelhagem completamente nova e

¹⁵ Disponível em: <http://ovilaboense.blogspot.com/2009/05/100-anos-do-cinema-em-goias.html>

uma programação bem escolhida a recém-inaugurada casa de diversões por certa há de satisfazer plenamente a nossa população culta, principalmente conhecendo plenamente os nossos ajustados sociais" (JORNAL CIDADE DE GOIÁS, 1952, p. 1, n. 533).

Após 48 anos da inauguração do Cine Anhanguera, em 1988, o espaço foi modificado para a instalação do Cine Teatro São Joaquim: "1988 - O Governador do Estado adquire o prédio do Cine Anhanguera do Sr. Juarez Godinho e inicia a reforma do mesmo, adaptando-o para teatro" (PASSOS, 2018, p. 266).

Outro ponto importante, que se observa na análise dos documentos, é o fato de a população majoritária que participava das apresentações nos teatros da época ser de famílias consideradas ricas, o que pode ser observado pelo estilo de roupas, inclusive importadas, ou seja, não seria uma pessoa de baixa renda, pois não teria condições financeiras para comprar esse tipo de vestimenta: "Hontem no theatro a Sra. M., trajava um rico vestido de seda azul celeste com laços cor de rosa e rendas de Inglaterra" (GOYAZ, 1882, p.04, n. 270).

Dessa forma, a cultura apresentada neste espaço estava restrita a uma determinada camada da sociedade vilaboense, isto é, pessoas pobres não tinham acesso aos diversos eventos realizados. Todavia, esse não é um fator de unanimidade da Cidade de Goiás, em todo o Brasil existiu esse processo de exclusão de parcela da sociedade em relação à participação em eventos culturais. Além da discriminação em relação às classes sociais, havia também questão de gênero, raramente se via a participação das mulheres nas cerimônias, encenações e atrações realizadas no teatro, como é expresso no trecho abaixo:

Teatro, só de vez em quando, exibindo peças ensaiadas por moças da Capital. Nessas ocasiões o Teatro S. Joaquim, situado nos fundos da casa de Padre Confúcio, e que fora inaugurado a 1.6.1857 ficava completamente lotado. As peças, escolhidas cuidadosamente, podiam ser assistidas pelas moças. Sua representação nada deixava a desejar e em nada era inferior às feitas por profissionais." (REMINISCÊNCIAS [GOIÁS D'ANTANHO] 1907-1911, OFÉLIA SÓCRATES DO NASCIMENTO MONTEIRO, GOIÂNIA, ORIENTE, 1974, p. 77).¹⁶

Além disso, em um trecho do *Jornal A Tribuna Livre* é citado que aconteceria uma apresentação de gala, assim, os interessados deveriam adquirir seus ingressos e, possivelmente, nem todos conseguiriam pagar: "[...] no dia 7 de setembro proximo vindouro haverá espetaculo em grande gala, e por tanto, espera-se que os respectivos cartões de inngresso serão procurados na secretária da sociedade, no próprio theatro, até as 4 horas da tarde d' esse dia" (A TRIBUNA LIVRE, 1878, p. 1, n. 27).

¹⁶ Acervo do Museu das Bandeiras, Minc, Ibran.

Diante do exposto, é notório que o Teatro passou por diversas instabilidades, mas, ainda assim, havia inúmeras apresentações teatrais, por exemplo: "ESPECTACULO - Em benefício do fundo de emancipação levarão a scena no theatro de S. Joaquim o drama - *Ultimos momentos de Lopes e a comédia - os dous mineiros na corte*" (A TRIBUNA LIVRE, 1883, p. 1, n. 329).

Além disso, nos intervalos das apresentações teatrais, eram realizadas exibições de músicas e até valsas. Assim, percebe-se a diversidade cultural naquela época, sendo que a própria população era responsável pelo desenvolvimento das apresentações, mesmo que a maioria dos participantes não tivesse formação na área teatral.

Os dramas encenados no teatro S. Joaquim eram entremeados de música e também nos intervalos, executavam-se valsas, tangos, e sholtists "O Fantasma Branco", "Conde S. Germano" "Terra Natal", "O dote" a opereta "Tim Tim por tim tim", e muitos outros espetáculos que eram cuidadosamente ensaiados. Os artistas todos amadores, pertenciam as melhores famílias tais como: Manoel Corrêa, Chico Vianna, Cincinato da Mota Pedreiro, Elisa Macedo, Cecília Martins, Maria Pécial, Natália Velasco, Costa Oliveira, Luiz Macedo, Nero Macedo, José Santana Xavier de Barros, Bernardo Antônio, Luiz Camargo, Joaquim Jubé, Benjamim da Luz, Marianinha Nunes, Delfina e Francisca Albernaz, Alice Sant' Ana, Dr Jerônimo Moraes, Cesídio da Gama, Coriolano Brandão, Jerônimo França, Ismael Veiga, João Gustavo, segundo relação feita, a nosso pedido pelo nosso zeloso Edilberto Santana (MENDONÇA, 1981, p. 61).

Historicamente, além do Cine Teatro São Joaquim, a Cidade de Goiás contou com apresentações em outros espaços, destacam-se o Cine Iris, o Cine Progresso e o Cine Luso Brasileiro. Todos estes contribuíram com entretenimento para a comunidade vilaboense, em um período marcado pela transferência da capital para Goiânia e a chegada da energia na Cidade:

Em 1919 foi inaugurado na antiga capital o Cinema Iris, de propriedade de Geraldo Sarti. Administrada por Carlos Lins, a sala exibidora também criou a sua própria orquestra para sonorizar as sessões cinematográficas. Com o fechamento do Iris, em 1923, Edilberto Santan fundou, no mesmo local, o Cinema Ideal, que funcionou até 1927. Com o advento do som, em 1928, as orquestras são relegadas ao segundo plano. No dia 3 de fevereiro de 1937, dez anos depois do primeiro filme sonoro, "O Cantor de Jazz", Wadjou da Rocha Lima inaugurou na Cidade de Goiás o primeiro cinema falado do Estado, o Cine Progresso, pondo fim a toda uma era de magia reinante entre música e cinema. A prática de executar músicas de fundo durante as exibições dos filmes vinha desde 1914, quando foi fundado o Cinema Luso Brasileiro, construído por Joaquim Guedes de Amorim. Paralelamente, foi criada a primeira orquestra de Goiás, diante da necessidade de haver fundos musicais para as exibições cinematográficas (LEÃO; BENFICA, 1995, s.p.).

Assim, a Cidade de Goiás foi berço de várias empresas cinematográficas, cada uma com sua importância para a comunidade. O Cine Teatro São Joaquim foi o primeiro teatro do Centro-Oeste e o Cine Progresso o primeiro cinema que contava com apresentações faladas

no Estado de Goiás. Como mencionado anteriormente, alguns aspectos demonstram que a participação da população nos espaços culturais era restrita a uma pequena parcela da sociedade, esta, além de ser a classe mais abastada e homens, era também uma “população culta”, como comerciantes, empresários, advogados, tenentes, coronéis, entre outros.

Já na década de 1990, o prédio passou por uma nova restauração, sendo reaberto no dia 27 de junho de 1992, pela fundação Cultural do Estado de Goiás. Na reinauguração, aconteceu uma apresentação do Coral da Universidade de Brasília (PASSOS, 2018).

Nos anos 2000, o Cine Teatro São Joaquim é contemplado com o Programa PACH, no qual foi investido cerca de dez milhões de reais (R\$ 10.000.000,00) para a realização das obras, buscando adequar o prédio do Teatro com a arquitetura à sua volta (IPHAN, 2017). O processo de restauração de uma edificação é de suma importância para a manutenção de suas funções, pois, ao longo do tempo, os prédios, sejam estes tombados ou não, são acometidos com danos, tanto na parte interna como externa.

A elaboração do projeto do Cine Teatro foi realizada pelo IPHAN, objetivando uma resposta referente à arquitetura do prédio, permitindo, dessa forma, uma melhor relação com seu entorno, visto que o edifício destoava dos aspectos de um sítio tombado, além da melhoria dos seus equipamentos. Assim, diz o objetivo: "O projeto propõe, portanto, amenizar o impacto urbano da construção, preservando elementos da arquitetura tradicional e fragmentando o volume da edificação, mas também promovendo modificações internas" (IPHAN, 2017).

Nesse sentido, este trabalho é a análise do projeto de requalificação desenvolvido no Cine Teatro São Joaquim. Considera-se que pesquisar uma política pública em âmbito federal é importante em virtude de abordar o reflexo desta para a comunidade inserida no espaço em questão, compreendendo se a proposta da política foi alcançada e se surtiu os efeitos almejados na sua elaboração ou, até mesmo, para observar se há inadequações em sua implementação.

1.2 Conceitos e metodologias empregadas na pesquisa analítica da requalificação do Cine Teatro São Joaquim

Esta pesquisa está embasada em alguns conceitos chaves para o entendimento do campo das políticas públicas no âmbito do Patrimônio Cultural. Dessa forma, é imprescindível a compreensão de termos como política pública, memória, patrimônio e identidade social. Já a estrutura metodológica se desenvolveu em cinco etapas, desde a

pesquisa para obtenção de referências biográficas e para o diálogo com a análise dos documentos, até a realização de um documentário como forma de devolutiva para a comunidade participante da pesquisa.

1.2.1 Patrimônio, Políticas Pública, Memória

Esta pesquisa possui como conceitos norteadores as terminologias política pública e patrimônio, que permitem compreender o processo de implantação do Programa PAC-CH e a realização da obra de requalificação do Cine Teatro São Joaquim, além dos conceitos de memória e identidade social.

A princípio, o foco é apresentar a definição do termo patrimônio cultural. Logo, a primeira concepção acerca de patrimônio, segundo Machado (2012), vem do latim *patrimonium*, que significa herança paterna. Ou seja, o que se compreende como patrimônio é aquilo que é herdado de geração em geração, seja um bem de cunho simbólico ou econômico.

Dessa forma, observa-se que tanto os fatos simbólicos como os econômicos são considerados patrimônio, e estes são repassados pelas gerações familiares, isto é, estão inseridos no contexto do patrimônio privado. Contudo, com a Revolução Francesa, ocorre uma modificação dessa perspectiva:

Foi apenas a partir do ideário desencadeado pela Revolução Francesa que o significado de patrimônio estendeu-se do privado, dos bens de uma pessoa ou de um grupo de pessoas – a nobreza –, para o conjunto da nação. É no período pós-revolucionário que obras de arte, castelos, prédios e também paisagens vão construir todo um arsenal de bens a serem preservados para um conjunto maior de pessoas. A emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda (ABREU, 2009, p. 35).

A Revolução Francesa foi um marco na ampliação do conceito de patrimônio, pois, o que a princípio se restringia aos bens privados, ganha uma nova dimensão com a inserção dos bens da nação, ou seja, prédios, paisagens e outros aspectos. Logo, é resultado da noção de perda instaurada no período após a revolução, em que os monumentos e prédios se encontravam deteriorados, momento também que surge a criação do SPHAN, no Brasil, como já foi mencionado no início desta seção.

As constituições que estiveram em vigor no Brasil, anterior a de 1934, não apresentavam nenhum tipo de preocupação acerca da proteção dos bens patrimoniais imóveis, sendo estas a de 1824, primeira constituição em vigor no Brasil, e a de 1891. Somente na Constituição de 1934 que se começa a ter uma preocupação, com a inserção do artigo 10, que

deixa claro que a nação deve proteger os monumentos de valor histórico ou artístico: "III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte" (BRASIL, 1934). Contudo, na Constituição de 1934, o quesito patrimônio não aparece explicitamente.

Assim, o marco legal referente ao fato foi a criação do Decreto Lei de 25 de novembro de 1937, que estabelece em seu primeiro artigo o que é patrimônio: "o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (BRASIL, 1937).

Com o marco legal insaturado, os bens móveis e imóveis que estavam presentes em todo o Brasil e que apresentavam algum aspecto de relevância para a nação passam a ser conservados por meio dos tombamentos "O tombamento, portanto, tinha papel instituinte do valor cultural- daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido" (MENEZES, 2012, p. 33).

No entanto, é no ano de 1988 que o termo patrimônio adquire maior enfoque, com a presença de um artigo na Constituição Federal, voltado à preservação do patrimônio cultural brasileiro. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988:

Constituem o patrimônio cultural brasileiro, os bens, de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Logo, no estabelecimento do artigo 216 na Constituição, voltado ao patrimônio, observa-se a inserção do imaterial, que não está presente no Decreto Lei de 1937, ou seja, a Constituição de 1988 é um dos marcos no Brasil referentes ao desenvolvimento do campo da preservação patrimonial. Porém, Menezes (2012) destaca que o elemento mais importante referente à Constituição de 1988 é a modificação do agente responsável pela seleção do que é patrimônio.

Observa-se que, em 1937, a seleção do que era bem patrimonial era realizada pelo poder público, o qual decidia quais espaços seriam tombados. Com a Constituição de 1988, os valores culturais, selecionados pela sociedade, ganham espaço, não sendo mais unicamente o poder público responsável por esse processo.

Outro ponto que deve-se atentar na discussão sobre patrimônio é referente à divisão do patrimônio em material e imaterial. De acordo com Chuva (2012), essa divisão conceitual é enganadora, visto que quando é realizada uma modificação em um bem material, conseqüentemente, ocorrem alterações nos aspectos imateriais. Essa divisão acaba afetando também a distribuição de recursos, um vez que as políticas institucionais estão voltadas majoritariamente aos bens materiais, dessa forma, os bens patrimoniais considerados imateriais ficam aquém destes recursos.

Dessa forma, verifica-se que o patrimônio cultural não possui uma divisão conceitual, entre material e imaterial, pois ambos são permeados um do outro, ou seja, não é possível separá-los. "A percepção da cidade como patrimônio cultural material induz a um entendimento limitado dos moradores e usuários cujos os modos de vidas estão vinculados àquele espaço" (CHUVA, 2012, p. 163). Essa observação pode ser feita em relação ao Cine Teatro São Joaquim, visto que a edificação com seu caráter material não é a única forma de visualizar o espaço, é um "lugar de memória", no qual os moradores presenciaram vários acontecimentos, que são guardados em suas recordações.

Cabe pontuar antes de se aprofundar na discussão de "lugar de memória" sobre a consolidação da noção de referência cultural na década de setenta, "Em suma, o conceito de referência cultural ressalta o processo de produção e reprodução de um determinado grupo social e aponta para a existência de um universo simbólico compartilhado" (VELOSO, 2006, p. 444). Assim, com a ampliação do conceito de patrimônio cultural para referências culturais, os sujeitos históricos selecionam as referências a partir do seu valor, não sendo visualizado apenas a materialidade e sua importância como símbolo monumental.

O objeto desta pesquisa trata-se do patrimônio urbano e edificado, ou seja, o Cine Teatro São Joaquim, além da inserção de uma política pública nesse contexto, porém, com foco também no que refere-se ao edifício como um espaço permeado de memórias. Portanto, não é possível realizar a análise da requalificação do prédio a partir somente da materialidade.

De acordo com Ribeiro (2012), o patrimônio edificado possui suas especificidades, que devem ser ressaltadas no momento da análise de reconstrução dos edifícios: "Essa especificidade, fundamentalmente, é oriunda do seu valor de uso – que não é único valor que a arquitetura incorpora, mas que sem dúvida descende da máxima vitruviana de que uma boa edificação deve conter 'utilitas, firmitas, venustas'" (RIBEIRO, 2012, p. 171).

Deste modo, no âmbito das políticas públicas voltadas ao patrimônio urbano edificado, pode-se referir o Programa Monumenta e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que possui uma vertente direcionada ao patrimônio cultural, o PAC-CH.

Ao se tratar da análise de uma política pública, observa-se que política pública apresenta várias definições, no entanto, a mais conhecida é apresentada por Souza: "Decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz" (SOUZA, 2006, p. 25). Assim, procura-se averiguar as duas últimas etapas do PAC-CH na obra do Cine Teatro São Joaquim.

Uma política pública é subdividida em: elaboração da agenda (momento que são selecionadas as prioridades); a formulação (fase de apresentação de sugestões e alternativas para os problemas encontrados); tomada de decisão (escolha da ação a ser desenvolvida); implementação (desenvolvimento das ações); e avaliação (momento de averiguar os pontos positivos e negativos) (AMARAL; CALDAS; LOPES, 2008). Neste trabalho, um dos momentos chaves é a avaliação, em virtude de ser desenvolvida uma pesquisa com os moradores para compreender como a política do PAC-CH atingiu a sociedade vilaboense.

No Brasil, as políticas públicas passaram por um longo percurso de aprimoramento e, atualmente, vêm recebendo uma ampliação no seu repertório, consentindo com a criação de políticas voltadas à área Cultural. A relação entre política e cultura pode ser observada a partir da criação do curso de Museus, no ano de 1932, por meio do Decreto nº 22.928, de 1933, que também proporcionou a elevação de Ouro Preto a monumento nacional, e da Lei nº 378, de 1937, que permitiu a criação do SPHAN e o Museu Nacional de Belas Artes (CORÁ, 2014). O patrimônio cultural, com as políticas públicas, passou a receber investimento do Governo Federal, principalmente a partir da Constituição de 1988, visando a preservação e a manutenção do patrimônio.

Logo, com a ampliação das modalidades de patrimônio cultural, existe atualmente a necessidade de se preservar os objetos, espaços, edifícios e formas de se viver relacionadas ao passado. A preservação pode estar ligada, além da busca coletiva para reconhecer as identidades, com os supostos medos da perda desses bens, sendo, então, um processo coletivo que procura mediar e equilibrar equívocos na forma atual de representar o tempo. Essa concepção revela que o futuro não apresenta as esperanças de uma utopia, mas é a busca por preservar o passado, que é uma forma falha de procurar parar o futuro (GONÇALVES, 2015).

O Cine Teatro São Joaquim representa um "*lugar de memória*" para muitas pessoas, e estas memórias estão constituídas a partir de eventos realizados nesse espaço, desde a sua fundação, em 1857, até os dias atuais, com as apresentações teatrais, corais, refeições de grau, o FICA, entre outros. "Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração" (POLLAK, 1992, p. 202). Dessa forma, observa-se a relevância em compreender estes espaços públicos como

"lugares de memória", estando relacionados a fatos vivenciados nesse espaço ao longo da sua constituição.

Os lugares constituídos por memória "podem ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real que a vivencia se deu" (POLLAK, 1992, p. 202). Esses eventos marcam de forma individual ou coletivamente a memória dos indivíduos, ficando guardados na lembrança e até mesmo transmitidos para outras pessoas em seu cotidiano. Como afirma Pollak (1992), essa memória fica marcada pela relevância do fato para o indivíduo, como o caso das colações de grau, momento em que os estudantes são contemplados com o diploma do curso e, nessa ocasião, os familiares estão presentes para festejar uma ocasião tão aguardada.

O Cine Teatro é um lugar de memória em que são criadas interações sociais: "a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos usos e manipulações" (NORA, 1993, p. 09). Além disso, a memória é passível da interferência dos sujeitos na busca para exaltar determinado fato ou indivíduo. Assim, é o caso do Cine Teatro São Joaquim, um "lugar de memória", pois está na memória dos moradores da cidade, desde crianças, idosos, adolescentes e outros; são pessoas que têm alguma lembrança para contar sobre um rito de passagem no Teatro que marcou sua vida e que está guardada em seu inconsciente, e que, com o passar dos anos, alguns detalhes podem ser esquecidos e outros ganham maior evidência ao descrever essa memória.

Deve-se observar que a teoria sobre memória não possui apenas uma vertente, já que vários autores trazem que o recordar apresenta algumas nuances, podendo ser pessoal, cognitiva e a memória-hábito. Connerton (1999) define três perspectivas da memória, a primeira se refere a atos de recordações individuais, pois estão localizados em um passado pessoal, e quando o indivíduo realiza a exposição da lembrança está sempre preocupado em retratar aquele evento, descrevendo-o em primeira pessoa. Já a segunda está relacionada ao verbo recordar, no qual se recorda as histórias de uma cidade, como resolver uma equação matemática, a etimologia das palavras, entre outros; diferentemente da primeira, não há necessidade de possuir recordações do momento da aprendizagem, mas saber que existiu. A última forma de memória é a que possui um estudo mais restrito em relação as demais: a memória-hábito, que consiste no ato de reproduzir uma determinada ação, ou seja, ler,

caminhar, andar de bicicleta, ações que são expressas mediante a necessidade da sua realização, assim, sendo construídas por meio do hábito.

Pollak (1992), acredita na existência de duas perspectivas, sendo elas a memória coletiva e individual. Coletiva porque é formada a partir de acontecimentos vivenciados por um grupo, enquanto a outra trata de fatos vividos individualmente. A memória está relacionada com a identidade dos sujeitos e é formada por meio das relações construídas cotidianamente, porém, cada grupo de sujeitos elabora sua identidade. Nesse sentido, o Cine Teatro São Joaquim é um referencial de identidade dos moradores da cidade.

O Cine Teatro São Joaquim, desde sua fundação, em 1857, é um importante espaço para os moradores da Cidade, neste lugar as pessoas, tanto individualmente como coletivamente, possuem memórias marcantes, que estão resguardadas em seu inconsciente. Dessa forma, observa-se que houve eventos diversos na história do teatro e, atualmente, também existem eventos que ficarão na memória dos moradores da cidade.

Procura-se, então, apresentar de forma sucinta algumas destas celebrações e, assim, afirmar que apesar da edificação do Teatro não ser considerada um patrimônio para as instituições, é um espaço repleto de memórias dos vilaboenses. "A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto" (NORA, 1993, p. 09); a memória está em todo lugar, seja ele material ou simbólico. Antes de adensar na discussão das celebrações corriqueiras que acontecem no Cine Teatro, mais recentes, aborda-se uma retrospectiva de alguns acontecimentos históricos que foram realizados no espaço desde 1857.

O Cine Teatro São Joaquim foi fundado no período Imperial, nessa época, ainda não havia ocorrido a promulgação da Lei Áurea, que passava a dar "liberdade" aos indivíduos escravizados, em 1888. Assim, a partir da leitura dos jornais que circulavam no período em questão, é possível observar a realização de movimentos sociais, como é expresso no trecho abaixo:

No dia 1º de Janeiro de 1885, marcado para a inauguração do CENTRO LIBERTADOR DE GOYAZ, haverá, as 7 da tarde, uma grande reunião no teatro São Joaquim, para a qual são indistinctamente convidados todas as senhoras e todos os cidadãos d' esta capital.

A' entrada do teatro uma comissão de distinctas senhoras receberá os donativos, que os concorrentes a festa quiserem e puderem dar, em beneficio dos escravos .

O Sr. Dr. Francisco de Paula Alvellos fará, como início de festa inaugural, uma conferencia sobre a emancipação dos escravos.

Seguir-se-ha entrega das cartas de alforria ao emancipados, por S. Exº. o Sr. Dr. Presidente da provincia (TRIBUNA LIVRE, 1884, p. 1, n 392).

Dessa forma, destaca-se a importância do Teatro na Cidade de Goiás, espaço no qual foi realizada a festa que marca o processo de emancipação dos escravos, tanto da cidade como

de outros municípios vizinhos, a partir da criação de um centro libertador gerido por pessoas que compunham a elite vilaboense.

Outra celebração realizada no Cine Teatro, que possui cunho religioso, é a festa do Divino Espírito Santo. Como é retratado no documento abaixo, durante o período do festejo, ocorreriam algumas apresentações na edificação:

Espectaculos theatraes nos dias 25, 26, e 27 no Theatro de S. Joaquim, as horas de costume; levando-se á scenas: no primeiro dia, a drama *Espinhos e flores* e a comedia *Beata de manlilh*; no segundo dia o drama *Justiça*, e as comedias *Por um triz coronel* e *O quadro de casados*, tendo nos intervallos dos dois dias duas scenas comicas. No terceiro dia repetir se-ha aqueles que o público exigir.

As famílias terão ingresso no theatro pela porta do lado do rio Vermelho (Festa do Divino Esp. Santo e o Theatro São Joaquim, Estado de Goyaz, 1893, ed. 97, p. 3).¹⁷

A partir dessas inúmeras apresentações teatrais e orquestras apresentadas no Cine Teatro, em toda a sua trajetória histórica, são construídas as memórias dos telespectadores, como o caso da Senhora Maria Pires Emos, conhecida como Dona Fiúca, que conta, no vídeo documentário produzido para comemorar os 160 anos da fundação do Teatro, suas lembranças de quando participava das festividades que ocorriam no local. À época da entrevista, ela estava com 103 anos.

Figura 17 - Dona Fiúca



Fonte: Vídeo Documentário Institucional de 160 anos do Cine Teatro São Joaquim.

Na imagem, observa-se dona Fiúca sentada em uma cadeira de fio em frente à sua casa, contando suas lembranças sobre o Cine Teatro. Na imagem, percebe-se que ela já se encontra bastante debilitada em razão da idade, contudo, aparentemente alegre em relatar suas memórias. Em sua fala, ela relata que adorava participar dos eventos que ocorriam no Teatro,

¹⁷ Fonte: Acervo do Museu das Bandeiras, Mic, IBran.

lembra também que participava acompanhada do seu namorado e, por essa razão, acabava nem escutando o nome dos filmes. O final de sua fala é marcada por uma risada. Aqui, compreende-se a importância da utilização de imagens nos estudos atuais em virtude da riqueza de informações que as imagens possuem "a imagem é uma espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades, e outros assuntos, seja no passado, seja no presente. E é por isso que ela não se esgota em si" (PAIVA, 2006, p. 19).

Vale lembrar que o Cine naquela época era uma das poucas formas de lazer que a cidade possuía, então era um momento de descontração para Dona Fiúca e seu namorado, por isso, ela nem sempre guardava o nome dos filmes, logo, "*a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado*" (POLLAK, 1992, p. 203). Dessa forma, compreende-se que a memória faz uma seleção dos fatos mais relevantes para o indivíduo e os guarda em seu inconsciente.

Atualmente, o Cine Teatro conta com vários espetáculos. Um deles, de maior expressividade e que possibilita a visualização da cidade em contexto nacional e internacional, é o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), segundo Carneiro (2014), sendo um dos projetos precursores do Governo do Estado de Goiás.

A apresentação do evento à comunidade vilaboense ocorreu apenas trinta dias antes da realização da primeira edição, em junho de 1999. A exposição contou com a participação de representantes da comunidade, equipe designada para trabalhar na produção do evento e de agentes da cultura e patrimônio, sendo realizada na Secretária Municipal de Cultura. Na primeira edição, não houve um trabalho de divulgação e envolvimento com os moradores, contudo, gerou expectativas no meio comercial e cultural da cidade, sendo que o município foi apenas um palco para o evento nessa primeira edição.

O FICA atingiu os seguintes objetivos: 1) completar dois dos quesitos exigidos pela UNESCO para pleitear o título de Patrimônio da Humanidade, quais sejam, trazer para Goiás um grande número de turistas e visitantes; e conscientizar a população da proteção ambiental; 2) valorizar a cultura do povo vilaboense e goiano (CARNEIRO, 2014, p. 84)

Atualmente, o FICA conta com 22 edições, destas, apenas uma foi realizada de forma online, em virtude da pandemia da Covid-19, em 2020. Já no ano de 2021, também em decorrência da pandemia, foi realizado de forma híbrida, sendo que algumas atividades foram desenvolvidas presencialmente e outras de forma remota. Essa alteração na forma do evento foi fundamentada na necessidade de continuidade do festival.

O FICA é um dos mais importantes festivais de cinema no Brasil. A origem do festival surgiu da motivação de dizimar as potencialidades do Estado de Goiás a um nível nacional, sendo idealizado por Luiz Felipe Gabriel, Jaime Sautchuk, Adnair França e Luíz Gonzaga. O coordenador-geral do evento foi o cineasta João Batista de Andrade e o objetivo é a realização das premiações e exibições de obras, em formato de vídeo ou película, que retratem a luta pela busca da qualidade de vida no planeta terra (FICA, 2021).

Figura 18 - III Edição do Fica



Fonte: Portal Goiás¹⁸

Na Figura 18, em preto e branco, observa-se a realização da III Edição do Fica, no Cine Teatro São Joaquim, com algumas pessoas andando em frente ao prédio e, na parte superior do edifício, se encontra o cartaz de apresentação do festival. Essa edição antecede o período em que o município recebe o título de Patrimônio da Humanidade, ou seja, um momento de visibilidade para a Cidade, que estava em processo de análise para o recebimento do título. O Cine Teatro é um dos mais importantes espaços utilizados durante todo o festival, sendo que cada edição conta com o foco em algum aspecto. Durante o evento são realizadas oficinas, fóruns, mesas de conversa, minicursos e apresentações fílmicas, proporcionando para a cidade o aumento no número de turistas e arrecadações financeiras, além de uma visibilidade em âmbito internacional. "Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por

¹⁸Disponível em: <https://www.goias.gov.br/servico/69838-lancamento-do-fica-inaugura-cinetatro-sao-joaquim-na-cidade-de-goias.html>

tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p. 201). O FICA é um evento que reúne um número expressivo de pessoas e, nesse momento, podem ser criadas memórias individuais e coletivas, como afirma Pollak (1992).

Além do FICA, pode-se citar as refeições de Grau da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina, com a última refeição no espaço realizada em 2019, durante os dias 25 e 26 de abril, na qual cada aluno poderia levar para a participação no evento dez pessoas do seu grupo familiar. Logo, houve a necessidade da divisão das turmas em dois dias, sendo no primeiro as turmas dos cursos de Turismo e História e no segundo dia, alunos de Letras, Matemática e Geografia.

Também em 2019, o Colégio Alternativo COOPECIGO da Cidade de Goiás realizou um evento no Cine Teatro São Joaquim com foco na interação entre a escola e os moradores da Cidade. O evento ocorreu em uma terça-feira, no dia 03 de dezembro, no período noturno e contou com apresentações de poemas, uma adaptação de uma obra de Cora Coralina, em peça teatral, e também homenagens dos alunos (CURTA CIDADE DE GOIÁS, 2019). Além do Colégio, outras escolas também realizam eventos no Cine Teatro, concretizando, dessa maneira, a inserção dos moradores no espaço.

Outro evento importante que foi realizado no Cine Teatro trata-se do XV Encontro de Corais, realizado em 2019, que contou com a participação do Coro Sinfônico Jovem do Instituto Tecnológico de Goiás em Artes Basileu França; do Coro Sinfônico Jovem de Goiânia; e do Coro Juvenil de Goiânia. O evento marcou as comemorações do aniversário de 40 anos do Coral Solo da Cidade, com o objetivo principal de realizar uma integração dos inúmeros corais do Estado e de outras regiões, além de ser uma forma oferecer subsídios aos participantes, sendo estes teóricos e práticos, permitindo o aprimoramento dos regentes (CULTURA, 2019).

Ante o exposto, compreende-se que, apesar de não ser uma edificação tombada, o Cine Teatro é um dos espaços da cidade que está permeado das memórias dos moradores vilaboenses, assim, entende-se a relevância do prédio. Além dos eventos citados, vários outros fazem parte da trajetória histórica do Cine Teatro, desde apresentações teatrais, exposições cinematográficas, reuniões de moradores, eventos organizados pela Prefeitura Municipal, pois são nestes momentos de interação que são criadas as memórias de um lugar. Ecléa Bosi (1979) traz em seu livro *Memória e Sociedade: lembranças dos velhos* uma reflexão em relação à demolição do Teatro Municipal de São Paulo, que aqui cabe relacionar essa

singularidade com a demolição do Cine Teatro São Joaquim, na Cidade de Goiás, no ano de 2015.

Destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados. Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo (uma sociedade de amigos de bairro, por exemplo) podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas (BOSI, 1979, p. 452).

Quando ocorre a destruição de um espaço permeado de memórias, sobrevém juntamente a interferência nas lembranças dos moradores, porém, somente a indignação com a ação não traz resultados, é necessário que sejam efetuadas ações coletivas para reconquistar os elementos que foram danificados. Assim, visa-se a participação dos moradores na realização de qualquer obra que impacte na vivência destes indivíduos. A partir dessa observação, é pertinente neste trabalho a aplicação de questionário para entender a visão dos moradores para com o Cine Teatro e sua demolição, em 2015, dados que são analisados mais à frente neste relatório.

Já em relação à concepção de identidade, esta possibilita ao indivíduo se encontrar socialmente, contudo, os grupos possuem capacidades de identificação distintas, ou seja, nem todos são iguais, pois a identidade é construída por intermédio do meio social (BERLATTO, 2009).

Stuart Hall (1997) aborda o conceito fazendo uma reflexão sobre o que se compreende como identidade e, então, afirma que a terminologia deveria ser melhor conceituada, sendo definida como:

As sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente (HALL, 1997, p. 26).

O Cine Teatro São Joaquim é um dos espaços da Cidade de Goiás que representam a identidade do vilabeoense, por se tratar do primeiro teatro existente no município, ou seja, um dos marcos na cultura local, no qual várias memórias foram constituídas ao longo da sua existência, que perpassa 165 anos, Nessa perspectiva, a partir dessas terminologias, objetiva-se analisar a interferência realizada no prédio do Cine Teatro São Joaquim, na Cidade de Goiás, por meio do PAC-CH, e como a memória e a identidade com este espaço foram interferidas com a realização da obra.

1.2.2 Aspectos metodológicos empregados na pesquisa

Este tópico apresenta os aspectos metodológicos utilizados para a elaboração desta pesquisa, constituindo-se nas seguintes etapas: levantamento bibliográfico; envio da proposta para o Comitê de Ética; coleta e análise de documentos; a elaboração, aplicação e análise do questionário online; entrevistas; e, por último, o desenvolvimento do documentário.

Quadro 4 - Fases metodológicas da pesquisa

ETAPA	METÓDO
1º Etapa	Levantamento Bibliográfico
2º Etapa	Envio do Projeto para avaliação do Comitê de Ética
3º Etapa	Coleta e análise de documentos
4º Etapa	Desenvolvimento, aplicação e análise do questionário
5º Etapa	Entrevistas
6º Etapa	Criação do documentário

Fonte: Elaborado pela autora.

O método de pesquisa é o estudo de caso, que constitui-se em “uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tantos estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa” (YIN, 2001 apud VENTURA, 2007, p. 384).

Ao longo do curso de Mestrado, foi possível ter acesso a vários referenciais teóricos acerca das discussões sobre Patrimônio Cultural, Políticas Públicas e, sobretudo, em relação ao objeto, o Programa PAC-CH. Assim, foram selecionados alguns autores para o estudo teórico: Chuva (2012), Ribeiro (2012), Pierre Nora (1993), Hall (1997), Berlatto (2009), Tamaso (2007), Coelho (2003), Braga (2003), Brandi (2004), Fonseca (2009), entre outros.

Após o conhecimento de diversos aportes teóricos, foi realizada a leitura atenta para obtenção de informações relevantes para a produção do trabalho. Assim, foi realizado o fichamento das obras para facilitar a retomada das informações após a conclusão da leitura.

Um ponto importante ao desenvolvimento da pesquisa é a necessidade de submissão ao Comitê de Ética, em virtude da realização de entrevistas e aplicação de questionários com alguns dos moradores da Cidade de Goiás. Assim, antes do início do estudo de campo, foi encaminhado um esboço da pesquisa para o comitê avaliar o trabalho. Em seguida, depois do

preenchimento de todos os documentos solicitados, foi enviado o projeto, que, após o processo de avaliação, foi devolvido com algumas pendências a serem solucionadas, e novamente foi encaminhado para o Comitê. Pela segunda vez, novas pendências foram solicitadas e, posterior às adequações, foi enviado e aprovado no dia 20/04/2021. Em seguida à aprovação, foi iniciado o estudo de campo com a aplicação do questionário e a realização das entrevistas.

Em relação à pesquisa documental, os documentos foram obtidos por meio de investigação no banco de dados do IPHAN, com a seleção de vários documentos acerca do projeto de requalificação do Cine Teatro São Joaquim, estes disponíveis ao público no site do órgão. Porém, para ter acesso, é necessário saber o número do protocolo da obra, que nesse caso é 01516.000982/2014-04. Esse protocolo dá acesso a mais de cem documentos referentes ao processo de requalificação, obra de cunho público. Entre esses documentos, se encontram ofícios, plantas e outros, como afirma Bacellar (2008):

Sob a denominação de Obras Públicas podem ser encontrados plantas, projetos e prestações de contas relativas à construção de edifícios públicos, em especial escolas e cadeias, bem como de infra-estrutura rodoviária, como estradas, pontes, viadutos e calçamentos de ruas. Há, também, abundante documentação sobre a construção da infra-estrutura de serviços urbanos, como energia elétrica, abastecimento de água, redes de esgotos, transportes, iluminação pública e redes de gás, com numerosas plantas e projetos, croquis, memoriais descritivos e até mesmo fotografias (BACELLAR, 2008, p. 32-33).

Além disso, recorre-se a artigos, teses e jornais da época para fazer um levantamento sobre a fundação e reformas anteriores desenvolvidas no prédio. Outro ponto realizado na segunda etapa é o levantamento de dados referentes à seleção dos espaços escolhidos para a realização das obras do PAC Cidades-Históricas. De acordo com Rodrigues e França (2010), é necessário ter alguns cuidados no momento da análise documental:

A utilização do documento como material primordial na produção de estudos científicos exige redobrados cuidados do pesquisador sob vários aspectos, principalmente no decorrer do processo de coleta de informações em arquivos públicos ou privados. Muitas coleções possuem desde a sua origem elementos subjetivos que são próprios dos sujeitos que as organizaram e que estão presentes na seleção dos eventos que constituem o conteúdo do acervo (RODRIGUES; FRANÇA, 2010, p. 61).

Após a conclusão da coleta dos documentos, inicia-se o processo de análise documental, em que as hipóteses levantadas ao longo da pesquisa são confirmadas ou até mesmo negadas. Como foi mencionado anteriormente, a etapa exige do pesquisador uma observação cautelosa e crítica.

A próxima etapa realizada foi a elaboração do questionário, que tem como definição:

Técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamentos presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 121).

Assim, o questionário possui o objetivo de desenvolver uma análise mais aprofundada em relação ao pensamento dos indivíduos vilaboenses para com a obra do Programa PAC Cidades Históricas, buscando compreender como a sociedade visualiza a obra, isto é, se esta trouxe melhorias para a Cidade, se a memória que os moradores têm de eventos realizados no prédio foi afetada e se a identidade social ainda continua a mesma. Desse modo, a análise da perspectiva da população se refere à quinta etapa de uma política pública. A partir das respostas dos participantes, é possível a elaboração de um diálogo entre a análise documental e as respostas alcançadas ao longo do estudo.

Aqui, o método de coleta de dados utilizado é o questionário online, sendo que a escolha desse recurso foi motivada pela necessidade de manutenção do distanciamento social, recomendado para contenção da pandemia da COVID-19, que assola o país desde março de 2020. Assim, para resguardar tanto a saúde dos participantes quanto a da pesquisadora, foi adotado esse método de obtenção de dados. O recurso permite ter o acesso ao pensamento dos cidadãos, não ficando restrito apenas aos documentos.

Gil (2008) descreve alguns pontos positivos e negativos sobre a aplicação do questionário online. As vantagens são referentes ao alcance dos participantes, que podem estar dispersos em um espaço amplo geograficamente. O segundo ponto se dá em relação aos gastos, que são pequenos para a sua aplicação; o terceiro é a garantia do anonimato; o quarto, cada indivíduo pode responder o questionário no momento que achar mais oportuno; e quinto, não ocorre a exposição tanto do pesquisador quanto do participante no que tange a aspectos de cunho pessoal. Já as limitações são a exclusão de pessoas com dificuldades na escrita e leitura, pois não é possível o pesquisador realizar auxílio, caso exista alguma dúvida. Além disso, o questionário online impossibilita compreender a circunstância em que foi respondido e há um limite em relação ao número de perguntas, pois não é adequado um questionário longo, com muitas perguntas.

Outro ponto negativo na utilização do questionário online é sobre o analfabeto digital, visto que muitas pessoas deixam de responder por não possuírem acesso aos meios digitais. Estas pessoas poderiam contribuir de forma significativa para a pesquisa, por meio de suas memórias, sendo esse grupo, em sua maioria, pessoas idosas. Assim, teve-se um alcance

bem pequeno ou quase inexistente da participação de pessoas com idade superior a sessenta anos, como observado na análise do questionário.

Portanto, por meio do questionário online, é possível realizar uma pesquisa de baixo custo, pois o pesquisador não tem gastos com a locomoção em relação a uma entrevista presencial. Outro ponto refere-se à abrangência dos participantes do estudo e à rapidez na obtenção das respostas, contudo, não se pode deixar de relatar os pontos negativos, que devem ser abordados da melhor forma possível, afim de realizar uma pesquisa de qualidade.

O questionário foi encaminhado para os participantes da pesquisa por plataformas digitais (e-mail e *Whatsapp*), com o objetivo principal de avaliar, por meio das respostas coletadas, a visão desses indivíduos acerca da realização da obra de requalificação do Cine Teatro São Joaquim. As questões são fechadas, sendo vinte questões que abrangem informações pessoais dos participantes, como setor em que mora, profissão, idade, entre outros, além de perguntas direcionadas a perspectivas dos participantes em relação à obra.

Para a elaboração das questões, Gil (2008) aponta que alguns aspectos devem ser aplicados: clareza nas perguntas, permitindo apenas uma interpretação; e a questão não deve sugerir a resposta a ser alcançada, devendo apresentar uma única ideia por vez. Esses pontos permitem que os participantes da pesquisa tenham um melhor entendimento, o que, conseqüentemente, é um aspecto relevante para o trabalho.

Participaram deste estudo pessoas de dezoito a sessenta anos de idade, sendo que a faixa etária foi selecionada em virtude dos participantes terem conhecimento do Teatro antes e após a realização das obras e terem mais facilidade com o preenchimento do questionário online. Os riscos relacionados à participação estão relacionados aos danos imateriais. No entanto, a privacidade foi mantida, com a opção da não identificação e da retirada dos dados obtidos em qualquer momento da pesquisa. Além disso, a eliminação do material coletado ocorrerá cinco anos após o estudo, com os materiais em papel picotados e as mídias digitais apagadas.

O questionário foi enviado para os participantes e ficou aberto por um período de quinze dias. Após esse período, foi observado que o quantitativo de respondentes foi de vinte seis pessoas. O questionário gerou gráficos que são analisados na seção quatro deste relatório.

Para além, a adoção de entrevistas para a obtenção de informações ao longo da pesquisa, atualmente, é bastante utilizado. No entanto, alguns posicionamentos por parte dos entrevistados são imprescindíveis para alcançar um resultado satisfatório. Thompson (1998) afirma que o entrevistador deve respeitar e possuir interesse na opinião do outro, demonstrando ao longo da entrevista simpatia e compressão, e, principalmente, saber ficar

calado e ouvir o que a pessoa tem a dizer, sem questionar. Dessa forma, observa-se que a entrevista é o momento em que o sujeito selecionado para contribuir com a pesquisa relata os pontos que são pertinentes para ele, e o entrevistador deve estar atento a cada detalhe, para não deixar nada passar despercebido.

As entrevistas presenciais foram realizadas com um grupo pequeno de pessoas, apenas cinco, em razão da necessidade do distanciamento social. As entrevistas foram pré-agendadas, em horários e dias de preferência do entrevistado. Aconteceram na residência dos sujeitos em questão, na qual foi realizada a filmagem de todo o processo. Antes de iniciar a entrevista, o entrevistado assinou o termo de consentimento, do uso tanto da imagem como da fala. A entrevista foi livre, sem que houvesse um questionário com perguntas pré-definidas, tendo como intuito um diálogo aberto, no qual o entrevistado pode passear por sua memória e trazer à tona fatos importantes para a compreensão do objeto de estudo, sem que houvesse uma delimitação de tempo para o fim da entrevista. Nesse contexto, o entrevistador tem que selecionar com cautela os entrevistados (THOMPOSON, 1998).

Fora essas etapas, o Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio possui como uma de suas exigências a criação de um produto. Para esta pesquisa, acredita-se, então, ser pertinente a elaboração de um documentário que possibilite as pessoas participantes da pesquisa, e também não participantes, o acesso a informações relevantes sobre o objeto de pesquisa, desse modo, devolvendo o resultado para os participantes. Assim, foi produzido um documentário que traz informações do Cine Teatro São Joaquim, desde o processo de fundação até os dias atuais, percorrendo a história da edificação. Por ser um produto digital, o acesso das pessoas a ele é facilitado.

A elaboração do documentário foi pautada em quatro etapas. Para o desenvolvimento do documentário, primeiramente, foi necessário o estudo referente a esse produto. De acordo com Soares (2007), as etapas que constituem a produção de um documentário são: O prólogo, a pré-produção, a filmagem e a pós-produção. A construção do documentário foi realizada em parceria com documentarista Marina Carolina Coelho Gonçalves, que ficou responsável pela filmagem e pela edição do material. Coube a pesquisadora deste estudo, a coleta dos dados a serem inseridos na construção do vídeo, a seleção dos participantes das entrevistas, e o recorte das informações prestadas. Além da narração do processo histórico.

2 REQUALIFICAÇÃO/RESTAURAÇÃO DO CINE TEATRO SÃO JOAQUIM

A memória da cidade se expressa mediante a conservação dos estilos arquitetônicos do casario, das igrejas, dos edifícios públicos e monumentos, no contexto de suas respectivas paisagens culturais.
(PELEGRINI, 2009, p. 35-36).

Esta etapa da pesquisa consiste na análise dos resultados alcançados. Primeiramente, aborda-se a implantação da política pública, ou seja, a requalificação do Cine Teatro São Joaquim. Após a conclusão desse aspecto, se inicia a última parte, que é a avaliação, visando, desse modo, compreender por meio da aplicação do questionário online como os moradores visualizaram a realização dessa obra.

A princípio, as entrevistas seriam realizadas de forma presencial, porém, a pandemia da COVID-19 modificou essa proposta, restringindo as entrevistas a um grupo pequeno de pessoas, das quais os depoimentos foram gravados presencialmente e compõem o vídeo documentário.

2.1 Restauração/Requalificação

Alguns termos que são utilizados na nomeação de obras de preservação de edificações devem ser abordados para uma melhor compreensão do processo realizado no Cine Teatro São Joaquim. A obra do teatro é apresentada em alguns locais como um projeto de restauração e em outros como requalificação. De acordo com o que é exposto na Carta de Lisboa, requalificação: “Aplica-se sobretudo a locais funcionais da “habitação”; tratam-se de operações destinadas a tornar a dar uma actividade adaptada a esse local e no contexto actual” (CARTA DE LISBOA, 1995, p. 02).

Dessa forma, a ação de requalificar trata-se da adequação de um espaço que se encontra em condições precárias para um novo uso, adaptando as condições da atualidade. Logo, busca-se com a requalificação uma melhora na qualidade de vida da comunidade inserida no contexto da obra.

Ampliando o conceito, a requalificação é uma ferramenta para a melhoria da situação das populações, com a promoção e recuperação de obras e aparelhamentos, que permitem a valorização dos locais públicos a partir de ações de expansão social e também econômica. Objetiva-se, dessa maneira, a reintrodução de características urbanas baseadas na acessibilidade ou centralidade ao espaço, acarretando na modificação dos aspectos referentes à economia, à aparência paisagística, ao social e ao cultural (MOURA *et. al.*, 2006).

De acordo com Peixoto (2009), existem algumas problemáticas no âmbito da requalificação urbana, que estão inseridas no contexto social. A primeira delas é o desenvolvimento do setor financeiro, com a retirada das empresas de pequeno porte para as margens da cidade; o segundo fator é a disposição para a policentralidade¹⁹ e o prejuízo referente aos antigos centros urbanos, em razão de uma ampliação dos espaços urbanos, o que resulta na criação de novos centros; o terceiro ponto é a criação de um mercado voltado ao lazer, perpassando pela noção de um espaço público e desenvolvido para o consumo visual; o quarto fator é o surgimento de um panorama de concorrência e de competitividade entre as cidades que apresentam aspectos representativos e imagéticos, referindo-se também a lugares com ações no campo urbanístico e arquitetônico que estabelecem nos locais a identidade das cidades.

Observa-se, então, que a requalificação dos centros históricos está relacionada com a produção de um espaço criado para receber turistas a partir da venda da sua imagem, ou seja, a manutenção e preservação desses espaços como fonte de renda. A partir disso, pode-se visualizar o processo de requalificação do Cine Teatro São Joaquim: tratava-se de um prédio situado no Centro Histórico da Cidade de Goiás, mas que apresentava uma construção com características modernas, que divergiam do entorno. Assim, compreende-se que a requalificação dessa edificação tinha como proposta, de forma implícita, a adaptação para a venda da imagem de um centro com aspectos unicamente coloniais.

Outra terminologia utilizada no campo do patrimônio se refere à restauração: “A restauração deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2004, p. 33).

Nesse sentido, vale ressaltar que é evidente que todas as edificações, sejam elas históricas ou não, ao longo do tempo, são acometidas por problemas em sua estrutura, degradação causada pela chuva, sol, presença de insetos, como cupins, entre outros. No entanto: “O processo de degradação a que um edifício está exposto se agrava quando se trata de um patrimônio cultural que deve ser preservado para a eternidade como um testemunho histórico e/ou artístico de uma época” (TREVISAN, 2003a, p. 94). Desse modo, são necessárias ações de preservação pontuais a fim de minimizar a deterioração ocasionada.

3.1.1 Requalificação do Cine Teatro São Joaquim

¹⁹ Policentralidade refere-se a centros urbanos com diferentes funções econômicas e de gestão.

Após a abordagem dos conceitos de requalificação e restauração, utilizados para denominar a obra realizada no Teatro, aborda-se agora o processo que levou à escolha do prédio do Cine Teatro como uma das obras a receber a ação do PAC-CH. Em relação ao programa PAC-CH, observa-se que esse surgiu da necessidade de continuidade do Programa Monumenta, como afirma Leal (2017):

Buscando, então, substituir o Programa Monumenta, consolidar novas práticas na gestão do patrimônio cultural, auxiliar no desenvolvimento da autonomia municipal e aprimorar a forma de gerir o patrimônio cultural foi iniciado, no âmbito do IPHAN, a construção de uma nova base para a gestão do patrimônio cultural, por meio da elaboração dos “Planos de Ação para as Cidades Históricas”, entendendo como instrumento para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial, que se caracterizaria pela descentralização da gestão da preservação, integrado as três esferas do poder público (LEAL, 2017, p. 41).

Um dos primeiros passos realizados para a seleção teve início em 2009, com o envio de editais para diversos municípios, afim de que esses criassem Planos de Ações voltados aos sítios históricos, sendo que um Plano de Ação é “um instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial. O Plano não deve se restringir ao perímetro protegido ou ao conjunto de bens tombados. Deve se considerar a dinâmica urbana no seu todo” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009, p. 11).

Assim, sobre a execução do Programa PAC-CH nas cidades: "Os estudos pioneiros de implementação afirmavam, portanto, que o processo de colocar políticas em ação deve merecer estudos e que é errôneo aceitar como verdadeiro que esse processo é suave e direto" (HAM; HILL, 1993, p. 136). Dessa forma, é perceptível a necessidade do desenvolvimento de um estudo que aborde a implementação dessa ação no Cine Teatro São Joaquim, na Cidade de Goiás, uma das obras selecionadas para execução da política pública PAC-CH.

Os municípios que foram contemplados pelo PAC-CH foram aqueles que apresentaram os seguintes aspectos: possuir bens tombados em âmbito federal; ter título de Patrimônio da Humanidade pela Unesco; possuir conjuntos edificados em condição de risco; e, por fim, ser uma cidade que contribuiu com o processo de ocupação do Brasil, logo, a Cidade de Goiás apresentou todos os aspectos mencionados (RELATÓRIO nº 201603222, 2016). Além disso, a elaboração do Plano de Ação da Cidade de Goiás foi realizada de forma compartilhada, com a presença de agentes do poder público e da sociedade civil.

Contudo, as obras selecionadas não foram contempladas pelo Programa: “Verificou-se que as intervenções no patrimônio histórico da Cidade de Goiás, financiadas pelo PAC-CH, conforme a Portaria/Ipahan nº 383/2013, não coincidem com as intervenções propostas no Plano de Ação do Município” (RELATÓRIO nº 201603222, 2016, p. 15). Foram expostos no

plano onze espaços para a realização da escolha, porém, devido à modificação da perspectiva do Programa, outros locais foram selecionados para a realização das obras.

Os locais apresentados no plano de ação do município são aqui elencados: Restauração do Casarão da Escola de Artes Veiga Valle; Requalificação da Ponte da Cambaúba; Requalificação Urbanística das vias do Centro Histórico; Requalificação Arquitetônica e Urbanística do Complexo Cultural do Antigo Matadouro; Restauração do Mercado Municipal; Restauração do Cine Teatro São Joaquim; Restauração e Requalificação de Casario Histórico Municipal Câmara Municipal/IBGE/Corpo de Bombeiros/Delegacia Regional de Polícia; Recuperação, Proteção e Revitalização do Rio Vermelho e dos Córregos Manoel Gomes e da Prata; Restauração e Requalificação do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara; Restauração do Casarão da Prefeitura Municipal; e Requalificação da Sede da Diocese de Goiás – instalação do Arquivo Diocesano. Tais espaços estavam descritos no Plano de Ação da Cidade de Goiás e, posteriormente, com a formulação da política, deu-se início ao processo de tomada de decisão, momento que foram escolhidas as ações a serem desenvolvidas (RELATÓRIO nº 201603222, 2016).

Dessa forma, com a criação dos planos de ações desenvolvidos pelos municípios, foi realizado a formulação da política. Nesse momento, é observado quais são as cidades que apresentaram os requisitos exigidos para o desenvolvimento do Programa, quais são as metas a serem realizadas, o tempo de duração, entre outros elementos, partindo para a terceira etapa.

Uma das fases mais importantes na elaboração da política pública se refere à tomada de decisão: “A fase de tomada de decisões pode ser definida como momento onde se escolhe alternativas de ação/intervenção em resposta aos problemas definidos na Agenda” (AMARAL; CALDAS; LOPES, 2008, p. 13). Assim, compreende-se que as tomadas de decisão do PAC-CH na Cidade de Goiás foram divergentes em relação às escolhas do Plano de Ação elaborado pelo município. De tal modo, os espaços selecionados pelo município foram a Proteção e Revitalização do Rio Vermelho e dos Córregos Manoel Gomes e da Prata e a Requalificação Urbanística das vias do Centro Histórico. Cabe ressaltar que nenhum dos locais contemplados pelo Programa foram selecionados na elaboração do Plano de Ação do município:

Apesar de a Portaria/Iphan/PAC CH n.º 383, de 20 de agosto de 2013, ter sido publicada ainda na vigência do Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural firmado entre o Iphan/GO e a Prefeitura Municipal de Goiás, nenhuma das obras de intervenção do PAC CH na cidade conferem com aquelas definidas no Plano de Ação do Município (RELATÓRIO nº 201603222, 2016).

Outro elemento que deve ser destacado referente à realização das obras é que três foram desenvolvidas pelo município e outras três pelo IPHAN. A obra do Cine Teatro foi

executada pela prefeitura da Cidade. Em relação ao processo de requalificação do Teatro, um ponto relevante para esta análise, é a observação de que as obras tiveram início antes mesmo da conclusão do planejamento e criação do projeto básico: “Intervenções iniciaram sem que os projetos básicos e executivos estivessem prontos e aprovados pelo Iphan, contrariando a Portaria/Iphan nº 420/2010” (RELATÓRIO, nº 201603222, 2016, p. 11). Contudo, sabe-se que antes da realização de qualquer tipo de obra, é necessário a realização dos projetos pautados no diagnóstico da edificação.

Doravante, inicia-se a análise da requalificação do Cine Teatro. No dia 1 de junho de 2015, a prefeitura da Cidade de Goiás lança o edital de licitação da obra do Cine Teatro São Joaquim. As empresas interessadas em realizar a obra poderiam preencher as documentações necessárias para conquistar a licitação desse espaço. No entanto, existiam alguns critérios a serem cumpridos, como atender os objetivos explicitados no edital, realizar um orçamento dos gastos a serem efetuados e apresentar documentos de habilitação. Segue abaixo a apresentação do processo de licitação:

PROCESSO N.º 003200 / 2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS (GO), através da Comissão Especial de Licitação, nomeada pelo Decreto n.º 20, de 07/05/2014, publicado no Placar Oficial do Município no dia 07/05/2014, alterado pelo Decreto n.º 36, de 23/04/2015, publicado no Placar Oficial do Município no dia 23/04/2015, doravante denominada PREFEITURA, torna público aos interessados que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar propostas e documentação referentes à licitação supra referida, destinada à contratação do objeto citado no subitem 1.1 deste Edital (EDITAL DE LICITAÇÃO RDC PRESENCIAL N.º 001 / 2015, p. 03).

A ganhadora da licitação foi a empresa MARSOU Engenharia Erieli, que teve como prazo de duração da obra de dois anos, sendo iniciada em 2015 e finalizada em 2017. Uma das dificuldades referente à realização de obras públicas está na questão da contratação das empresas, pois, majoritariamente, o órgão responsável preza pelo baixo preço, ou seja, aquela que apresentar todos os requisitos necessários e tiver o valor de execução mais baixo é a ganhadora da licitação. Sobre isso, Coelho pontua:

A grande dificuldade desse aspecto esbarra na forma de contratação das obras pelo setor público, sob a Lei 8.666 que regula os processos licitatórios. Esta lei estabelece, entre outras coisas, que ganha a concorrência quem oferecer o menor preço global da obra, desde que atendidas todas as exigências estabelecidas no Edital de Licitação. Este é o primeiro dificultador do processo, uma vez que a prática é o enxugamento generalizado dos preços por parte das empresas concorrentes visando ganhar a licitação. Essa prática dificulta qualquer manobra de recursos no momento em que as surpresas se manifestam e apontam para a necessidade de alteração do escopo da obra (COELHO, 2003, p. 44).

Tal prática acarreta ainda na problemática em relação à necessidade de adequação de algum elemento no decorrer da obra, pois o valor orçado não permite a contemplação de ações inesperadas. Desse modo, muitas invenções de restauro acabam sendo prejudicadas. Assim, há a importância de se selecionar empresas que estejam abertas a modificações no projeto inicial. No caso do Cine Teatro, foi necessário a alteração de alguns aspectos ao longo do desenvolvimento da obra, como a demolição. A princípio, a edificação passaria apenas pela restauração, contudo, após a retirada do telhado, foi necessário a demolição das paredes.

Figura 19 - Espaço demolido do Cine Teatro São Joaquim, em 2015



Fonte: Jornal O Popular, 2016.

Na Figura 19, tem-se a imagem do espaço referente ao Teatro que foi demolido para a construção de uma nova edificação. Na imagem, observa-se que o terreno foi coberto com tapumes para evitar a circulação de pessoas e também algum tipo de acidente. Também pode-

se visualizar que a circulação de pessoas na Rua Moretti Foggia não foi impedida, além da inserção de duas placas, uma com a identificação da empresa contratada e a outra com informações sobre a obra em desenvolvimento.

A imagem do espaço, após o prédio ser demolido, é de 2015. De acordo com informações divulgadas no Jornal O Popular (2016), a demolição foi justificada por possuir uma presença inadequada no contexto espacial. Segundo Andrey Rosethal, Diretor Nacional de Patrimônio Material do IPHAN, o Teatro “tinha uma presença no conjunto urbano muito ruim”, o diretor ressaltou também que o prédio era uma “caixa de sapato”, ou seja, sua estrutura divergia do entorno. Além de Andrey Rosethal, o Diretor do Programa PAC-CH, Robson Antônio de Almeida, destacou que o Teatro deveria ser demolido por suas paredes serem contemporâneas: “Não tinha especificidade alguma para serem mantidas e estavam condenadas estruturalmente. Para manter uma parede de tijolos sem nada excepcional?” Outra fala do Diretor do Programa PAC-CH que marcou a reportagem sugere que o prédio não tinha valor como patrimônio, mas sim para uso: “O imóvel não tem qualidade arquitetônica. A importância dele é pelo uso, é isso que estamos primando” (JORNAL O POPULAR, 2016, p. 01).

Para este estudo, a decisão pela demolição da edificação do Teatro é bastante discutível, pois os moradores da Cidade possuem recordações marcantes vivenciadas no espaço. Assim, com a intervenção, estas lembranças permanecem ou são modificadas? Esse é um questionamento que surge em razão de as características atuais serem bastante diferentes em relação à estrutura antiga.

Diante desse contexto, destaca-se a necessidade de manutenção da memória de um espaço, mesmo não sendo tombado: “O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (NORA, 1993, p. 15). Após a realização da modificação na estrutura de uma edificação, pode ocorrer perda das recordações que foram constituídas naquele local.

Contudo, segundo declaração da superintendente do IPHAN, Salma Saddi, em 2016, ao Jornal *O Popular*, a população da Cidade não apresentou nenhum interesse em relação à obra de requalificação do Cine Teatro São Joaquim: “A superintendente do IPHAN em Goiás, Salma Saddi, garantiu que o projeto foi apresentado aos moradores, mas assinalou que o interesse foi pequeno, ‘Nunca recebi uma pessoa que me perguntasse sobre o teatro’” (JORNAL O POPULAR, 2016). A partir da fala da superintendente, é observado que ocorreu uma falta de diálogo e até mesmo pode-se considerar que os próprios moradores não

apresentaram interesse em construir essa conversa. Assim, posteriormente, o resultado é um campo de conflitos entre ambas as partes.

Diante disso, as intervenções realizadas em prédios de cunho histórico são mais complexas, pois é necessária a manutenção da memória e da identidade das pessoas para com o espaço: “A recuperação dos danos se torna muito mais difícil, devendo ser realizada uma restauração criteriosa visando a salvaguarda do monumento, evitando uma falsificação quer seja histórica ou artística” (TREVISAN, 2003b, p. 94).

Nesse âmbito, apresenta-se abaixo duas imagens referentes ao Cine Teatro São Joaquim, a primeira do ano de 2015 (Figura 20), período anterior à realização da demolição para o projeto de requalificação, e a segunda (Figura 21), que se refere ao Cine Teatro após a realização da obra.

O que se verá é que, por vezes, pequenos detalhes podem significar chaves para exames aprofundados; que comparações entre imagens e entre elas e outros documentos podem revelar aspectos camuflados dessa história; que porções importantes dessa realidade passada estão apenas sugeridas nessas imagens e que ela nunca vêm com uma espécie de legenda definida, por meio da qual o leitor, seja qual for a sua época, poderá lê-las e compreendê-las (PAIVA, 2006, p. 55).

Vale aqui ressaltar que a imagem se torna uma importante fonte de informações, pois, em seus detalhes, revela-se a infinidades de aspectos que não são apresentados nos documentos, assim, a imagem nas pesquisas atuais vem para agregar informações, saindo da mera ilustração para uma fonte de pesquisa rica em dados.

Figura 20 - Cine Teatro São Joaquim antes da requalificação, em 2015



Fonte: A+P Arquitetos e Associados, 2017.

Figura 21 - Cine Teatro São Joaquim depois da requalificação, em 2017



Fonte: A+P Arquitetos e Associados, 2017.

Nas imagens, observa-se a diferença de uma estrutura em relação a outra. A Figura 20 apresenta a edificação antiga, já a Figura 21 mostra o prédio atual. Percebe-se que houve uma diminuição da altura do prédio, além da inserção de mais três portas, sendo estas modificações percebidas até mesmo por aqueles que são leigos no quesito arquitetura.

O projeto arquitetônico foi elaborado pela empresa A+P Arquitetos e Associados. A concepção foi produzida por Alexandre Prisco e Nivaldo Andrade, em colaboração com Augusto Motta, Thais Alonso e Rodrigo Motta, e desenvolvida durante os anos de 2015 e 2016. A extensão da área construída foi de 810 m², por sua vez, as obras ocorreram de 2015 a 2017, e realizadas pela empresa Marsou Engenharia Erieli. A realização do projeto de acústica ficou ao encargo da empresa Audium; a instalação ficou a cargo do engenheiro Hiron Gomes e a parte da estrutura com os engenheiros Ziad Esper e Paulo Sérgio. Já as fotos da edificação foram retiradas por Samuel de Sá (A+P ARQUITETOS E ASSOCIADOS, 2017).

Deve-se aqui ressaltar a necessidade do desenvolvimento de projeto, principalmente quando se refere a um espaço público e com significado para a comunidade, já que a presença de uma equipe capacitada e multidisciplinar possibilita uma visão mais detalhada de cada aspecto no contexto da obra: “Portanto, serem objetos de trabalho de equipes multidisciplinares, formadas por profissionais de várias áreas de conhecimento como de arquitetura e urbanismo, de arte, de engenharia, de arqueologia, de história, de ciências sociais, etc.” (COELHO, 2003, p. 14).

A equipe arqueológica da empresa Vestígio e Arqueologia e Meio Ambiente, contratada para a realização da vistoria do espaço, encontrou uma grande diversidade de artefatos arqueológicos, presentes em todo o perímetro do terreno em que o Cine Teatro se encontra. Assim, vale lembrar que antes da realização de qualquer obra, é importante a verificação da presença ou não de artefatos históricos no subsolo.

A coordenação geral da pesquisa para monitoramento e resgate arqueológico foi realizada por Cristiane Loriza Dantas e Fernanda Fonseca Cruvinel de Oliveira, ambas arqueólogas. A equipe também contava com a presença de Janaína Patrícia Coutinho, arqueóloga coordenadora de campo, e de duas estagiárias, Lemissuir Gomes Pereira, graduanda em arqueologia, e Juliana Lago, graduanda em arquitetura (1º RELATÓRIO DE MEDIÇÃO - PROJETO DE MONITORAMENTO E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DA RESTAURAÇÃO DO CINETEATRO SÃO JOAQUIM, NA CIDADE DA GOIÁS, 2015).

De acordo com o Relatório da equipe de arqueologia, componente do processo de requalificação do Teatro, houve uma dificuldade por parte da equipe responsável pela pesquisa arqueológica de realizar a coleta dos artefatos existente no solo, em virtude de ser um local que passou por inúmeras modificações ao longo do tempo, fato que afeta o sítio arqueológico. Segundo o Relatório, "a equipe de arqueologia está tendo muita dificuldade ao escavar a área do Cine Teatro São Joaquim, pelo fato de estar lidando com contexto já perturbado com presença de vigas baldrame, encanamento, blocos gigantes de concreto para todos os lados" (1º RELATÓRIO DE MEDIÇÃO - PROJETO DE MONITORAMENTO E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DA RESTAURAÇÃO DO CINETEATRO SÃO JOAQUIM, NA CIDADE DA GOIÁS, 2015, p. 19).

Na Figura 22, vê-se um dos artefatos arqueológicos encontrados ao longo do processo de monitoramento do solo e resgate arqueológico, trata-se de um pequeno cachimbo, de aproximadamente 3 centímetros. Além desse, vários outros artefatos foram encontrados pregos, cerâmicas e outros.

Figura 22- Cachimbo de cerâmica, encontrado durante a escavação da lixeira doméstica, localizada na área de escavação B



Fonte: 1º Relatório de Medição - Projeto de monitoramento e salvamento arqueológico da restauração do Cineteatro São Joaquim, na Cidade de Goiás.

Já na Figura 23, também capturada durante o processo de monitoramento arqueológico, é possível visualizar o alicerce das residências que existiam naquele espaço antes da construção do Cine Teatro.

Figura 23 - Alicerces das residências anteriores à construção do Cine Teatro São Joaquim



Fonte: 1º Relatório de Medição - Projeto de monitoramento e salvamento arqueológico da restauração do Cineteatro São Joaquim, na Cidade de Goiás.

O alicerce visualizado é de pedra e representa as definições de cada cômodo da casa; na imagem também pode-se visualizar dois funcionários da empresa realizando a escavação. Para evitar danificar os materiais encontrados, é utilizada uma lona para a proteção do espaço.

O novo prédio do Teatro foi construído sobre o espaço que foi escavado pela equipe da empresa Vestígio e Arqueologia. A escavação foi desenvolvida de forma manual, afim de causar o menor impacto possível aos prédios ao entorno. Assim, o Teatro está sustentado sobre sessenta e quatro sapatas²⁰, dentre elas, três auxiliares, que possuem profundidade máxima de 2,00 metros. (MANUAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CINE TEATRO SÃO JOAQUIM, GOIÁS-GO, 2017).

Outro ponto a ser verificado, na análise referente ao processo de requalificação do Teatro, são os gastos realizados durante a requalificação, ou seja, se ocorreu um superfaturamento da obra ou se respeitou criteriosamente o valor designado para o desenvolvimento do projeto inicial:

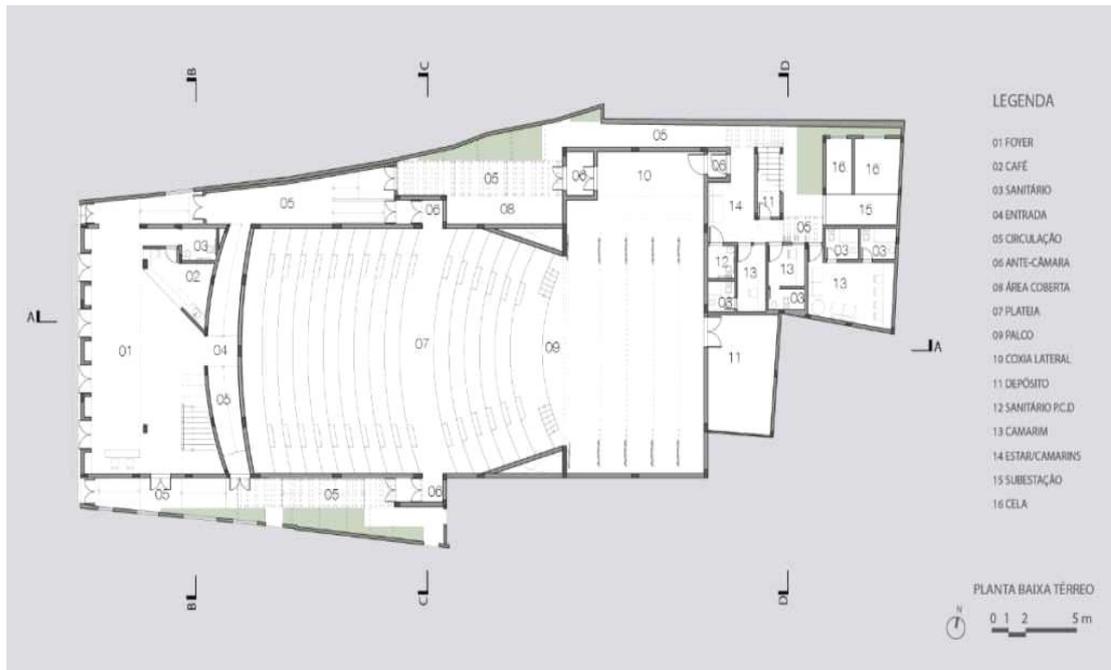
10. Análise financeira: Importa destacar que o valor do Termo de Compromisso nº 095 é de **R\$ 9.626.053,46 (nove milhões e vinte e seis mil, cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos)** e o total do aditivo ao Termo de Compromisso é de **R\$ 467.281,29 (quatrocentos e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e hum reais e quarenta e nove centavos)**, ensejando, portanto, o acréscimo desse valor ao referido instrumento, perfazendo, assim, o total de **R\$ 10.093.334,95 (dez milhões noventa e três mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos)** (PROCESSO DIGITALIZAÇÃO - VOLUME, 18 PARTE-1, Grifo do autor).

Percebe-se que ocorreu um acréscimo referente ao valor inicial. No entanto, esse aumento está dentro dos parâmetros estabelecidos para a realização da obra, isto é, não é compreendido como superfaturamento.

Retomando a análise do desenvolvimento da obra, na Figura 24 é apresentada a planta baixa do Cine Teatro, desenvolvida pela empresa contratada para elaboração do projeto, possuindo várias imagens gráficas detalhadas para sua execução.

²⁰ Sapatas é uma estrutura majoritariamente de concreto, em formato de uma placa, nesse local apoia-se as paredes de uma edificação.

Figura 24 - Planta baixa do Cine Teatro São Joaquim



Fonte: A+P Arquitetos e Associados.

De acordo com a empresa contratada para a execução do projeto do Teatro, a parte com maior dificuldade para a elaboração foi em relação à fachada do prédio. No entanto, foi possível resolver essa dificuldade, " a solução foi dada a partir da criação de quatro aberturas retangulares ritmadas que também resgatam os elementos compositivos da arquitetura colonial encontrada nos prédios do entorno, além de compactuarem com suas escalas, proporções e volumes" (A+P ARQUITETOS E ASSOCIADOS, 2017).

Dessa maneira, o projeto visa adequar a antiga estrutura do prédio à arquitetura do entorno:

O bem cultural imóvel arquitetônico é, talvez, o que apresenta maior complexidade no momento da elaboração do projeto de intervenção. Neste caso, à conservação física soma-se uma gama de fatores que nela interferem e que determinam suas diretrizes. A começar por sua condição de patrimônio cultural, dotado de significados e representações, passando por sua utilização - a adequação dos espaços antigos a novos usos, pela necessidade de atualização ou, muitas vezes, de introdução de novas instalações prediais que garantam a segurança e a possibilidade de um uso atual, até a definição de materiais e técnicas atuais adequadas e compatíveis aos presentes no edifício (COELHO, 2003, p. 13).

Segundo Tamaso (2007), em relação à necessidade da adaptação das estruturas dos centros históricos a um padrão global, adequando os espaços que possuem uma estrutura moderna para uma colonial, como no caso do Cine Teatro São Joaquim, "do moderno para o antigo, do local para o mundial, as fachadas de Goiás foram pouco a pouco sendo conformadas ao padrão próprio para o consumo visual global" (TAMASO, 2007, p. 439).

Nesse sentido, a requalificação do Cine Teatro São Joaquim estava pautada na procura de adequação do edifício a um padrão visual, ou seja, aos aspectos coloniais, visto que o prédio foi construído em 1950 com características da arquitetura moderna. Dessa forma, com a obtenção do título de Patrimônio Mundial, não é interessante manter essa estrutura, que se desvincula do seu entorno.

Em uma reportagem realizada pelo Jornal *O Popular*, o arquiteto e urbanista, Dalmo Vieira Filho, reitera que “o valor cultural do edifício não está na construção descuidada, feita em descompasso com a vizinhança - Patrimônio da Humanidade. O tombamento de Goiás foi feito, de certa forma, para evitar construções daquele tipo” (JORNAL O POPULAR, 2016, p. 01). Assim, nota-se que a adequação do prédio era necessária para a manutenção da imagem de um centro histórico com características unicamente coloniais.

Em outra passagem da entrevista, é ressaltado por Dalmo que a demolição do Teatro foi uma ação necessária:

Manter a todo custo algumas paredes, erguidas com descuido, sem considerar a natureza nem a qualidade de sua execução, seria trocar o senso comum por um determinismo fatalista, descolado da realidade. Diante da precariedade do arcabouço existente, sem desdouro para o conjunto tombado nem para a memória da maioria dos moradores, foi legítimo priorizar a paisagem urbana e a qualidade da obra pública em curso - essa sim fundamental ao município. Compatibilizar um novo espaço cultural, dotado de todo o conforto, e ainda obter convívio mais cuidadoso com o singelo conjunto preservado, é ação meritória, que vai se somar aos diferenciais de Goiás (O POPULAR, 2016, p. 01).

Ante isso, o IPHAN realizou a publicação de um ofício para tratar de um dos termos utilizados por Dalmo "precariedade do arcabouço", pois a terminologia empregada levantou o questionamento por parte da sociedade de que a estrutura do Teatro já se encontrava em uma situação de precariedade, antes até do início das obras.

Por meio do Ofício (2016), foi esclarecido que o prédio não possuía nenhuma danificação, mas, a retirada do telhado no início das obras afetou a estrutura, dessa maneira, a necessidade de demolir as paredes por causa da instabilidade "assim, reafirmamos que não havia instabilidade estrutural **antes** do início da intervenção. Há constatação de instabilidade das paredes laterais do Cine Teatro **após** a demolição da estrutura metálica da cobertura - que cumpria função de travamento dos panos de alvenaria" (OFÍCIO n° 117, 2016, p. 02).

A Figura 25, a seguir, mostra o trabalho após a demolição de parte do edifício do Cine Teatro São Joaquim:

Figura 25 - Máquina retirando o entulho da demolição do Cine Teatro



Fonte: 1º Relatório de Medição - Projeto de monitoramento e salvamento arqueológico da restauração do Cineteatro São Joaquim, na Cidade da Goiás.

Na imagem, a máquina faz a retirada do entulho que eram as paredes que foram destruídas para a construção do novo espaço. Ao fundo, visualiza-se que parte da edificação ainda não foi derrubada e que existe a presença de muitos entulhos, por toda parte, além de ter outra máquina para o auxílio desse processo.

Apesar da necessidade de demolição, para a comunidade, o processo não foi bem aceito, então, foi elaborado um abaixo assinado pelos moradores com intuito de obter respostas por parte do IPHAN, em relação à ação, o que, inclusive, contradiz a declaração da superintendente do IPHAN, Salma Saddi, ao Jornal *O Popular*, como supracitado.

O abaixo assinado contou com quase cento e cinquenta assinaturas, visto que para a comunidade o prédio do Teatro faz parte da história e memória da população da Cidade e não deveria ser destruído sem consultar a opinião dos moradores. A moradora Maria Dulce Teixeira redigiu o abaixo assinado:

Carta aberta à presidência do IPHAN

Quantos anos tem a cidade de Goiás? Sua fundação data de 1727. Sua história se confunde com a própria história do estado de Goiás nasce a partir da história construída aqui as margens do Rio Vermelho. Como estava a cidade de Goiás quando ocorrem os primeiros e isolados tombamentos feitos pela União? Como estava a cidade, seu casario, igrejas e prédios públicos quando o tombamento foi ampliado para alcançar em conjunto grande parte do centro histórico? Como a cidade se encontrava quando, após a conferência do título de Patrimônio da Humanidade, o polígono tombado e respectiva área de entorno foi ampliado pela retificação de 2004?

A resposta todos conhecem, inclusive o IPHAN e seus gestores, estes por dever de ofício, todo o centro histórico sempre foi bem conservado; a cidade de Goiás sempre manteve preservadas suas fortes peculiaridades e características, tudo que, enfim, a

distingue como um valioso bem histórico e cultural. Ou seja, quando a União, pelo que hoje se chama IPHAN, voltou seus olhos para esta cidade, ela não era menos do que é atualmente.

A cidade de Goiás é e está da forma como os vilaboenses sempre quiseram que ela fosse e ficasse.

Assim, tem o IPHAN real legitimidade para demolir prédios públicos sem ouvir os vilaboenses? Pode o IPHAN interferir e alterar a paisagem local de acordo com seus próprios e inexplicados critérios, sem indagar o que pensam e o que querem os habitantes do lugar? Será que é mesmo do IPHAN a decisão sobre o que é ou não bom para a cidade, sobre o que deve ou não ser mantido? A que fim se destina esta cidade de Goiás? Deve ela servir de morada àqueles que a escolheram, que nela têm residência ou deve apenas servir como fachada, palco e cenário histórico, conforme o que desta forma for definido pelo IPHAN? O que pode o IPHAN? Tudo? Há limites para sua atuação? É legítimo o órgão criar um falso histórico? Qual base legal e fática sustentam a destruição do Teatro São Joaquim? Pensa o IPHAN que na cidade de Goiás a história chegou ao seu final na mesma ocasião e período em que foi encerrada a fase colonial? O que veio depois não é histórico, não representa uma época, não tem valor? Seria esta a razão determinante da destruição do Teatro São Joaquim? Será que o Teatro foi destruído apenas porque os técnicos do IPHAN o julgavam feio, porque não conseguiam ver nele a passagem e o curso da história? Não é um absurdo uma construção sem defeitos ser destruída para em seu lugar ser erigida outra destinada à mesma finalidade? Pensando nestes termos: a Igreja do Rosário é destituída de valor histórico? Não guardando a referida igreja estilo colonial, também deverá ser eliminada? E a Catedral de Santana, está igualmente condenada? O que dizer sobre o monumento que sustenta, sustentava, a Cruz do Anhanguera, sabendo que a construção original foi levantada no século passado? Está publicado edital para “requalificação” do prédio sede da prefeitura local. O Teatro São Joaquim, informa a placa instalada em frente ao local onde ele existiu até ser destruído, também seria objeto de “requalificação”. Sabendo disso, indaga-se: a sede da prefeitura também será destruída? Com base em todo o exposto, questiona-se: as regras do tombamento valem somente para os particulares, não valem para o IPHAN? A comunidade vilaboense pede resposta às suas indagações e que lhe seja aberto canal de diálogo permanente com o IPHAN, por meio de seus dirigentes (TEIXEIRA, 2016).

Nesse contexto, a partir do momento que o Cine Teatro São Joaquim recebe investimento de uma Política Pública patrimonial, torna-se uma "arena de disputa", de um lado tem-se as instituições, IPHAN e Prefeitura Municipal, isto é, os órgãos responsáveis pela política em pauta, e de outro os moradores da cidade, que apresentam por meio de abaixo assinado suas reivindicações acerca da demolição do teatro, alegando que não foram consultados antes. Contra a medida, um dos comentários foi: para uma simples pintura ou instalação de ar-condicionado em residências pertencentes ao perímetro do centro histórico é necessário uma autorização por parte do IPHAN, porque a lei somente é imposta aos moradores, agora uma obra desse tamanho não foi divulgada. Contudo, os órgãos responsáveis relatam que os próprios vilaboenses não apresentaram interesse sobre a obra.

Dessa forma, foi criado um campo marcado por instabilidade, conflito e distanciamento entre estas duas esferas. Para os moradores da cidade, por mais que o Teatro não possua valor patrimonial, por ser considerado uma edificação com características

modernas, este representa um lugar onde foram e são vivenciadas memórias e, sobretudo, compõem a identidade dos vilaboenses:

Por seu viés, as novas tendências teóricas relativas à preservação cultural apontam que a patrimonialização de um bem não deve se basear tão somente em sua materialidade ou na importância histórico-artístico que possua, mas principalmente nas possibilidades em se fazer presente, em participar da vida cotidiana, na ressignificação permanente pela sociedade. O papel da preservação do patrimônio urbano como representação monumental das vitórias do poder é relativizado, redefinido para o sentido em consonância com a dinâmica da paisagem. O patrimônio cultural urbano, parte de cidades vivas e dinâmicas, somente pode ser assim considerado se contiver significados contemporâneos que permitam a sua sobrevivência (SIMÃO; CAVALLAZI, 2017, p. 291).

Cabe aqui ressaltar a importância do diálogo nesse contexto, a fim de realizar um processo pautado na conversa entre moradores e órgãos responsáveis pela salvaguarda e preservação do patrimônio cultural. Além da conversa, é necessário compreender para quem as Políticas Públicas estão direcionadas, ou seja, como Souza (2006) afirma, para quem?

Prosseguindo este estudo, atualmente, uma alternativa utilizada para a preservação é a conservação preventiva, visto que permite o retardar das ações do tempo nas edificações, em obras de arte, entre outros, consentindo, desse modo, um alongamento da vida útil, sem que ocorra, por exemplo, a demolição do espaço e/ou alteração das características originais. Essas ações podem ser de pequeno e grande porte: "Consiste na realização de intervenções indiretas visando o retardamento da degradação e impedindo desgastes pela criação de condições otimizadas para a conservação dos bens culturais de forma que essas medidas sejam compatíveis com a sua utilização social" (BRAGA, 2003, p. 03).

Diferente da conservação preventiva, que busca por meio de ações pequenas a manutenção dos espaços, as ações de restauração e de requalificação tendem à adequação de edifícios de centros históricos a uma visão global, que procura adaptação de prédios considerados "novos" a uma estrutura colonial, caracterizando as fachadas e até mesmo o interior dos imóveis: "Tais projetos apropriam-se dos sítios urbanos como matéria-prima para a construção da imagem que corresponde ao novo valor simbólico, preparando-os para o consumo ou como cenários de atração para o consumo" (MOTTA, 2000, p. 263).

Em relação ao processo de requalificação do Cine Teatro, o início das obras aconteceu antes mesmo da conclusão do projeto básico:

Ressalvam-se, entretanto, os processos licitatórios de contratação da requalificação do Cine Teatro São Joaquim e da restauração do Casarão da Prefeitura conduzidos pelo Município de Goiás, cujas intervenções iniciaram sem que os projetos básicos e executivos estivessem prontos e aprovados pelo Iphan, contrariando a Portaria/Iphan n.º 420/2010 (RELATÓRIO n.º 201603222, 2016, p. 11).

Dessa forma, observa-se que ocorreu o descumprimento da Lei nº 420/2010, que apresenta a necessidade de entrega do projeto básico antes do início das ações.

Após a realização e desenvolvimento de todo o projeto, foi verificado a necessidade de modificação do piso que seria utilizado no Teatro. Assim, a empresa responsável pela obra realizou a solicitação da mudança ao IPHAN: “Dentre as alterações, foi executado piso em granitina nos ambientes de apoio, administração e *backstage*, em detrimento do piso em cimento queimado, anteriormente especificado, em prol da melhor qualidade e durabilidade” (OFÍCIO nº 520, 2019).

Já no salão de entrada do Teatro, foi colocado um quadro, criado pelo artista plástico Elder Rocha Lima, sendo que o valor da compra deste foi de R\$221.500,00 reais (duzentos e vinte e um mil e quinhentos reais). O contrato de número 008/2016, realizado pela Prefeitura com o artista, estabelece como deveria ser criado o painel, com as especificidades a serem realizadas:

O objetivo do presente contrato consiste na prestação de serviços artísticos em Artes Plásticas, que consistem na criação e produção de painel artístico intitulado “Serra Dourada”, com 12m (doze metros) de comprimento por 2,30 (dois metros e trinta centímetros) de altura, incluindo-se também a sua devida fixação no hall de entrada do novo Cineteatro São Joaquim-após concluída sua requalificação-sito na Rua Moretti Foggia, sem nº, Centro, nesta Cidade de Goiás, sendo que a temática da obra de arte será ligada à paisagem do Cerrado que circula a Cidade de Goiás e será composta por faixas com tratamentos pictóricos variados para que possam provocar múltiplas leituras (CONTRATO nº 008/2016, p. 02).

A Figura 26 demonstra, ainda em fase de acabamento, a instalação do painel no salão de entrada do Cine Teatro. O painel apresenta uma subdivisão em doze partes, colocadas de forma irregular. Ainda na imagem, observa-se também a presença de plástico sobre as telas, para evitar o contato com a poeira.

Figura 26 - Paineira Serra Dourada

Fonte: Ficha M207 – Relatório Fotográfico - 20/03/2018.

O Cine Teatro São Joaquim, após a requalificação do prédio, obteve melhorias na parte de acessibilidade, imagem, materiais para exibição dos filmes, iluminação, entre outros. Os elementos são sintetizados ao longo do manual de manutenção, desenvolvido para a realização da conservação do edifício após as obras. Alguns aspectos referentes à estrutura do prédio são destacados abaixo, sendo cobertura, piso, paredes, abastecimento de água, dentre outros.

Sobre a cobertura do prédio, a estrutura é metálica na área referente ao palco, plateia, *foyer* e bloco de administração; os dois primeiros espaços têm cobertura em telha termo acústica; já em outros locais a cobertura é em telha cerâmica colonial. Os muros que fazem ligação com outros imóveis foram mantidos, ou seja, não houve modificação da estrutura. No interior do Teatro, as paredes foram desenvolvidas com blocos cerâmicos 9x14x19,5cm e com argamassa de assentamento e recobrimento de cimento e areia; já na parede curva, que é o local da circulação e fundo da plateia, utiliza-se blocos de concreto com o objetivo de conter o aterro da plateia.

Um ponto importante, no que tange à pintura do Teatro, refere-se a não utilização de massa corrida no interior da edificação, em razão de ser um material danoso à estrutura histórica. Uma parte do piso é composta pelo carpete de nylon; outra é de madeira, na parte do *foyer* em cumaru; os degraus em ipê; e o palco em freijó. Já em outros espaços, o piso é de granitina e as soleiras da fachada são em pedra Pirenópolis. Os sanitários e o café são revestidos com ladrilho hidráulico; na sala de projeção, o piso é emborrachado, para evitar os ruídos. Os foros presentes em toda estrutura do prédio são diversos, sendo absorventes,

isolantes, reflexivos e de gesso, forros em lambri de madeira e *beffle* em madeira. O Teatro conta ainda com um reservatório de água de quinze mil litros, destes doze mil são para a reserva, ou seja, em caso de incêndio, e três mil litros para o uso constante, como descarga e torneiras na parte dos sanitários. O edifícios possui também um gerador de eletricidade a diesel, de trezentos e sessenta litros, que tem duração de aproximadamente dez horas (MANUAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CINE TEATRO SÃO JOAQUIM, GOIÁS-GO, 2017).

Ademais, por meio da análise dos documentos referentes à requalificação do Cine Teatro, observa-se a existência de algumas pendências a serem ajustadas na estrutura do prédio, como: presença de cupins nas paredes do imóvel e infiltração de água, inclusive rachaduras nas edificações ao entorno, como é o caso do artesanato. Foi solicitado, por diversas vezes, que a empresa licitada apresente um posicionamento em razão de rachaduras encontradas na edificação ao lado, onde fica o artesanato, questão identificada no Ofício nº 560/2017.

Pode-se ver, na Figura 26, que alguns cômodos apresentam rachaduras, comprometendo a estrutura do imóvel, o que pode ocasionar, até mesmo, a queda de partes das paredes. “As lesões estruturais são aquelas que comprometem a estabilidade das edificações. Podem ser identificadas através do aparecimento de fendas (fissuras ou rachaduras) abertas nas paredes pisos e tetos” (TREVISAN, 2003b, p. 98).

Figura 27 - Rachadura na parede do artesanato ao lado do Cine Teatro São Joaquim



Fonte: Relatório Edificação nº 19 - Index inspeções dez/16-nov/17.

Outro problema observado durante as vistorias do IPHAN foi a presença de cupins nas paredes do Teatro (Figura 28). Os cupins são bastante presentes em período chuvosos e atacam paredes e materiais compostos por madeira, como os que compõem os telhados. No ofício encaminhado, é descrito de forma bastante clara que a ação predatória por parte desses insetos não é de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.

[...]o fato não guarda relação direta com a obra recém entregue, posto se tratar de cupim de solo, e que o fenômeno pode ser comum em períodos chuvosos como o atual. Desta forma, vemos como improcedente, em uma primeira avaliação, eventual responsabilização da empreiteira (OFÍCIO nº 176, COTEC IPHAN-GO, 2017).

Figura 28 - Cupins na parede do Cine Teatro São Joaquim



Fonte: Ficha M207-Relatório Fotográfico 24/11/2017.

Além da presença dos cupins, outro aspecto notado no processo de vistoria realizada pelo IPHAN foi a presença de rachaduras em várias partes do prédio do Teatro (Figura 29). A situação, novamente, gerou a solicitação da correção dos problemas por parte da empresa licitante.

Figura 29 - Rachaduras na parede do



Fonte: Ficha M207 - Relatório Fotográfico 01/12/2017.

Porém, esse não foi o maior problema verificado na vistoria da obra. O arquiteto responsável pela realização da conferência da obra, Tiago Leite Ramires, aponta no Ofício nº 008/2018 a existência de um problema no telhado do Teatro, que estaria ocasionando a infiltração de água da chuva em uma parte do edifício, espaço em que fica localizado o gerador: “Vimos através do presente, comunicar a Vossa Senhoria que foi encontrado um sério problema no telhado do Cine Teatro São Joaquim, na parte da **sala do gerador e da sala de alta tensão**” (OFÍCIO nº 008/2018, p. 01) (Grifo do autor).

O alerta é justo, pois esse tipo de problema poderia ter ocasionado um acidente grave, pois a ação da água em um espaço com alta voltagem elétrica poderia resultar em uma explosão do Teatro, além de colocar em risco a vida das pessoas presentes na edificação. Portanto, justifica-se a necessidade da realização de vistorias nas obras.

Nesse sentido, também indispensável é o manual de uso de um prédio, que deve ser elaborado a fim de evitar qualquer tipo de equívoco durante a manutenção do mesmo, promovendo, assim, uma conservação preventiva do imóvel em questão. Essa exigência foi cumprida na obra de requalificação do Cine Teatro São Joaquim. O manual conta com instruções básicas para limpeza de toda a edificação, manuseio, acessibilidade, entre outros apontamentos, expressos em trinta e cinco páginas.

Segundo as instruções, o manual “[...]visa atender a NBR 14037 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e foi desenvolvido com o objetivo de fornecer as informações técnicas sobre a composição estrutural do imóvel, equipamentos, revestimentos,

instalações e acervo [...] (MANUAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CINE TEATRO SÃO JOAQUIM, GOIÁS-GO, 2017, p. 03).

No manual ainda são apresentadas as normas técnicas para a realização da requalificação do Cine Teatro São Joaquim, sendo a totalidade dessas normas quinze²¹, e cada uma traz uma especificidade a ser cumprida, desde os aspectos de acessibilidade à segurança (IBIDEM, 2017, p. 05).

Ao longo do manual, são apresentadas algumas imagens do processo de requalificação realizada no Teatro. Na Figura 30, observa-se a presença de uma grande equipe, dividida na realização das atividades; nota-se também que todos os indivíduos utilizam os equipamentos de segurança. As obras, semanalmente, eram acompanhadas por técnicos para realizar a vistoria em relação à segurança dos trabalhadores.

Figura 30 - Processo de Requalificação do Cine Teatro São Joaquim



Fonte: Manual de manutenção e conservação do Cine Teatro São Joaquim, 2017.

²¹ABNT NBR 950, acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; ABNT NBR 12779, mangueiras de incêndio – inspeção, manutenção e cuidados; ABNT NBR 9077, saídas de emergência em edifícios; ABNT NBR 15848, sistemas de ar condicionado e ventilação - procedimentos e requisitos relativos as atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior; ABNT NBR 6401, instalações centrais de ar-condicionado para conforto -Parâmetros básicos de projeto; ABNT NBR 7256, tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde; ABNT NBR 13971, sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento-Manutenção programada; ABNT NBR 5419, proteção de estruturas contra descargas atmosféricas; ABNT NBR 5410, instalações elétricas de baixa tensão, ABNT NBR 1641-1, instalações de ar condicionado; ABNT NBR 14762:2010, dimensionamento de Estruturas de Aço Constituídas por Perfis Formados a Frio – Procedimento; ABNT NBR 8800:2008, Projeto de Estruturas de Aço e de Estrutura Mista de Aço e Concreto de Edifícios; ABNT NBR 14931, Execução de Estruturas de Concreto; ABNT NBR8160, sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução; ABNT NBR5626, instalação predial de água fria.

Após a conclusão da requalificação do Cine Teatro São Joaquim, pode-se considerar que a edificação apresenta uma estrutura acolhedora para o público que participa dos eventos realizados nesse espaço: “Conta com 311 lugares, sendo 277 lugares no térreo e 36 lugares na galeria superior. São 307 poltronas rebatíveis, 3 poltronas dedicadas a pessoas com deficiência, 3 poltronas dedicadas a pessoas com obesidade e 4 vagas para pessoas em cadeiras de rodas” (MANUAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CINE TEATRO SÃO JOAQUIM, GOIÁS-GO, 2017, p. 31).

Sabe-se que é de suma importância a questão da acessibilidade em prédios públicos, pois é indispensável que toda a comunidade obtenha acesso ao edifício, incluindo crianças, idosos e pessoas com algum tipo de deficiência. De acordo com o manual do Teatro: “todas as instalações foram projetadas com foco na Acessibilidade Universal especialmente para atendimento às pessoas com deficiências de locomoção, em cumprimento às especificações da NBR 9050, IN IPHAN 001/2003 e demais dispositivos normativos” (IBIDEM, 2017, p. 32).

Contudo, pode-se observar que a edificação não possui um elevador para acesso ao andar superior, no qual se localiza os sanitários, logo, uma pessoa com deficiência locomotiva terá dificuldade para utilizar os banheiros. Outro ponto a ser ressaltado é que apenas uma das portas da entrada principal tem rampa de acesso.

Ainda sobre o término da obra, a duração foi de cerca de dois anos, período no qual foi realizado o processo de requalificação por parte da empresa Marsou Engenharia Eireli. No dia 30/10/2017, foi firmado o termo definitivo da conclusão da obra entre a Prefeitura Municipal de Goiás e a Marsou Engenharia Eireli:

Tendo sido concluído no dia 30 de outubro de 2017 os serviços iniciados no dia 10 de julho de 2015 e objeto do contrato nº 064/2015 para a Requalificação do Cineteatro São Joaquim, foram considerados em condições de aceitação e decorridos 179 (cento e setenta e nove) dias da assinatura do Termo de Recebimento Provisório, lavramos o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA, encerrando na presente data o contrato celebrado entre as partes (PROCESSO nº 003200, CONTRATO nº 064/2015).

Dessa forma, foi dado o encerramento da obra do Cine Teatro São Joaquim, sendo que este foi reinaugurado antes mesmo da assinatura do termo definitivo de conclusão, no dia 02/06/2017, contando com a presença de autoridades daquele ano, como a prefeita da cidade, Selma Bastos; do governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo; da superintendente do IPHAN/GO, Salma Saddi; do diretor do PAC-CH, Robson de Almeida; e da presidente do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), Kátia Bogéa. A inauguração foi realizada juntamente com a apresentação da 19ª Edição do Festival Internacional de Cinema e

Vídeo Ambiental (FICA), evento que ocorre anualmente na cidade, proporcionando um fluxo relativamente grande de turistas (IPHAN, 2017).

Diante do exposto, reafirma-se que a análise de uma política pública é complexa e, por isso, não fica restrita apenas à observação documental: "A análise do processo de implementação deve explorar a natureza da política, o contexto inter e intra-organizacional dentro do qual esta é implementada e o impacto no meio externo que ela espera atingir" (HAM, HILL, 1993, p. 140). Desse modo, procura-se compreender o impacto da política em análise na comunidade, averiguando quais os pontos positivos e negativos resultantes desta para a Cidade de Goiás.

2.1.2 Avaliação da Requalificação do Cine Teatro São Joaquim, a partir da perspectiva dos moradores

O processo de avaliação da requalificação do Cine Teatro pela perspectiva dos moradores foi realizado mediante o envio de questionário a alguns residentes da Cidade de Goiás, os quais têm conhecimento do Teatro antes e após a realização da requalificação. Assim, foi possível visualizar qual o impacto da política do PAC-CH para as pessoas que estão inseridas nesse espaço. Por ser uma pesquisa qualitativa, como afirma Flick (2009), este método possui características particulares, sendo: a apropriação de métodos e teorias, a visão dos participantes e suas diversidades, a reflexão do pesquisador e de sua pesquisa e, por fim, a diversidade de métodos e abordagens.

O link do questionário foi encaminhado para os participantes, individualmente, via *Whatsapp*²² e também em um grupo no aplicativo de moradores da Cidade, composto por duzentos e dez pessoas, além do envio em um grupo de *Facebook*²³, com um total de 9,9 mil membros. A totalidade de indivíduos que responderam à pesquisa foi de vinte seis pessoas. Os dados demonstram que o número de pessoas que apresentaram interesse na pesquisa foi pequeno, contudo, foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa. A publicação do link foi realizada no dia 17 de novembro de 2021, ficando aberto até 1º de dezembro de 2021, ou seja, quinze dias.

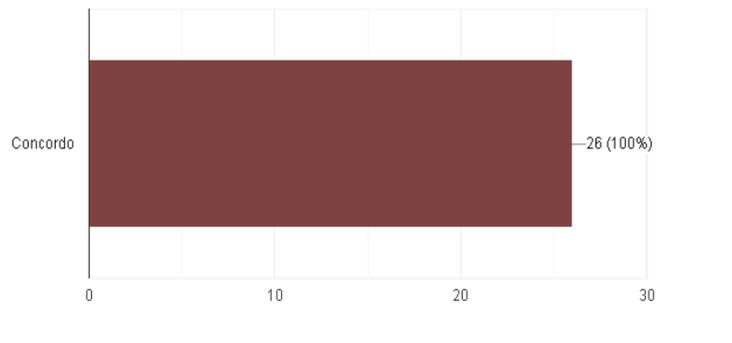
A primeira pergunta do questionário se refere ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Dessa forma, o questionário foi dividido em duas sessões, somente a partir do consentimento da pessoa para a realização da pesquisa que se passou a ter acesso às demais

²²*Whatsapp* é um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de vozes e vídeo, utilizado em celulares.

²³ *Facebook* é uma rede social, na qual é possível criar um perfil e compartilhar fotos e informações.

informações. Como é observado no Gráfico 1, o total de moradores que aceitaram contribuir com a pesquisa foi de vinte e seis pessoas.

Gráfico 1 - Declaração do(a) Participante

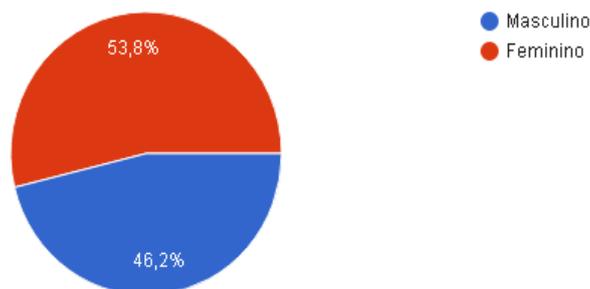


Fonte: Elaborado pela autora.

Na sequência, após o aceite do termo de consentimento, a primeira questão, o nome do participante, não obrigatória, em razão de alguns entrevistados preferirem responder de forma anônima. Assim, nesta pesquisa não se utilizou a identificação de nenhum dos participantes que preencheram o questionário. Contudo, pode-se destacar que do total de respondentes, vinte se identificaram e outros seis não.

Em seguida, a próxima pergunta se refere ao sexo dos participantes, feminino ou masculino, e em aberto a alternativa “outros”, caso o indivíduo não se identificasse com nenhuma das opções. A partir da análise dessa questão, foi constatado que a maioria dos respondentes são do sexo feminino, 53,6%, isto é, de vinte seis respondentes, quatorze são mulheres e doze homens. Percebe-se que as mulheres apresentam interesse maior nos assuntos relacionados à gestão da Cidade.

Gráfico 2 - Sexo

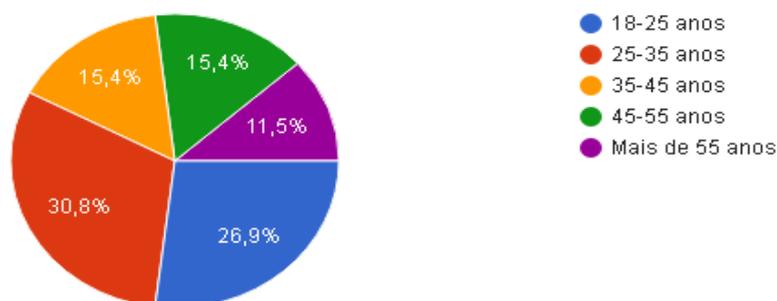


Fonte: Elaborado pela autora.

A terceira questão apresentada é sobre a idade dos participantes, nenhum respondente possui idade inferior a 18 anos, logo, não foi necessário a elaboração de um Termo de Consentimento para os responsáveis assinarem. Uma conclusão a ser pensada sobre os dados é que os jovens da Cidade não possuem interesse no assunto tratado no questionário, além da grande evasão de adolescentes do município em busca de estudo ou mesmo trabalho.

No Gráfico 3, na cor laranja, tem-se o percentual de participante que possui idade entre 25 e 30 anos, ou seja, 30,8%, o maior número de pessoas refere-se a esta faixa etária. A segunda maior porcentagem é de dezoito a vinte cinco anos, totalizando 26,9%, visualizado no gráfico na cor azul. Empatados com 15,4%, se tem as idades de 35 a 45 anos e 45 a 55 anos. A menor taxa de respondentes é composta pela idade superior aos cinquenta e cinco anos. Esse dado demonstra um dos pontos negativos da utilização do questionário, que se refere ao analfabetismo digital, que atinge, principalmente, os idosos, pessoas que poderiam contribuir muito com a pesquisa a partir de suas memórias.

Gráfico 3 - Idade

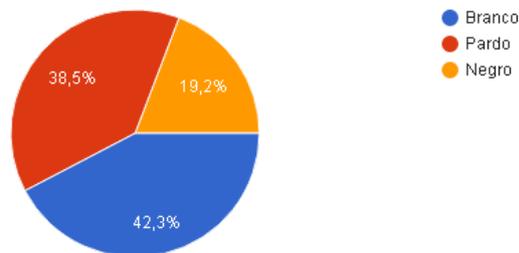


Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao fator cor da pele, foram elencadas como opções branco, pardo e negro. A maioria dos moradores que responderam ao questionário se intitularam como sendo brancos, computando um total de 42,3 %, seguido da cor pardo com 38,5% e, por último, com o menor percentual, os indivíduos auto identificados como negros, compondo 19,2 % dos respondentes. Percebe-se, a partir dos dados obtidos, que os indivíduos participantes da pesquisa são em sua maioria pessoas de pele clara, ou seja, a participação dos indivíduos negros é bem pequena, fator que deixa nítido a questão da exclusão de parcela da população de ações realizadas nas comunidades. Tal aspecto pode ser observado também pelo Gráfico 6 (p. 95), referente ao local de residência desses sujeitos – como a maioria vive no centro da

cidade, compactua, desse modo, com a questão da cor dos respondentes, ou seja, os moradores do centro da Cidade são em sua maioria pessoas brancas.

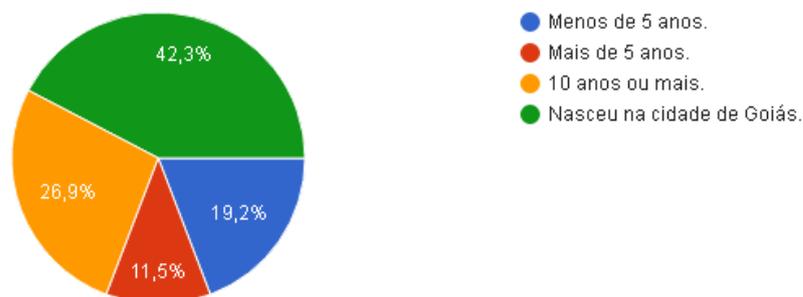
Gráfico 4 - Cor



Fonte: Elaborado pela autora.

A pergunta seguinte do questionário tem como objetivo averiguar quanto tempo os moradores participantes residem na Cidade, afim de compreender se estes estavam morando no local durante o processo de requalificação do Cine Teatro, realizado entre os anos de 2015 e 2017. Observa-se que 19,2% dos respondentes vivem há pouco tempo na cidade, ou seja, a menos de cinco anos, nesse sentido, alguns desses moradores provavelmente não residiam na cidade quando ocorreu a obra. Contudo, 42,3% nasceram no município, ou seja, presenciaram todo processo de requalificação e algumas outra intervenções realizadas no espaço. Outra porcentagem averiguada é dos indivíduos que moram na cidade há mais de dez anos, 26,9%; já os que moram há mais de cinco anos representam 11,5% dos respondentes, portanto, as duas últimas categorias também contemplam o período de efetivação da obra na cidade.

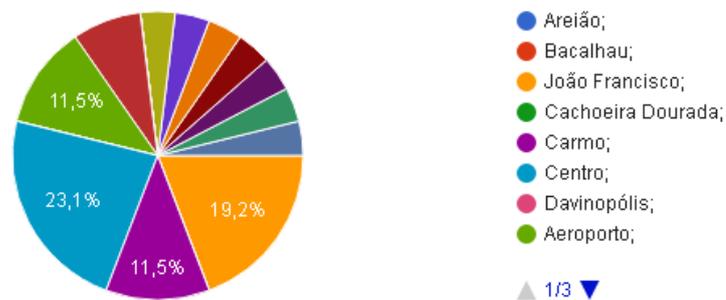
Gráfico 5 - Há quanto tempo você reside na Cidade de Goiás?



Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre os setores que os participantes residem, as respostas foram diversas, porém, a maioria aponta o centro da Cidade de Goiás, totalizando 23,1%; em segundo lugar, o bairro João Francisco, com 19,2%, bem próximo à quantidade de moradores do centro. O setor Aeroporto tem uma porcentagem um pouco menor, 11,5%, se igualando ao setor do Carmo; outros setores que também foram apresentados são: Tempo Novo, Papyrus, Santa Barbara, entre outros. Esta questão revela que neste ponto o questionário conseguiu atingir o seu objetivo, que era visualizar a opinião de moradores que vivem em setores mais afastados do Cine Teatro, como João Francisco, Aeroporto, Tempo Novo, Papyrus e Santa Barbara, não ficando restrito às pessoas situadas no centro da cidade. Dessa forma, é permitido que os sujeitos das regiões excluídas participem e opinem.

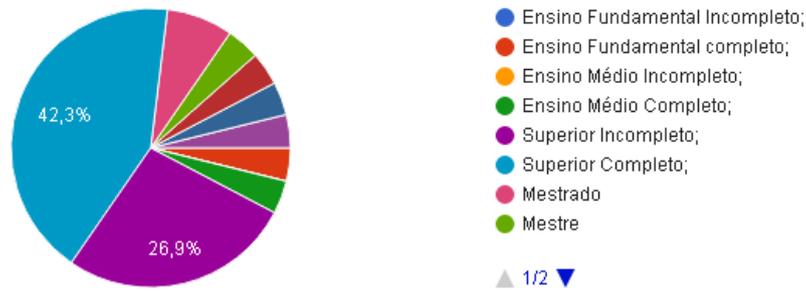
Gráfico 6 - Qual o setor da cidade você mora?



Fonte: Elaborado pela autora.

Posteriormente, outra questão apresentada no questionário objetiva compreender o nível de escolaridade dos participantes da pesquisa. As respostas foram bem diversificadas, atendendo tanto pessoas de ensino fundamental completo até o doutorado. Na maior parte, os respondentes possuem o ensino superior, totalizando um percentual de 42,3%; a segunda maior taxa refere-se a indivíduos com o ensino superior incompleto, totalizando 26,9%. Logo, percebe-se que as pessoas com um nível de escolaridade menor não responderam ao questionário, fator que pode ser compreendido em razão da dificuldade de acesso aos meios digitais e também da leitura das perguntas. Nesse sentido, mais um dos pontos negativos da aplicação por meios digitais, incidindo também na inviabilização da participação de pessoas analfabetas, que poderiam ser sujeitos detentores de memórias extremamente relevantes para o entendimento do processo histórico, no caso desta pesquisa, do Cine Teatro São Joaquim.

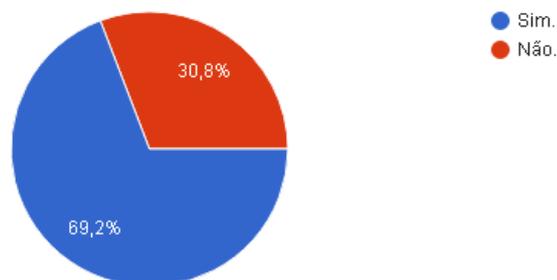
Gráfico 7 - Qual seu grau de escolaridade?



Fonte: Elaborado pela autora.

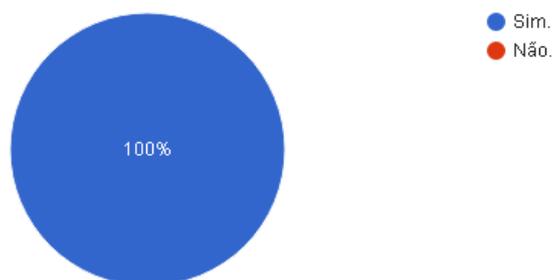
As primeiras questões do questionário são referentes aos aspectos particulares dos indivíduos. Posteriormente, são iniciadas as perguntas direcionadas ao aspecto da requalificação do Cine teatro e à relação dos moradores com o espaço, no que tange o quesito da memória.

Gráfico 8 - Você conhece a trajetória histórica do Cine Teatro São Joaquim?



Fonte: Elaborado pela autora.

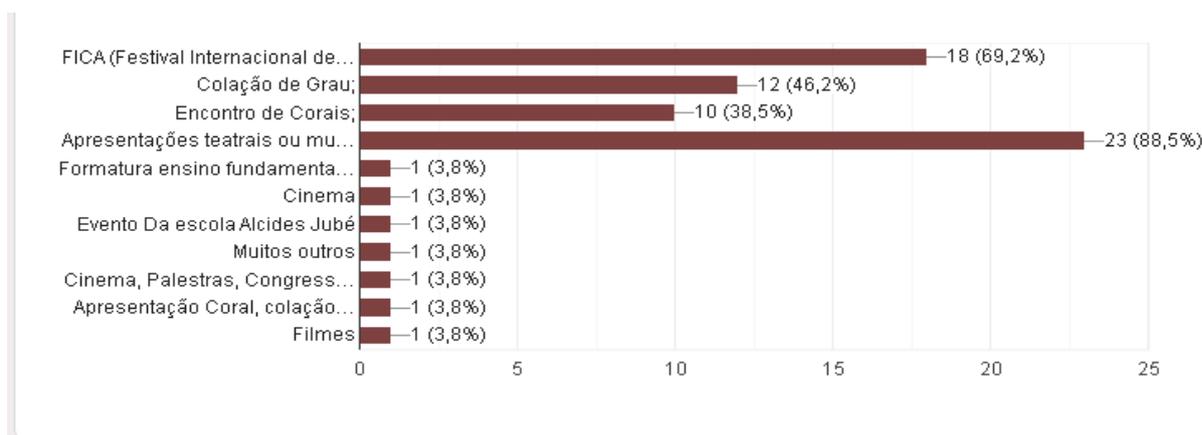
A primeira questão “Você conhece a trajetória histórica do Cine Teatro São Joaquim?”, das 26 pessoas que responderam, 69,8% relataram ter conhecimento da história da edificação, contudo, outros 30,8% dizem não conhecer. Desse modo, faz se relevante a produção do vídeo documentário produto desta pesquisa, podendo este contribuir com a apresentação de informações sobre o prédio.

Gráfico 9 - Você já participou de algum evento no Cine Teatro São Joaquim?

Fonte: Elaborado pela autora.

Todos os respondentes relataram que já participaram de algum evento realizado no Cine Teatro, ou seja, 100%. Esse aspecto demonstra a importância deste espaço para os moradores, sendo uma das fontes de lazer existentes na Cidade e um lugar permeado por diversas memórias, individuais e/ou coletivas.

A próxima questão tem como objetivo compreender qual evento realizado no espaço recebe o maior público. Dessa forma, foram elencados alguns dos eventos e também foi permitido que os participantes pudessem acrescentar outra ocasião, caso esta não estivesse contemplada na lista realizada.

Gráfico 10 - Qual evento você participou?

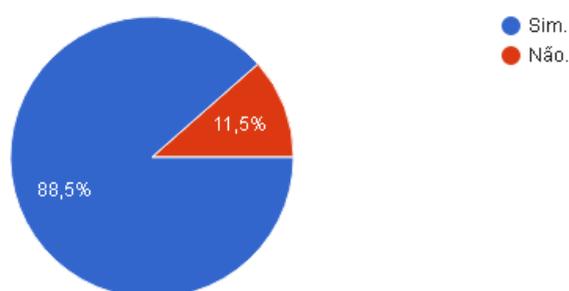
Fonte: Elaborado pela autora.

Ao observar as informações obtidas, é perceptível a variedade de eventos realizados no espaço. Ainda, pode-se compreender quais são as ações que geram alcance maior de público: com 88,5% são as apresentações teatrais ou musicais; na sequência, o FICA com 69,2% das respostas; em terceiro lugar, as colações de Grau com 46,2%; e em quarto o

encontro de Corais, com 38,5%. Estas são as atividades, na atualidade, com maior representação, a partir das informações obtidas por meio da aplicação do questionário.

No entanto, outros eventos também são elencados com uma menor porcentagem, como o evento da escola Alcides Jubé, filmes e colação de grau do ensino fundamental. De tal maneira, a partir dessa questão, é visualizada a importância do Cine Teatro como um espaço de sociabilização dos moradores da Cidade e até mesmo de pessoas de outras localidades, que vêm prestigiar os eventos realizados nesse espaço.

Gráfico 11 - Você possui alguma lembrança marcante no Cine Teatro?



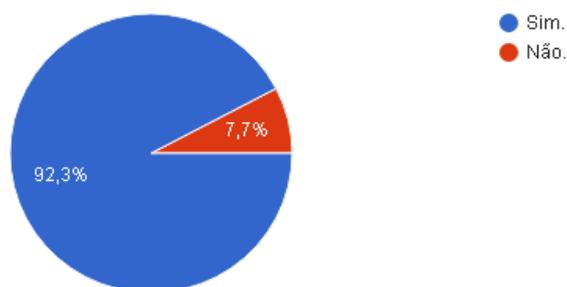
Fonte: Elaborado pela autora.

A presente questão traz à tona as memórias constituídas no espaço. De acordo com os dados obtidos, observa-se que, majoritariamente, as pessoas têm guardada alguma lembrança marcante ocorrida no espaço, seja esta uma memória coletiva, na qual várias pessoas recordam do mesmo fato, seja ela individual. Assim, 88,5% dos participantes apontaram que possuem alguma lembrança importante vivenciada no Cine Teatro São Joaquim. Aqui, se compreende que apesar do espaço não ser a edificação original, fundada em 1857, e estar em outra localidade, o Cine Teatro se mantém como um lugar de memória, recentes e também antigas: “Intervenções urbanas podem ser consideradas operações pedagógicas que ora destacam o que supostamente deveríamos lembrar, ora disfarçam aspectos desses mesmos espaços para nos levar a um tipo de esquecimento estratégico” (LEITE, 2012, p. 259).

O quesito pertencimento também foi pontuado de forma positiva (Gráfico 12), visto que 92,3% dos moradores não possuem nenhum problema em participar de atividades desenvolvidas no espaço. No entanto, 7,7 % não possuem uma relação de identificação com o espaço, motivo pelo qual se deve criar ações de inserção nos locais que constituem a memória e a identidade da cidade; este fator pode estar ligado à questão de ser uma edificação situada

no centro ou por não ser considerado um prédio que possua representatividade para esses indivíduos. Logo, como Veloso (2006) aponta, é preciso compreender que os valores estéticos e históricos, que compreendem-se nas manifestações patrimoniais, podem não ser compartilhados de forma homogênea, por um grupo. Dessa forma, observa-se que cada indivíduo possui sua perspectiva em relação ao Cine Teatro São Joaquim.

Gráfico 12 - Você sente-se bem recebido ao participar de eventos no Cine Teatro?



Fonte: Elaborado pela autora.

A próxima questão busca compreender se houve diálogo entre os moradores e os órgãos responsáveis pela realização da obra (Prefeitura Municipal e IPHAN). A maioria dos respondentes disseram que não houve uma conversa, totalizando 46,2%. Contudo, 38,8% relatam que existiu esse espaço de diálogo, porém os próprios moradores não aderiram ao momento aberto para refletir sobre a ação.

Gráfico 13 - A partir do seu conhecimento, houve um diálogo entre órgãos responsáveis (Prefeitura Municipal e IPHAN) e os moradores antes da efetivação da demolição do Cine Teatro no ano 2015?

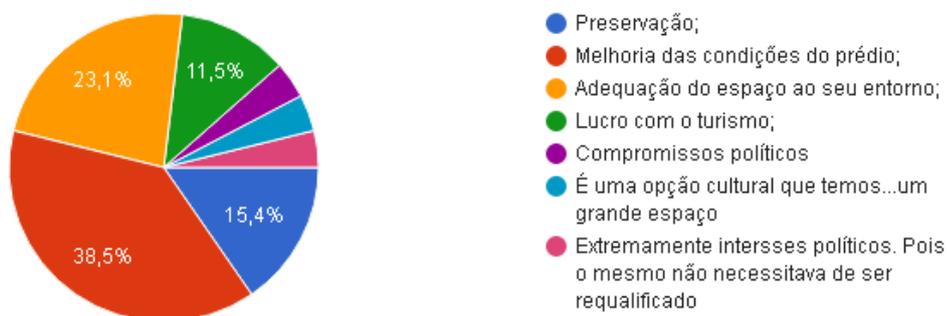


Fonte: Elaborado pela autora.

Alguns moradores alegaram que não tinham conhecimento acerca da questão apresentada; outra parte pontua que, na opinião dela, a maioria dos moradores não queria a requalificação. Outros dizem que a conversa foi realizada somente entre os dois órgãos, Prefeitura e IPHAN. Por fim, um dos moradores relata que a conversa existiu, porém, as informações não foram passadas de forma clara aos vilaboenses. A partir desta análise compreende que o diálogo foi estabelecido, no entanto, alguns aspectos foram deixados a desejar tanto por parte dos moradores quanto das instituições.

Em relação aos objetivos da requalificação do Cine Teatro São Joaquim, os entrevistados apontaram diversos motivos, sendo a principal (38,5% das respostas) melhoria das condições do prédio; em segundo (23,1%), adequação do espaço ao seu entorno; 15,4% pensaram na questão da preservação e 11,5% dos respondentes alegaram a questão de lucro com o turismo. As demais respostas podem ser visualizadas no Gráfico 14:

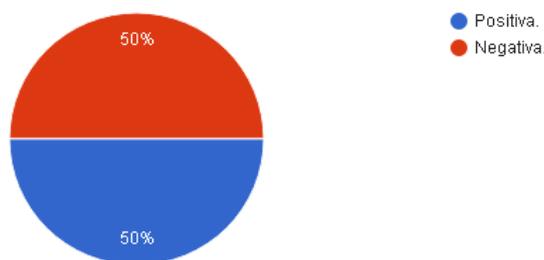
Gráfico 14 - Na sua opinião a requalificação do Cine Teatro possuiu qual objetivo?



Fonte: Elaborado pela autora.

Já sobre a demolição do Cine Teatro para a realização da requalificação, é apontada, pelos dados obtidos, uma igualdade em relação ao aspecto positivo ou negativo. Dessa forma, observa-se que treze pessoas apontaram a demolição como positiva, demonstrando, então, que alguns moradores não foram contra essa ação. Nesse sentido, o questionário funciona com um recurso para a compreensão de informações que a princípio não estavam cogitadas. Conseqüentemente, os outros 50% dos entrevistados consideraram negativa a demolição da edificação para a requalificação.

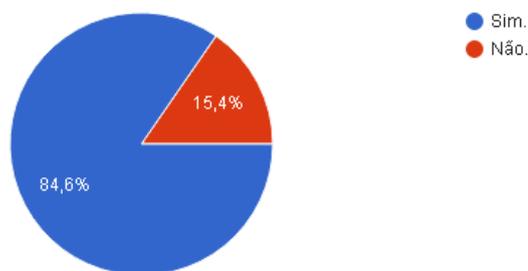
Gráfico 15 - Qual a sua opinião acerca da demolição do Cine Teatro São Joaquim para a requalificação, em 2015?



Fonte: Elaborado pela autora.

O questionamento sobre a necessidade de mais políticas públicas voltadas à área da preservação e da valorização do patrimônio cultural também foi contemplado na aplicação do questionário. Foi observado que 84,6% dos moradores dizem que é necessário a ampliação destas políticas, de modo que contemplem mais espaços, festas, saberes e fazeres. No entanto, 15,4% acreditam serem suficientes as políticas já existentes nesse âmbito.

Gráfico 16 - Na sua opinião a Cidade de Goiás necessita de mais Políticas Públicas voltadas à preservação e valorização do Patrimônio Cultural?



Fonte: Elaborado pela autora.

Outro ponto, a partir dessa temática, é entender quais são os espaços e festas que os moradores querem que sejam atendidos por políticas públicas. Uma das respostas apresentadas, por um dos moradores, foi que nenhum dos bens citados no questionário necessita de políticas públicas de valorização e preservação, ponto que chamou a atenção na análise do gráfico. Todavia, deve-se destacar que:

As políticas sociais representam mediações que o Estado é obrigado a assumir na relação com a sociedade, tendo que reconhecer a existência de posições desiguais dos cidadãos na estrutura de classes, pois é através da política social que os direitos sociais se concretizam e as necessidades humanas são atendidas na perspectiva da cidadania plena (BORIN, 2012, p. 95).

Além dessa resposta, no que tange à necessidade de efetivação de políticas públicas, as ruas de Goiás foram um dos pontos ressaltados, contendo o total de 53,8% das respostas; em sequência, apontaram a festa de São João Batista, realizada na rua do Capim, e a Igreja de Santa Bárbara, com o percentual de 50%. Nota-se que a população deseja que as políticas públicas ultrapassem as barreiras do centro, atingindo as periferias, dessa forma, contemplando não apenas alguns moradores.

Sobre isso, uma fala abordada por um morador é relevante destacar:

Acredito que as políticas públicas voltadas à preservação devem ser direcionadas também aos bairros periféricos da cidade de Goiás, como as festividades do João Francisco e também dos bairros do entorno, como as festas no Quilombo do Alto Santana. Além disso, deve haver atenção as celebrações que ocorrem na área rural, como as festividades na Igreja do Ferreiro e na Festa da Pedreira de São Sebastião, no Ouro Fino, espaços que também são referenciais de memória, mas que ficam alheios as políticas patrimoniais (ENTREVISTADO²⁴ A, 2021).

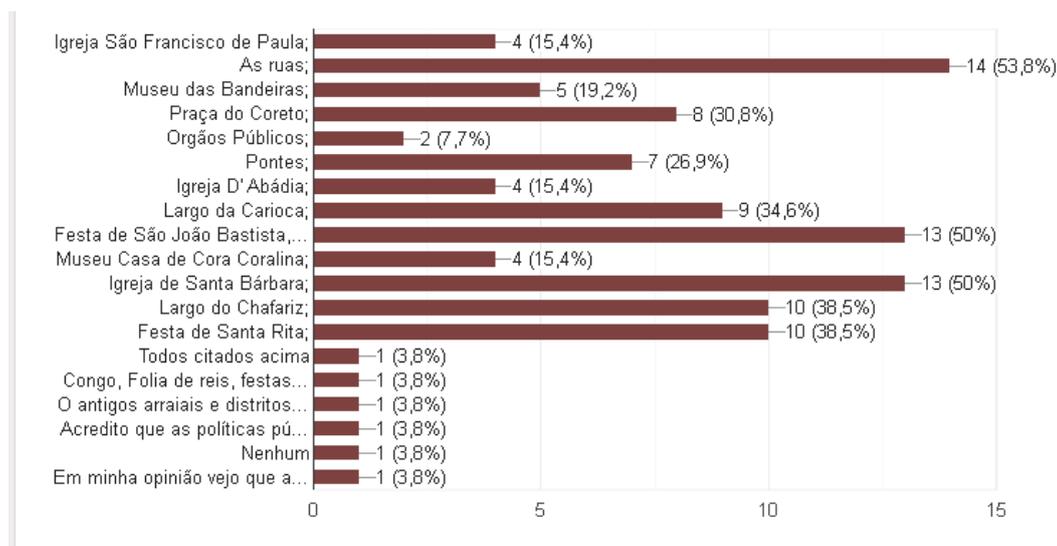
Outro apontamento também referente aos bens a receberem políticas pública:

Em minha opinião vejo que a Cidade de Goiás tem sim que haver políticas públicas. Vejo que no momento precisamos de uma quadra esportiva. Pois os gestores por aqui só tem observado o que te traz imagem de sua gestão e interessam em destruir o que está pronto, como exemplo tem se o Cine Teatro São Joaquim e a Quadra de esportes. Necessitamos também de políticas públicas para a preservação da natureza, onde tantos a queimadas atualmente tem acontecido e a degradação do Rio Vermelho, mais forte a cada ano e ninguém faz nada. Outra condição são as igrejas históricas da cidade que por motivos da escassez de funcionários encontra-se fechadas. A falta de políticas públicas são apresentadas por todas as parte da cidade (ENTREVISTADO B, 2021).

Outros espaços foram elencados, como os distritos e antigos arraias, congos, folias de reis e outros, demonstrando que vários setores necessitam de políticas públicas, sobretudo, voltadas à imaterialidade (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Quais espaços, prédios e celebrações na Cidade de Goiás que você acha que necessita de Política Pública voltadas à preservação e valorização?

²⁴ Os participantes da pesquisa foram apresentados por meio da sequência alfabética, de acordo com a ordem de resposta.



Fonte: Elaborado pela autora.

A última questão realizada engloba a perspectiva dos moradores em relação ao Título de Patrimônio da Humanidade, recebido em 2001, pela Cidade de Goiás. Uma totalidade de 61,5% dos respondentes afirmam que o título foi positivo para a cidade, isto é, dezesseis pessoas.

Nesse âmbito, também foram levantados outros aspectos pelas pessoas que acreditam que foi positivo: “Foi positivo, todavia, os benefícios oriundos do "título" necessitam ultrapassar as barreiras do centro histórico, alcançando os bairros/moradores do entorno e dos bairros distantes do perímetro tombado” (ENTREVISTADO D, 2021). Esse posicionamento revela que as políticas de preservação ficam restritas ao centro da cidade, não chegando aos setores mais afastados, ou seja, não alcança a totalidade do município. Esse fator é um dos principais pontos que fazem que muitos indivíduos compreendam a titulação como negativa. Outro entrevistado ressalta que o título foi positivo em relação ao turismo e à cultura, e somente para esse campo.

O Gráfico 18 apresenta as respostas para a questão sobre a positividade, ou não, do Título de Patrimônio Mundial para a Cidade de Goiás:

Gráfico 18 - O título de Patrimônio Mundial foi positivo para a Cidade, na sua opinião?



Fonte: Elaborado pela autora.

Complementando os dados, outra parcela dos moradores acredita que a titulação foi negativa, sendo que um dos apontamentos é a diminuição da geração de emprego na cidade: “Me parece que após ter sido reconhecido como patrimônio mundial não teve muito investimento, ficando assim a desejar para os moradores da cidade, muitos foram embora da cidade porque não tinha oportunidade de emprego aqui” (ENTREVISTADO E, 2021). Outra fala apontada é que “Pelo fato de atrapalhar a gerar empregos na cidade acho negativo” (ENTREVISTADO G, 2021).

Assim, verifica-se que na Cidade de Goiás existe uma carência de empregos, o que faz com que parcela dos jovens deixem a cidade em busca de novas oportunidades. Nessa perspectiva, a visualização do Título é tida como um processo de estagnação para outros setores além do turismo e cultura.

Outros participantes da pesquisa falaram que em alguns aspectos o Título foi positivo e em outros, negativo: "Em partes, não se pode negar que de alguma forma que o título tenha contribuindo pra algumas parcelas da cidade. Porém evidenciou a desigualdade secular que acompanha a história de Vila Boa de Goiás” (ENTREVISTADO H, 2021). Em outra fala, nota-se é que a titulação é intermediária:

Mais ou menos. O Título do Patrimônio Mundial por um lado tem trazido a preservação da arquitetura vernácula, o IPHAN tem desempenhado o seu papel. Por outra ótica vejo que o Título de Patrimônio nos trouxe a evasão do centro histórico por aqui na Cidade de Goiás, onde a população de menor aquisição se deslocaram para os setores periféricos devido a própria política (ENTREVISTADO I, 2021).

A partir dessa fala, é observado que existe uma evasão dos moradores da região central, sobretudo, os de menor renda, ficando somente no centro as pessoas consideradas da elite. Outra resposta ressalta que ser positivo e negativo varia de acordo com o que é considerado como cidade: “Dependendo do que se considera como cidade e se engloba a

periferia e seus moradores...” (ENTREVISTADO L, 2021).

Dentre os apontamentos apresentados, também tem-se um questionamento: “Com o título vieram as promessas, que até agora trouxeram, de concreto, o que para os moradores da cidade?” (ENTREVISTADO M, 2021). Essa questão leva à reflexão pertinente - *para que são desenvolvidas as políticas públicas?* Estas devem ser voltadas à sociedade, de modo a suprir as necessidades dos indivíduos.

Assim, o campo do patrimônio se constitui como um campo de disputas e conflitos, no qual ocorrem debates entre os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio e moradores, impossibilitando uma convivência pautada no diálogo, além dos conflitos entre a própria comunidade. "O patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de lutas a que diversos autores comparecem construindo um discurso que seleciona, se apropria de práticas e objetos e as expropria" (VELOSO, 2006, p. 438). Nesse prisma, trabalhar com a área patrimonial requer um cuidado constante, pois este espaço é permeado, como mencionado, de disputas e conflitos gerados pela seleção, que exclui determinados setores e privilegia outros, ficando aquém de políticas públicas os campos afastados do centro.

Para que ocorra um alcance mais elevado dos dados obtidos na pesquisa, foi produzido um vídeo documentário que tem por finalidade apresentar informações relevantes para os vilaboenses sobre o Cine Teatro São Joaquim, edificação situada no centro da cidade, onde inúmeros moradores vivenciaram ou vivenciam memórias que estão guardadas em suas lembranças.

3 PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

O patrimônio não é equivalente à história nem mesmo quando a imita. Ambos reconstroem o passado em termos de presente, mas enquanto a história torna o passado compreensível, o patrimônio o torna agradável.
(TAMASO, 2007, p. 697)

Uma pesquisa acadêmica que utiliza da participação de pessoas para o desenvolvimento do estudo necessita realizar a devolutiva dos resultados alcançados aos participantes, como é disposto pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), na Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016: "IV - empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada" (BRASIL, 2016). A devolutiva pode ser por meio de cartilhas, livros, planilhas, vídeos documentários, entre outros.

A presente pesquisa trata da análise de uma política pública, como foi exposto no item anterior. A realização de políticas públicas não é fácil, pois "Elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública (SOUZA, 2006, p. 21).

Ademais, o objeto em questão, além de ser uma política pública, trata-se da ação em um dos prédios inseridos no Centro Histórico da Cidade de Goiás, sendo o primeiro teatro do Centro-Oeste. Dessa forma, é importante destacar a necessidade de se preservar os edifícios históricos.

Assim, como proposta de devolutiva para os moradores, em relação aos dados obtidos ao longo desta pesquisa, é realizada a produção de um vídeo que conta a história da fundação do Teatro, de 1857, até os dias atuais. Os recursos utilizados para a produção são advindos da própria pesquisadora. Dessa forma, nenhum participante teve gastos referentes à pesquisa.

3.1 Vídeo

O produto desenvolvido como meio de devolutiva é um vídeo de aproximadamente dez minutos, que apresenta uma exposição sistemática de todo o percurso que trata da história do objeto de pesquisa, ou seja, o Cine Teatro São Joaquim.

Um dos aspectos observados para a elaboração desse produto foi a necessidade de ser acessível para o maior público possível. De tal modo, foi compreendido a importância da utilização de vários recursos, sendo imagens, som e escrita, ou seja, um vídeo documentário que consiga alcançar um público de todas idades e também pessoas com algum tipo de deficiência, seja visual ou auditiva, adotando, então, a perspectiva da acessibilidade, que não está presente em todos os vídeos documentários.

Dessa forma, o formato definido foi um vídeo que traz imagens da história do Cine Teatro, sobrepondo as fotos e com a descrição da história do Teatro, por meio de legendas e também narrado. Assim, uma pessoa com dificuldades visuais tem a possibilidade de ouvir a história contada e aquelas que têm algum tipo de deficiência auditiva podem fazer a leitura. Ao fundo da narração, é executada uma música orquestrada.

A proposta desse vídeo é trazer a história de uma das edificações presentes no Centro Histórico da Cidade de Goiás e que foi contemplada com investimentos de uma política pública de âmbito nacional, o Programa PAC-CH.

O Cine Teatro São Joaquim é um “lugar de memória”, no qual as pessoas, tanto da cidade como de outros locais, vivenciam fatos que são transformados em memórias, que podem ser individuais ou coletivas:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não a memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

Portanto, o vídeo se configura como um recurso que traz à tona essa memória, que, por diversas vezes, é mantida no inconsciente da comunidade. O recurso é também uma forma de apresentar para outros indivíduos sobre esse “lugar de memória” e de identidade. “O vídeo documentário se caracteriza por apresentar determinado acontecimento ou fato, mostrando a realidade de maneira mais ampla e pela sua extensão interpretativa” (ZANDONADE; FAGUNDES, 2003, p. 15).

A produção do produto perpassa por cinco etapas, a primeira delas é a análise e o planejamento. Nesse momento, é observado qual o público alvo, os recursos financeiros disponíveis e qual produto a ser criado; a segunda fase é a modelagem, na qual é definido o modelo a ser utilizado; a terceira, é a implementação, ou seja, a execução da produção do vídeo; a quarta etapa é a avaliação e manutenção, esse é o período de revisar a produção, observando erros gramaticais, entre outros; e, por fim, a distribuição, como o produto vai ser acessado pelas pessoas (FALKEMBACK, 2005).

Cada uma dessas etapas é fundamental para o desenvolvimento de um documentário de qualidade. Outro ponto a ser destacado é que para a produção de um vídeo, fazem-se necessários recursos financeiros, no caso deste produto, os gastos direcionados à pesquisa são advindos do pesquisador, desde gastos com filmagens, entrevistas, produção do documentário, impressões, dentre outros.

O documentário é uma das variadas formas de produção audiovisual tendo, entre elas, os filmes, televisão e outros. O documentário sobre o Cine Teatro conta com a presença de dados de arquivos histórico, imagens e também entrevistas com os moradores da Cidade, além de uma com um dos responsáveis pelo Programa PAC-CH.

Nesse sentido, Souza (2006) afirma:

Documentários de arquivo, históricos ou biográficos, que tratam de eventos passados, podem muito bem ser “escritos” antes do início das filmagens. O mesmo já não ocorre se a abordagem do assunto exigir o registro de um evento que não esteja necessariamente vinculado à vontade de produção do filme, como documentários que exploram um corpo-a-corpo com o real, aspecto que define a estilística do documentário direto (SOUZA, 2006, p. 75).

No caso da produção referente ao Cine Teatro, não foi possível realizar a escrita de todo o roteiro antes do início das filmagens, em virtude de utilizar de entrevistas com alguns sujeitos. Logo, não tendo como saber o que cada indivíduo expressaria em sua fala, poderia modificar-se as colocações preestabelecidas na elaboração do roteiro. Contudo, é necessário realizar um roteiro base para a produção de documentário, sendo a pré-produção o momento no qual são pensadas as ações que vão ser desenvolvidas ao longo do processo de filmagem, a pesquisa dos materiais utilizados, quem serão os sujeitos entrevistados, local das filmagens, todos estes pontos são minuciosamente visualizados nesse momento.

3.2 A Comunidade Vilaboense

O público alvo do produto desenvolvido são os moradores da Cidade de Goiás, dentre eles, os participantes desta pesquisa, buscando envolver toda a sociedade: crianças, adolescentes, adultos e idosos. Desse modo, o vídeo é um recurso empregado para dizimar informações à população acerca do Cine Teatro, sendo estas, por muitas vezes, desconhecidas por grande parte das pessoas, portanto, a produção ficará acessível aos diversos grupos sociais.

3.3 Aceitação e dizimação do produto

O impacto esperado após a recepção do vídeo pelos moradores é que estes possam ter acesso a informações importantes acerca de um dos prédios que recebeu investimentos do Governo Federal, além de dados sobre a realização da obra de requalificação no Cine Teatro São Joaquim, no ano de 2015. Logo, “O documentário deve promover a integração entre os membros da comunidade retratada e desenvolver a cooperação entre eles, de forma a enriquecer os conhecimentos individuais e coletivos” (ZANDONADE; FAGUNDES, 2003, p. 41).

Dessa maneira, o vídeo apresenta, de forma sistematizada, informações desde a fundação do Teatro até os dias atuais, permitindo, assim, que os moradores conheçam a história do espaço, visto que muitos aspectos são desconhecidos por parcela da população: “A utilização do vídeo documentário deve despertar a participação popular que contribua para a formação da cidadania e estimule, por sua vez, a atuação do profissional em uma nova prática de comunicação” (ZANDONADE; FAGUNDES, 2003, p. 44). Portanto, espera-se que as pessoas recebam de forma positiva o produto, além de contribuírem com a dizimação das informações em seus grupos familiares e para turistas que visitam a Cidade de Goiás.

4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO

*Uma cidade democrática é uma cidade inclusiva,
que utiliza a diversidade como recurso.
O desenvolvimento urbano é adequado quando
garante aos seus autores espaços públicos participativos e
instrumentos para entender, apreender e comunicar
a própria cultura e construir livremente
na cidade*
(BAPTISTA, 2012, p. 254).

4.1 Como utilizar o vídeo

A forma de uso do documentário é básica, sendo necessário apenas um dispositivo digital, seja um computador ou celular. O documentário ficará disponível por meio de um *link*, que, ao clicar, o sujeito será redirecionado para o vídeo, podendo assistir na íntegra.

O vídeo tem duração de treze minutos, composto por imagens que trazem a trajetória do Cine Teatro, sendo narrado o percurso histórico, contando também com legendas, para facilitar o acesso dos indivíduos às informações. Ao fundo da exibição das imagens, é utilizada uma música orquestrada. Além disso, ao longo da produção, alguns moradores e servidores realizam falas breves sobre o processo de requalificação do Cine Teatro. O vídeo poderá ser utilizado também nas escolas, como material didático, que traz informações de uma das edificações referentes à história e cultura de Goiás. A produção também ficará disponível nas redes sociais da autora e no site do Programa.

4.2 Proposta de aplicação do vídeo para com a comunidade participante

A proposta de aplicação do vídeo documentário é realizar uma aula com os participantes da pesquisa, os moradores da Cidade de Goiás, para que possam ter acesso aos dados obtidos ao longo da produção do trabalho. Será agendado um horário no *Google Meet*, e encaminhado o *link* da reunião para que as pessoas possam participar; o dia a ser realizado será em um final de semana, facilitando desse modo o alcance de um número maior de sujeitos. Além da reunião, tanto o vídeo quanto o relatório técnico, após a defesa e depósito, serão encaminhados para ao Museu das Bandeiras (MUBAM) e para o arquivo Frei Simão Dorvi, parceiros no desenvolvimento do trabalho com a disponibilidade do documentos.

4.3 Devolutiva para a comunidade

A devolutiva para a comunidade é uma forma de prestar esclarecimentos aos indivíduos que contribuíram com a pesquisa, levando até estes sujeitos a conclusão do trabalho e as informações alcançadas. Dessa forma, o vídeo documentário é utilizado como devolutiva, possibilitando aos participantes, e também àqueles que não participaram, ter acesso a dados relevantes sobre o Cine Teatro São Joaquim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área central da cidade é um cenário que acolhe atores e identidades onde, cotidianamente, emergem conflitos múltiplos, decorrentes do confronto de uma população heterogênea que usa a cidade como espaço de sobrevivência, de sociabilidade, de trabalho, de especulação e ganhos de capital, entre outros usos e apropriações
(BAPTISTA, 2012, p. 235)

Este relatório técnico aborda sobre uma política pública patrimonial, em âmbito nacional, que possui como objetivo requalificar e restaurar imóveis públicos, assegurando dessa forma a preservação dos espaços que compõem os centros históricos das cidades, sendo que o programa é uma vertente inédita chamada PAC-Cidades Históricas, iniciado no ano de 2013. A investigação procura responder a problemática levantada no início da pesquisa: Como ocorreu o processo de requalificação do Cine Teatro São Joaquim, na Cidade de Goiás, no que tange à implementação e avaliação? Para isso parte da perspectiva de "*lugar de memória*" e identidade social.

Por meio da documentação analisada e da aplicação do questionário online verificou-se que a requalificação do Cine Teatro São Joaquim não ocorreu como foi planejada, pois, a princípio, a demolição da edificação não constava no projeto desenvolvido. Todavia, essa ação foi efetivada após o início da obra que, inicialmente, era somente de restauração, mas passou a ser desenvolvido um projeto de requalificação, que resultou em um grande impacto nas relações estabelecidas entre os órgãos responsáveis e os moradores da Cidade de Goiás.

Outro ponto a ser ressaltado é que o Cine Teatro foi considerado uma edificação sem valor patrimonial, por se tratar de um prédio com requintes modernos, porém inserido em um centro tombado, desde 1978. Esse fator fez com que a obra fosse aplicada para amenizar o impacto que causava ao destoar do restante da arquitetura que tem características coloniais. Dessa forma, o projeto foi uma ação para adequar a estrutura ao seu entorno.

A primeira edificação do Cine Teatro foi construída em 1857, no Beco da Lapa, bem próximo da atual localização. Contudo, ao longo dos anos e a partir das ações de deterioração, essa primeira edificação teve de ser demolida, após mais de 70 anos da sua existência. Sua nova instalação passaria a ser na Rua Moriatti Foggia, local que permanece até a atualidade. Porém, como mencionado, por ser um prédio construído com aspectos modernos, houve a taxação deste como sem valor patrimonial, o que causou grande impacto entre os moradores, repercutindo na elaboração de um abaixo assinado, encaminhado ao IPHAN.

Diante esse contexto, ao longo da pesquisa, observou-se que mesmo não sendo denominada como um prédio de caráter patrimonial, a edificação é um "*lugar de memória*" para os moradores vilaboenses, espaço no qual são criadas relações de sociabilidade,

permeado por lembranças marcantes, onde são realizados inúmeros eventos, com participação de pessoas de toda a cidade.

Além disso, a seleção do Cine Teatro também não segue o Plano de Ação elaborado pelo município, que apresentava outros espaços para a contemplação do Programa PAC-Cidades Históricas. Ademais, ocorreu a alteração da proposta inicial da obra que era apenas de restauração.

Outro aspecto verificado ao longo do estudo foi que existiu um diálogo entre os órgãos responsáveis e os moradores da cidade. Contudo, não foi uma ação que permitiu os indivíduos compreenderem as etapas da realização da obra, ou seja, alguns pontos não foram bem esclarecidos perante a comunidade. Outro ponto foi o fato de os próprios moradores não apresentarem interesse em participar das atividades propostas para dialogar sobre a obra.

Ao longo da análise do processo de requalificação, também foi observado que alguns problemas foram encontrados durante a execução da obra, seja a presença de cupins nas paredes da edificação, infiltração no telhado na parte que fica situado o gerador de energia e algumas rachaduras (tanto na própria edificação quanto nas casas ao entorno do imóvel). Porém, até o final da entrega do prédio, estes aspectos foram solucionados pela empresa contratada, mas, é pertinente destacar que a edificação ainda possui alguns problemas a serem solucionados e outros que vão aparecendo ao longo dos anos.

A pesquisa ainda permitiu a produção de um vídeo documentário, com informações referentes à história e ao processo de requalificação do Cine Teatro, que será compartilhado com os moradores da cidade.

Ante o exposto, o Programa PAC-Cidades Históricas possuiu seu lado positivo e negativo na Cidade. O primeiro se dá por ser uma política pública que permitiu a realização e efetivação de seis obras, sendo a Cidade de Goiás um marco na execução das obras, com a conclusão de todas elas e a primeira do país a entregá-las concluídas. O negativo é que a execução das obras necessita de uma melhor organização para que se possa evitar ou amenizar os impactos perante à sociedade, exigindo a participação dos moradores nas decisões, visto que a política pública deve ser direcionada aos seus interesses.

Como se sabe, o campo do patrimônio é marcado por conflitos. Ao longo da pesquisa foram realizadas entrevistas com alguns moradores da Cidade de Goiás, por meio de questionário online. Por meio destas foi observado que existe uma dificuldade por parte destes sujeitos em exporem suas opiniões, em razão do medo de conflitos. Esse aspecto também foi percebido nas entrevistas realizadas para a produção do vídeo documentário. Os mesmos não quiseram gravar e exporem suas imagens em razão das consequências geradas pela exposição,

entre elas políticas. Contudo, relataram e permitiram expor as informações de seus depoimentos. Para eles, o processo de requalificação os afetaram/afetam e ressaltaram vários pontos negativos em consequência dessa, excesso de calor devido a altura do muro, rachaduras nas paredes, necessidade de realização de um poço no quintal de um dos moradores para drenagem de água, retirada de inquilinos que viviam em residência próxima, proposta de compra do imóvel por valor abaixo do preço do mercado, entre outros aspectos. Ao longo do processo de requalificação várias reuniões foram realizadas para conversas e acordos, contudo em sua maioria sem progresso.

Para a Prefeitura Municipal e IPHAN fica uma observação que foi bastante apresentada pelos moradores participantes do questionário: as políticas públicas devem ultrapassar a barreira do centro histórico e os setores mais afastados devem ser também valorizados como pertencentes à Cidade de Goiás, e não somente o Centro com sua arquitetura colonial. Outra sugestão foi de criar fonte de renda para os moradores, pois a maioria dos jovens tem deixado o município pela ausência de emprego, o que faz com que o Título de Patrimônio da Humanidade seja visto como negativo.

A maioria dos dados utilizados nesta pesquisa se encontra de fácil acesso nos meios digitais, recurso utilizado em grande parte de sua realização, em razão das condições sanitárias apresentadas ao longo dos dois anos do mestrado, que preconizava o distanciamento social.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua com pesquisas sobre o Cine Teatro São Joaquim e seu processo de requalificação, ação advinda de uma política pública patrimonial. Sendo assim, que outros pesquisadores possam realizar novas reflexões sobre o programa e o Cine Teatro. Dessa forma, o trabalho não buscou esgotar o tema, logo, existem inúmeras problemáticas que necessitam serem aprofundadas e discutidas.

REFERÊNCIAS

1-Listagem de acervos e fontes

Acervos diversos

A INFORMAÇÃO DE GOIANA (GO), Jornal. 1922, p. 2, n. 3B. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15 de março de 2021.

A TRIBUNA LIVRE: Orgão do Club liberal de Goyaz (Go). 1878, p. 1, n. 27. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

A TRIBUNA LIVRE: Orgão do Club liberal de Goyaz (Go). 1883, p. 1, n. 329. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

A+P ARQUITETOS ASSOCIADOS. Cine Teatro São Joaquim. Disponível em <<<https://www.archdaily.com.br/br/928223/cine-teatro-sao-joaquim-a-plus-p-arquitetosassociados>>> Acesso em: 25 de maio de 2021.

CARTA DE LISBOA. 1995. **Carta de Lisboa**, dispõe sobre a reabilitação urbana integrada. 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa, 21 a 27 de outubro de 1995.

CARTA DO RESTAURO. 1972. **Carta do Restauro**, documento que estabelece normas e instruções sobre Restauração. Itália, 1972.

CULTURA. Na Cidade de Goiás, Cine Teatro São Joaquim recebe encontro de corais. Disponível em <<www.cultura.go.gov.br>> Acesso em: 25 de novembro de 2021.

CURTA GOIAS. Dezembro de 2019. Disponível em <<<https://curtacidadedegoias.com.br/dezembro-2019/>>> Acesso em: 25 de novembro de 2021

EDITAL DE LICITAÇÃO RDC PRESENCIAL Nº 001 / 2015. Disponível em: <http://prefeituradegoias.go.gov.br/publicacoes/editais//editalRDC0012015.pdf> >> Acesso em: 23 de maio de 2021.

FICA. Fica 2021. Disponível em <<<http://www.ficafestival2021.com.br/page/sobre>>> Acesso em: 20 de novembro de 2021.

GOYAZ: Orgão Democrata (Go). 1882, p.04, n 270. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

GOYAZ: Orgão Democrata (Go). 1894, p. 02 n 454. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15 de março de 2021.

GOYAZ: Orgão Democrata (Go). 1894, p. 03 n 457. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15 de março de 2021.

GOYAZ: Orgão Democrata (Go). 1911, n 6. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **IBGE Cidade de Goiás**. 2018. Disponível em: <<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/panorama>>>. Acesso em: 05 de setembro de 2019.

IBM. **Instituto Mauro Borges**. Mapas Temáticos. 2018. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1201:mapas-tem%C3%A1ticos&catid=120&highlight=WyJtZXNvcnJlZ2ludTAWZjVlcyJd&Itemid=101 Acesso em: 30 de agosto de 2021.

JORNAL CIDADE DE GOIÁS (GO). 1952, p. 1 n. 533. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15 de março de 2021.

MUSEU DAS BANDEIRAS, IBRAN, MINC, HISTÓRIA DE GOIÁS, ZOROASTRO ARTIAGA, Goiânia, 1959, p. 222.

O POPULAR. Cine Teatro São Joaquim, 23/02/2016. Disponível em <<www.opopular.com.br>>. Acesso em 14 de maio de 2021.

O POPULAR. Para o Iphan, Cine Teatro não tinha valor arquitetônico 23/03/2016. Disponível em <<www.opopular.com.br>>. Acesso em 14 de maio de 2021.

RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS, 1914, p. 01-02, nº 00001. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15 de março de 2021.

TEIXEIRA, Maria Dulce. **Carta aberta a presidente do IPHAN**, 2016. Disponível em <<Change.org>> Acesso em: 20 de junho de 2021.

TRIBUNA LIVRE: Orgão do Club liberal de Goyaz (Go). 1884, p. 1, n 392. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

Legislação

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.029**, de 12 de abril de 1990. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8029cons.htm Acesso em: 15 de julho de 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf Acesso em: 10 de setembro de 2019.

BRASIL. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

Documentos do Iphan

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Planos de Ação para Cidades Históricas**. 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha%20-%20Planos%20de%20A%20C3%A7%20C3%A3o%20para%20Cidades%20Hist%20C3%B3ricas.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2021.

IPHAN. FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL; MINISTÉRIO DA CULTURA. *Patrimônio, desenvolvimento e cidadania*. 2009. OFÍCIO nº 117/16 COORD. TÉCN./IPHAN-GO. Documentação Técnica referente à Obra do Cineteatro São Joaquim.

IPHAN. **Cidade de Goiás (GO) totaliza investimentos de R\$30 milhões do Iphan**. Portal do Iphan, 2018. Disponível em: <<<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4543/>>>. Acesso em: 10 de Julho de 2019.

IPHAN. **Cidades contempladas pelo PAC cidades históricas**. Portal do Iphan. Disponível em: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/245>>>. Acesso em: 10 de Julho de 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. 2020. **Site IPHAN**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em 10 de setembro de 2019.

IPHAN. **Obras do PAC cidades Históricas-Goiás (GO)**. Portal do Iphan. Disponível em: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1779/>>>. Acesso em: 10 de Julho de 2019.

IPHAN. **PAC cidades Históricas.** Portal Iphan. Disponível em: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>>>. Acesso em: 05 de julho de 2019.

Os documentos listados abaixo estão todos disponíveis no link:

https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrc-boqx9bDGf4Cw_4GYrccw6a3wUp1CheucAQF6HalbRkWB1B

CONTRATO, **008/2016**. ELDER ROCHA LIMA (PAINEL ARTÍSTICO). Acesso em: 15 de maio de 2021.

OFÍCIO N°**176/2017** - COTEC IPHAN-GO/IPHAN-GO-IPHAN. Acesso em: 12 de abril de 2021.

OFÍCIO N° **520/2019** - COTEC IPHAN-GO/IPHAN-GO-IPHAN. Acesso em: 20 de abril de 2021.

OFÍCIOn° **008/2018**-COTEC IPHAN-GO/IPHAN-GO-IPHAN. Acesso em: 20 de abril de 2021.

PROCESSO DIGITALIZAÇÃO - VOLUME 18, PARTE 1. Acesso em: 20 de maio de 2021.

MANUAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CINE TEATRO SÃO JOAQUIM, GOIÁS-GO, 2017. Acesso em: 18 de abril de 2021.

1º RELATÓRIO DE MEDIÇÃO- PROJETO DE MONITORAMENTO E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DA RESTAURAÇÃO DO CINETEATRO SÃO JOAQUIM NA CIDADE DA GOIÁS, 2015. Acesso em: 30 de abril de 2021.

5º RELATÓRIO DE MEDIÇÃO- PROJETO DE MONITORAMENTO E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DA RESTAURAÇÃO DO CINETEATRO SÃO JOAQUIM NA CIDADE DA GOIÁS, 2015. Acesso em: 23 de novembro de 2021.

PROCESSO 003200/2015; CONTRATO n° 064/2015. **Termo de Recebimento definitivo do contrato para a Requalificação do Cineteatro São Joaquim e a Prefeitura de Goiás e a MARSOU Engenharia Eireli.** 30 de Outubro de 2017.

2- Bibliografia

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Márcio (org.). **Memória e Patrimônio:** Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 34-48.

AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff; LOPES, Brenner. **Políticas Públicas:** conceitos e práticas. v. 7. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

AZEVEDO, Paulo Ormindo. Patrimônio Cultural e Natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. IPHAN, nº 35, 2017, p. 45-64.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: O uso e o mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-73.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. Intervenção urbana no centro histórico da cidade de São Paulo: Atores sociais envolvidos. *In*: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho, GAGLIARDI Clarissa M. R. **Intervenções urbanas em centros históricos: Brasil e Itália em discussão**. São Paulo: ECUC: CAPES, 2012. p. 235-257.

BERLATTO, Odir. A construção da Identidade Social. **Revista do Curso de Direito FSG**. Caxias do Sul: FSG, 2009, p. 141-151.

BERTRAN, Paulo. **Notícia Geral da Capitania de Goiás**. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Institutos de pesquisas e estudos históricos do Brasil central sociedade goiana de cultura. s/d.

BORGES, Fabiana Craveiro Silva Ferraz. Cidade de Goiás: o uso do patrimônio histórico como recurso turístico. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – SEMINTUR**. Caxias do Sul: UCS, 2010. Disponível em: <https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/gt02>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

BORIN, Maria do Espírito Santo. Requalificação da área central da cidade de São Paulo e as políticas sociais. *In*: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho, GAGLIARDI Clarissa M. R. **Intervenções urbanas em centros históricos: Brasil e Itália em discussão**. São Paulo: ECUC: CAPES, 2012, p.193-209.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. São Paulo: T.A Queiroz, 1979.

BRAGA, Márcia. História e evolução dos critérios do restauro arquitetônico. *In*: BRAGA, Márcia (org.). **Conservação e restauro: Arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003, p. 02-12.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRITTO, C. C. A terceira margem do patrimônio: O rio vermelho e a configuração do habitus vilaboense. **Diálogos**.v. 18, n. 3, p. 975-1004, set-dez, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33914/pdf>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. *In*: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, 568-590.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Política Pública em Goiás-GO: O Programa Monumenta/BID (1995 a 2013) & a recuperação dos imóveis privados**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2014.

CHAUL, N. **Caminhos de Goiás**: Da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

CHOAY, Françoise. A competência de edificar. *In*: CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. 6 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 239-258.

CHUVA, Marcia. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Marcia. Por uma noção da história do patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 34, 2012, p. 147-166.

COELHO, Cristina. O projeto de intervenção em bens culturais imóveis arquitetônicos e urbanos. *In*: BRAGA, Márcia (org.). **Conservação e restauro**: Arquitetura. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003, p. 13-50.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2. ed. Oreias: Celta Editora, 1999.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: A invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade". **Horizontes Antropológicos**. Ano 11, n. 23. Porto Alegre: jan/jun, 2005, p. 113-143.

FALKEMBACK, Gisele Antoninha Morgental. Concepção e desenvolvimento de material educativo digital. **Revista Novas Tecnologias na Educação**. Porto Alegre, 2005; 3(1):1-15.

FLICK, U. W. E. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. RJ: IPHAN/ UFRJ, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas para a pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GOMIDE, Cristina Helou. Rio Vermelho como referência cultural. Fortaleza: ANPUH – **XXV Simpósio Nacional de História**, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.28, n.55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e realidade**. v.22, n.2, 1997, p.15-46.

HAM, Christopher; HILL, Michael. **O processo de elaboração de políticas**. Tradução de Renato Dagnino e Renato Amorim. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

LEAL, Sarah Floresta. **PAC CIDADES HISTÓRICAS: Implicações e repercussões de uma política pública federal de preservação**. (Dissertação de Mestrado). 2017. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2017.

LEÃO, Betó; BENFICA, Eduardo. **Goiás no século do Cinema**. Goiânia: Kelpes, 1995.

LEITE, Rogério Proença. Crítica para o não esquecimento: Práticas cotidianas e contra usos da cidade. In: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho, GAGLIARDI Clarissa M. R. **Intervenções urbanas em centros históricos: Brasil e Itália em discussão**. São Paulo: ECUC: CAPES, 2012, p. 259-279.

MACHADO, P. A. L. Patrimônio cultural – aspectos jurídicos. In: MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 1063 –1123.

MENDONÇA, Belkiss S. C. A música em Goiás. 2 ed. Goiânia: Ed da UFG, 1981.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio Cultural: Uma revisão de premissas**. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural Sistema Nacional de Patrimônio Cultural desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, 2009. Brasília. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol.01, 2012.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES NETO, A. A. (org.). **O espaço da Diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 256-287.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João. A revitalização Urbana: Contributos para a Definição de um Conceito Operativo. **Revista Cidades-Comunidades e Territórios**. n. 12-13, 2006, p. 15-34.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, n. 10, p.7-28, 1993.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. As tragédias como evento hermenêutico: As enchentes do rio vermelho na cidade de Goiás. **História e Cultura**. Franca: v.3, n. 3 (Especial), p. 306-324, dez, 2014.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PALACÍN, Luís. **O século do ouro em Goiás 1722-1822: Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

PASSOS, Elder Camargo de. **Goyaz: de arraial a patrimônio mundial**. Goiânia: Kelps, 2018.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério (org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. Ética e restauração a reconstrução do monumento edificado. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, A. G. R. (org.). **Patrimônio Cultural**: Políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauand X, 2012, p. 171-180.

RODRIGUES, Denise S.; FRANÇA, Maria P. S. G. S. A. A pesquisa documental sócio-histórica. *In*: MARCONDES, Maria Inês; TEXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde A. (org.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010, p. 55-74.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *In*: **Revista do Patrimônio histórico e Artístico Nacional**, nº 24, p. 97-105, 1996.

SILVA, Fernando Fernandes. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. 2.ed. São Paulo: Peiropólis: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SIMÃO, Maria Cristina R.; CAVALLAZI, Rosângela L. **Preservação do patrimônio urbano e direito à cidade**: intersecções e desvio. Porto: FLUP, 2017, p. 289-300.

SOARES, Sergio José Puccini. **Documentário e roteiro de cinema** : da pre-produção a pós-produção. São Paulo: UNICAMP/MULTIMEIOS, 2007.

SOARES, Isis Salviano Roverso; OLIVEIRA, Claudia Terezinha de Andrade. Preservação arquitetônica: Teoria, legislação e prática. **Revista CPC**. São Paulo: n. 5, 2013, p.137-162.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre: ano 8, n. 16, jul/dez, 2006, p. 20-45.

TAMASO, I. **Em Nome do Patrimônio: Representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás**. (Tese de doutorado). Brasília: UnB, 2007.

THOMPOSON, Paul. A entrevista. *In*: **A voz do passado**: História oral. 2. ed. São Paulo:Paz e terra, p. 254-275, 1992.

TREVISAN, Rosina. Patologias nas construções históricas. *In*: BRAGA, Márcia (org.). **Conservação e restauro**: Arquitetura. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003a, p. 51-94.

TREVISAN, Rosina. Técnicas de restauração. *In*: BRAGA, Márcia (org.). **Conservação e restauro**: Arquitetura. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003b, p. 94-126.

VELOSO, Mariza. **O fetiche do patrimônio**. V 4, nº 1. Goiânia: Habitus, p. 437-454, 2006.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Metodologia de pesquisa**. Rio de Janeiro: Revista SOCEJR, 2007, p.383-386.

ZANDONADE Vanessa; FAGUNDES, Maria Cristina de Jesus. **O vídeo documentário como instrumento de mobilização social.** (monografia) Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis/Fundação Educacional do Município de Assis, 2003

ANEXO

Cine Teatro São Joaquim

Este formulário tem como proposta compreender a visão dos moradores da cidade de Goiás, a cerca da obra de Requalificação do Cine Teatro São Joaquim em 2015.

*Obrigatório

1. E-mail *

2. Declaração do (a) Participante *

Eu, concordo em participar como voluntário(a) do estudo PAC-CIDADES HISTÓRICAS NA CIDADE DE GOIÁS: A REQUALIFICAÇÃO DO CINE TEATRO SÃO JOAQUIM. Ficaram claros para mim que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido. O nome dos participantes serão preservados, ou seja, não ocorrerá a exposição da identidade, mantendo dessa forma a privacidade de cada um. Essa pesquisa possui unicamente fins acadêmicos.

Marque todas que se aplicam.

Concordo

Requalificação do Cine Teatro São Joaquim

3. Nome?

4. Sexo? *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

Outro: _____

5. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- 18-25 anos
- 25-35 anos
- 35-45 anos
- 45-55 anos
- Mais de 55 anos

6. Cor? *

Marcar apenas uma oval.

- Branco
- Pardo
- Negro

7. A quanto tempo você reside na cidade de Goiás? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 5 anos.
- Mais de 5 anos.
- 10 anos ou mais.
- Nasceu na cidade de Goiás.

8. Qual o setor da cidade você mora? *

Marcar apenas uma oval.

- Areião;
- Bacalhau;
- João Francisco;
- Cachoeira Dourada;
- Carmo;
- Centro;
- Davinópolis;
- Aeroporto;
- Santo Amaro;
- Alto Santana;
- Araguari;
- Rio da Prata;
- Rio Vermelho;
- Vila Boa;
- Outro: _____

9. Qual o seu grau de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental Incompleto;
- Ensino Fundamental completo;
- Ensino Médio Incompleto;
- Ensino Médio Completo;
- Superior Incompleto;
- Superior Completo;
- Outro: _____

10. Você conhece a trajetória histórica do Cine Teatro São Joaquim? *

Marcar apenas uma oval.

Sim.

Não.

11. Você já participou de algum evento no Cine Teatro São Joaquim? *

Marcar apenas uma oval.

Sim.

Não.

12. Qual evento você participou? *

Marque todas que se aplicam.

FICA (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental);

Colação de Grau;

Encontro de Corais;

Apresentações teatrais ou musicais;

Outro: _____

13. Você possui alguma lembrança marcante no Cine Teatro? *

Marcar apenas uma oval.

Sim.

Não.

14. Você sente-se bem-vindo ao participar de eventos no Cine Teatro? *

Marcar apenas uma oval.

Sim.

Não.

15. Na sua opinião a requalificação do Cine Teatro, possuiu qual objetivo? *

Marcar apenas uma oval.

- Preservação;
- Melhoria das condições do prédio;
- Adequação do espaço ao seu entorno;
- Lucro com o turismo;
- Outro: _____

16. A partir do seu conhecimento, houve um diálogo entre órgãos responsáveis (Prefeitura Municipal e Iphan) e os moradores antes, da efetivação da demolição do Cine Teatro no ano de 2015? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não.
- Sim, porém não houve participação dos moradores;
- Outro: _____

17. Qual a sua opinião acerca da demolição do Cine Teatro São Joaquim, para a requalificação em 2015? *

Marcar apenas uma oval.

- Positiva.
- Negativa.

18. Na sua opinião a Cidade de Goiás necessita de mais Políticas Públicas, voltadas a preservação e valorização do Património Cultural? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não.

19. Quais espaços, prédios e celebrações na cidade de Goiás que você acha que necessita de Políticas Públicas voltadas a preservação e valorização? *

Marque todas que se aplicam.

- Igreja São Francisco de Paula;
- As ruas;
- Museu das Bandeiras;
- Praça do Coreto;
- Orgãos Públicos;
- Pontes;
- Igreja D' Abádia;
- Largo da Carioca;
- Festa de São João Bastista, da rua do Capim;
- Museu Casa de Cora Coralina;
- Igreja de Santa Bárbara;
- Largo do Chafariz;
- Festa de Santa Rita;

Outro: _____

20. O título de Patrimônio Mundial foi positivo para a cidade, na sua opinião? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não.
- Outro: _____

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários